

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola da Arquitetura
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Marina Lima de São José

A NECROPOLÍTICA DA MINERAÇÃO NOS TERRITÓRIOS EM MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE
2021

Marina Lima de São José

A NECROPOLÍTICA DA MINERAÇÃO NOS TERRITÓRIOS EM MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao Programa Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, Produção e Experiência Do Espaço.

Linha de pesquisa: Produção, Projeto e Experiência do Espaço.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Denise Morado Nascimento.

BELO HORIZONTE

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

S239n São José, Marina Lima de.
A necropolítica da mineração nos territórios em Minas Gerais
[manuscrito] / Marina Lima de São José. - 2021.
130 f. : il.

Orientadora: Denise Morado Nascimento.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Arquitetura.

1. Espaço urbano - Teses. 2. Arquitetura - Teses. I. Nascimento,
Denise Morado. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de
Arquitetura. III. Título.

CDD 321.01

Ficha catalográfica: Gustavo Las Casas Provetti Gomes CRB-6/3417.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

A necropolítica nos territórios minerários em Minas Gerais

MARINA LIMA DE SÃO JOSÉ

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 21 de outubro de 2021, pela Comissão constituída pelos membros:

Denise Morado

Nascimento:49068539604

Assinado de forma digital por Denise
Morado Nascimento:49068539604
Dados: 2021.10.22 16:47:39 -02'00'

Profa. Dra. Denise Morado Nascimento - Orientadora
EA-UFMG

Rogério Palhares Zschaber
de Araujo:22118640668

Assinado de forma digital por Rogério
Palhares Zschaber de Araujo:22118640668
Dados: 2021.10.22 13:57:25 -03'00'

Prof. Dr. Rogério Palhares Zschaber de Araújo
EA-UFMG

Profa. Dra. Tatiana Ribeiro de Souza
UFOP

Belo Horizonte, 21 de outubro de 2021.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram presentes ao longo dessa trajetória.

À minha orientadora, Dr^a Denise Morado Nascimento, agradeço pela oportunidade, confiança, cuidado e atenção, por todos os ensinamentos, que vão além da academia, pois me mostraram caminhos para seguir em frente, mesmo diante da dura realidade da produção da cidade (e da vida).

À equipe de pesquisadores do PRAXIS-EA/UFMG, por todas as trocas e aprendizados, ao Marcos pelo apoio técnico, Rodrigo, Renata, pelas conversas. Orgulha-me fazer parte de um grupo tão competente e criativo.

À EA/UFMG, em especial ao NPGAU, docentes e técnicos, agradeço pelo ensino de excelência, público e gratuito, que, mesmo diante dos recentes ataques, resiste.

Aos professores Dr.^a Tatiana Ribeiro, Dr. Rogério Palhares e Dr.^a Adalgisa Arantes Campos pelas valiosas contribuições.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo valioso apoio a mim e a tantos outros pesquisadores.

Aos queridos colegas Osvaldo, Thais e Maura que foram companheiros das disciplinas, fizeram as tardes mais leves e compartilharam o desespero dos prazos das diversas tarefas.

Aos meus pais, agradeço todo apoio, carinho e exemplo de dedicação. Ao Rodrigo, todo companheirismo. Aos amigos e familiares, agradeço a torcida e compreensão diante do meu distanciamento nos últimos tempos.

Aos moradores que dividiram comigo suas histórias e lutas, toda minha gratidão, solidariedade e respeito.

*“O meu sentimento é que Miguel Burnier é maior do que esses interesses econômicos e políticos, porque desde o século 18 **mineradoras vem e mineradoras vão e nós estamos aqui**, permanecemos, nós estamos aqui defendendo e vamos manter essa permanência.”*

(Marco Antônio, morador atingido pela mineração em Miguel Burnier, Ouro Preto, 2021)

“[...]”

No tempo onde a única que ainda corre livre aqui são as suas lágrimas
E eu voltei pra acabar tipo infarto
Depois fazer renascer, estilo parto
Eu me refaço, fato, descarto
De pé no chão, homem comum
Se a benção vem a mim, reparto
Invado cela, sala, quarto
Rodeio o globo, hoje 'to certo
De que todo mundo é um
E tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós”
(Emicida, Principia, 2019)

RESUMO

A presente dissertação busca elencar processos econômicos e políticos dos governos Federal e Estadual de Minas Gerais e empresas mineradoras, buscando entender como a *necropolítica*, que subjuga a vida ao poder da morte, constrói-se nos territórios minerados. São explicitados elementos da Economia Política Brasileira e a opção pelo extrativismo mineral como setor desenvolvimentista e Minas Gerais no epicentro do conflito, sofrendo com os desastres-crimes de maior dimensão, nos últimos anos, envolvendo barragens de rejeito. A argumentação expõe as consequências do modo de implantação e operação dos empreendimentos e os rompimentos, reassentamentos e os efeitos da *lama invisível*, que diz sob viver (ou sobreviver) diante da insegurança de um possível rompimento de barragem. O método se baseia na sistematização de informações por meio de linhas de análise, que têm como objetivo explicitar as engrenagens que constroem a *necropolítica*. Os dados são: relatórios de diversos setores públicos, associações e das próprias empresas, narrativas dos atingidos da mineração e midiáticas, mapeamentos das manchas de rompimento de barragem e índices socioeconômicos dos municípios de Barão de Cocais, Brumadinho, Mariana e Ouro Preto, entendendo, assim, a produção da cidade como consequência de um jogo de poder estruturado, que assume caráter ainda mais violento na intercorrência da pandemia global da Covid-19, fragmentando o território, vulnerabilizando as pessoas de modo coletivo e individual, impondo, sistematicamente, ainda que em municípios diferentes, ações que configuram um modo de operação próprio, que resulta na implantação da *necropolítica*.

Palavras-chave: *necropolítica*; Minas Gerais; economia política; mineração;

ABSTRACT

This dissertation seeks to list economic and political processes of the Federal and State governments of Minas Gerais and mining companies, seeking to understand how necropolitics, which subjugates life to the power of death, is built in mining territories. Elements of the Brazilian Political Economy and the option for mineral extraction as a developmental sector are explained, and Minas Gerais at the epicenter of the conflict, suffering the greatest disaster-crimes in recent years involving tailings dams. The argument exposes the consequences of the way the projects are implemented and operated and the ruptures, resettlements and the effects of the invisible mud, which says under living (or surviving) in face of the insecurity of a possible dam failure. The method is based on the systematization of information through lines of analysis that aim to explain the gears that build necropolitics. The data are: reports from various public sectors, associations and companies themselves, narratives of those affected by mining and the media, mapping of dam failure spots and socioeconomic indices of the municipalities of Barão de Cocais, Brumadinho, Mariana and Ouro Preto, thus understanding the production of the city as a consequence of a structured power game, which takes on an even more violent character in the intercurrency of the Covid-19 Global Pandemic, fragmenting the territory, making people vulnerable in a collective and individual way, imposing systematically, even in different municipalities, actions that configure their own mode of operation, which result in the implementation of necropolitics.

Keywords: necropolitics; Minas Gerais; political economy; mining;

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Caráter das Reportagens

49

LISTA DA FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Estado de Minas Gerais	33
Figura 2 – Mapa das Barragens incluídas na PNSB - 2021	39
Figura 3 – Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais – Indústria Mineral	52
Figura 4 - Distribuição dos municípios, conforme principal atividade econômica – 2018	53
Figura 5- Barragem Casa de Pedra e sua proximidade à Congonhas.	62
Figura 6 – Mapa de Barão de Cocais, Manchas de Inundação e Renda Média	73
Figura 7 – Proximidade da Barragem Sul Superior e Barão de Cocais.	74
Figura 8 – Barragem de Laranjeiras, Mina de Brucutu.	76
Figura 9 – Comunidade de Cocais, na Igreja local.	77
Figura 10 - Pátio de Transbordo da GSM, coberto por balão inflável diante da reclamação dos moradores, e sua proximidade com as casas.	80
Figura 11 – Reunião dos Moradores do Bairro Sagrada Família.	81
Figura 12– Faixas de protesto dos moradores do Bairro Sagrada Família	82
Figura 13 - Barragem B1 - Córrego do Feijão, Antes e Depois do rompimento.	86
Figura 14 – Mapa de Brumadinho, Manchas de Inundação e Renda Média.	88
Figura 15 - Distrito de Bento Rodrigues, antes e depois do rompimento da Barragem de Fundão.	92
Figura 16 – Francisco de Paula Felipe, morador de Bento Rodrigues, visita local da tragédia em 2016	93
Figura 17 – Escola do Distrito de Paracatu de Baixo, antes e depois do rompimento da Barragem de Fundão [1].	96
Figura 18 - Escola do Distrito de Paracatu de Baixo, antes e depois do rompimento da Barragem de Fundão [2].	96

Figura 19 - Reassentamento do Novo Bento Rodrigues, onde passados 5 anos, somente 5 casas foram finalizadas.	98
Figura 20 – Mapa de Mariana, Manchas de Inundação e Renda Média.	100
Figura 21 – Mapa de Ouro Preto, ZAS e a renda dos setores censitários.	102
Figura 22 – Festa do Reinado, em Miguel Burnier, em frente ao Templo do Sagrado Coração de Jesus.	104
Figura 23 - Barragem de Doutor e sua proximidade de Antônio Pereira.	107
Figura 24 – Moradores de Antônio Pereira, no treinamento de emergência, em maio de 2021.	111
Figura 25 – Diagrama sobre a lógica da prática no Campo da Mineração em Minas Gerais, através da narrativa dos moradores.	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação do Caráter das reportagens extraídas	48
Quadro 2 - Moradores entrevistados, localidades e conflitos*	70
Quadro 3 – Barragens Interditadas em Barão de Cocais	72
Quadro 4 – Barragens Interditadas em Brumadinho	86
Quadro 5 – Barragens Interditadas em Mariana	100
Quadro 6 – Barragens Interditadas em Ouro Preto	101
Quadro 7 – Estratégias, descrição e ação.	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Os dez municípios do estado de Minas Gerais com maior arrecadação da CFEM, em 2017.	36
Tabela 2 - Principais desastres envolvendo barragens de mineração em Minas Gerais	36
Tabela 3 - Barragens Interditadas em setembro de 2020.	40

LISTA DE SIGLAS

ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
ANM	Agência Nacional de Mineração
AVABRUM	Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão
CGE/MG	Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CMI	Câmara de Atividades Minerárias
Copam	Conselho de Política Ambiental
DCE	Declaração de Condição de Estabilidade
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
GPIs	Grandes Projetos de Investimento
IEM	Indústria Extrativa Mineral
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
PAEBM	Plano de Ação de Emergência para Barragens
PNSB	Política Nacional de Segurança de Barragens
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SEMAD Sustentável	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
ZAS	Zonas de Autossalvamento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
2 O JOGO DE PODER NO BRASIL E O EXTRATIVISMO MINERAL	16
2.1 ELEMENTOS DA ECONOMIA POLÍTICA DA MINERAÇÃO BRASILEIRA: ASSOCIAÇÃO ESTADO-MERCADO	16
2.2 NEOEXTRATIVISMO MINERAL E A NECROPOLÍTICA.....	20
3 MINAS GERAIS, MINERODEPENDÊNCIA E CONFLITOS	33
4 A CONSTRUÇÃO DA NECROPOLÍTICA NOS TERRITÓRIOS.....	55
4.1 DIMENSÕES DO CONFLITO	55
4.2 OS TERRITÓRIOS MINEIROS E A NECROPOLÍTICA.....	65
4.2.1 <i>Barão de Cocais</i>	71
4.2.2 <i>Brumadinho</i>	84
4.2.3 <i>Mariana</i>	91
4.2.4 <i>Ouro Preto</i>	101
4.2.5 <i>A Lógica Da Prática da Necropolítica</i>	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS.....	119

INTRODUÇÃO

Como ouropretana, o convívio com a mineração sempre esteve presente em toda minha vida. A imagem construída de sucesso e desenvolvimento dos municípios mineradores e da população empregada no setor mineral era nítida para mim, desde os tempos do ensino fundamental, início dos anos 2000, quando, por volta dos meus 10 anos, eu via colegas, filhos dos trabalhadores da Vale ou Samarco, receberem seus kits escolares, com cadernos, lápis de cor e mochilas, aos quais a maior parte da minha turma não tinha acesso.

Já na graduação de Arquitetura e Urbanismo, vi o lado mais cruel da presença da mineração no território. Como bolsista do grupo GEPSA/UFOP¹, trabalhei com cartografia participativa com os moradores de Paracatu de Baixo, distrito de Mariana, atingido pelo rompimento da barragem de Fundão. Cada ida a campo significava mergulhar na tragédia, ficar horrorizada diante das marcas de destruição deixadas e, desde então, entendi que a minha atuação como profissional precisava lidar com o sentimento de injustiça escancarado ali.

Insurgências locais em torno da luta pela moradia me aproximaram dessa temática, a qual foi levada no projeto de pesquisa inscrito no processo de seleção do mestrado, em 2019. Já como integrante do PRAXIS-EA/UFMG², diante do rompimento da barragem B1, da Vale, na mina de Córrego do Feijão (2019), foi impossível não reviver a experiência em Paracatu, fatos que me levaram à reescrita do projeto de pesquisa inicial, quando, já em contato com o texto *Necropolítica*, de Achille Mbembe (2016), foi formulada a seguinte pergunta de pesquisa: “Como se constrói a necropolítica nos territórios minerados em Minas Gerais?”.

¹ O GEPSA – Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais é um grupo de pesquisa certificado pelo CNPq, que, desde o ano de 2016, vem desenvolvendo atividades e ações no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão e tem atuado em colaboração com as pessoas atingidas pela mineração dos municípios de Mariana e Barra Longa, com as assessorias técnicas independentes desses mesmos municípios (Cáritas, em Mariana, e AEDAS, em Barra Longa), com os Movimentos Populares e com o Ministério Público Federal e Estadual, com o intuito de contribuir para os processos de recuperação integral dos territórios atingidos.

² PRAXIS-EA/UFMG é um grupo de pesquisa do CNPq, coordenado pela Profa. Dra. Denise Morado Nascimento e pelo Prof. Dr. Daniel Medeiros de Freitas, vinculado ao Departamento de Projetos (PRJ) e ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da UFMG (EA/UFMG), com projetos financiados pela FAPEMIG, CNPq, Capes, PROEX/UFMG, PRPq/UFMG, Ford Foundation e FUSP.

Assim, esse trabalho pretende analisar as relações de poder permeadas por processos econômicos e políticos entre o Estado e o Mercado, no caso particular, entre os Governos Federal, Estadual, de Minas Gerais, e as empresas mineradoras, para entender como a necropolítica, constituída por formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte, se constrói nos territórios minerados

Inicialmente, são dispostos conceitos acerca da Economia Política Brasileira, e sua relação com o território. Assim, é delimitado o contexto do desenvolvimento brasileiro em torno do padrão de dependência econômico liberal periférico e a consequência da opção pelo extrativismo mineral como principal setor econômico brasileiro. Ao analisar as decisões do Estado e mercado associados, pontua-se a escolha política pelo neoextrativismo ao longo dos anos, na qual o Brasil assume o protagonismo em seu perfil exportador mineral, demonstrando o vínculo com o capital estrangeiro, caracterizado pela alta disponibilidade da extração mineral para atender a demanda do mercado exterior.

Em seguida, elucida-se a importância de Minas Gerais na discussão referida, uma vez que o estado tem sua história intensamente ligada à mineração, muitas vezes contada de maneira reduzida à história aurífera, colonial e, posteriormente, mineral. Além disso, sua relevância também se dá por abrigar centenas de barragens de rejeito de minério e pelo fato de sofrer historicamente com rompimentos de barragens, sendo dois deles, em 2015 e 2019, os desastres de maior dimensão nos últimos anos, dentro das perspectivas ambiental e humana. Com fins de recorte territorial e aproximação da temática, são analisados os municípios de Barão de Cocais, Ouro Preto, Brumadinho e Mariana, que passam por conflitos acerca da instabilidade de barragens, expansão de minas, consequências dos rompimentos e medidas compensatórias ineficazes.

Para a elaboração do argumento da construção da necropolítica e sua vinculação à atividade da exploração mineral, foram analisados os seguintes dados: (i) o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Barragem de Brumadinho, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), aprovado em setembro de 2019; (ii) *Relatório de Auditoria nº 1370.1390.19* da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD); (iii) Dados do IBGE acerca da renda e raça dos setores censitários que compõem os territórios minerados; (iv) o banco de reportagens extraídas dos jornais eletrônicos

Estado de Minas, Hoje em Dia e O Tempo que veiculam matérias jornalísticas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); e (v) a narrativa dos moradores sobre a mineração no território em que vivem.

Assim, ao longo do texto são dispostas práticas institucionais, decisões econômicas e técnicas que contribuem para o entendimento do conceito da necropolítica através do reconhecimento do exercício do poder no território, e as diversas dimensões de conflitos consequentes. Tal construção acontece pelo exame ampliado da economia política, proveniente da associação entre Estado e mercado, de práticas racistas e neoliberais. Diante da análise das narrativas dos moradores, foi possível, através do entendimento da lógica da prática (BOURDIEU, 2009), desvelar a construção da necropolítica, compreendendo as estruturas e estratégias que atravessam o campo da mineração.

Sem perspectivas para apontamentos de soluções ou esgotar a temática, o presente trabalho busca, então, demonstrar as engrenagens que conformam a necropolítica, para desvelar o entendimento de que há uma sistematização das relações de poder e suas consequências, e que estas, ao longo dos anos, se fortaleceram e se perpetuam. A partir do entendimento desse sistema, pode ser possível vislumbrar o estabelecimento de novos entendimentos que possibilitem fissuras para a produção das cidades mineiras mineradas de modo mais justo e menos conflituoso.

2 O JOGO DE PODER NO BRASIL E O EXTRATIVISMO MINERAL

O presente capítulo busca elucidar as relações de poder compreendidas na conjuntura que envolve as empresas mineradoras e o Estado brasileiro. Em um primeiro momento, é exposto o jogo de poder, estruturado pelos elementos da economia política, que, por sua vez, definem como ações dinâmicas constroem o território. Posteriormente, o neoextrativismo mineral é argumentado como consequência da economia política da mineração, e são dispostas as implicações do mesmo, sendo a necropolítica a base para a argumentação que conduz a leitura do território proposta neste trabalho.

2.1 Elementos da Economia Política da Mineração Brasileira: Associação Estado-Mercado

Desde o século XIX, momento marcado pela consolidação do capitalismo, países como o Brasil possuem relações internacionais restringidas pelo capital mundial. Fato este que configura a base para o entendimento da conformação do jogo de poder no Brasil em torno da sua economia subdesenvolvida. Tal jogo de poder é delimitado pelas ações do Estado e do mercado de maneira associada, situação intensificada diante das prerrogativas da financeirização do capital e pautas neoliberais.

Com a posição de país subdesenvolvido, o Brasil possui os investimentos e as estruturas locais comandados pelos interesses do capital estrangeiro, os quais, por consequência, definem a construção território, desde a escala federal à escala de pequenos povoados, limitando decisões que envolvem economia e política.

Conformam-se, nos países subdesenvolvidos - periféricos -, “economias subordinadas, com um grau de autonomia muito pequeno e que transferem continuamente renda e riqueza para os países centrais do sistema capitalista mundial” (FILGUEIRAS, 2017, p. 151). Essa falta de autonomia limita as variadas esferas de poder, que vão desde o direcionamento de políticas públicas, investimentos de bancos internacionais, por exemplo, que, por sua vez, também ficam condicionadas aos padrões mundiais.

Definindo a ocorrência do jogo de poder diante da complexidade das relações econômicas e políticas, entende-se, também, que tal jogo está intrinsecamente imbricado na dimensão espacial, já que é condicionado e ao mesmo tempo condiciona tais relações. “O espaço pode ser definido como o resultado de uma interação permanente entre, de um lado, o trabalho acumulado, [...], e de outro lado, o trabalho presente” (SANTOS, 2012, p. 111). As duas formas de trabalho constituem, portanto, o espaço geográfico. Sendo assim, “a economia política não pode prescindir do dado espacial” (SANTOS, 2021, p. 111), visto que são concomitantes partes de uma relação estruturada e estruturante.

Há uma variedade de definições acerca da expressão *economia política* e, ao conjecturar uma análise que englobe aspectos também territoriais, é necessário espacializar tal expressão. Assim, adotaremos a visão de Milton Santos, que afirma que a economia política “é o estudo da produção, de suas condições de realização e de suas consequências diversas, como o resultado de um jogo complexo” (2012, p. 111). Portanto, analisar a economia política é destrinchar decisões políticas pautadas pelo padrão de desenvolvimento econômico periférico brasileiro que, por fim definem, as dinâmicas territoriais.

Segundo Milanez, “o imaginário nacional ainda mantém a ideia do Brasil como ‘potência industrial’, processo fruto dos esforços do modelo de substituição das importações e do paradigma desenvolvimentista” (2019, p. 385). Ainda que, ao longo do tempo, a relação entre as economias subdesenvolvidas e desenvolvidas tenha sofrido mudanças, não houve momento em que se alterasse a condição de dependência como padrão de desenvolvimento. “Temos de um lado, o funcionamento do capital, e de outro lado, o funcionamento do trabalho. Esse jogo tanto se dá de forma espontânea como de forma regulada, ainda que a ação do mercado e a do estado raramente se excluam” (SANTOS, 2012, p. 111).

É possível afirmar, no caso do Brasil, que, “se o país passou por um real processo de industrialização entre as décadas de 1930 e 1980, uma parte dessa capacidade foi desmontada a partir dos anos 1990” (MILANEZ, 2019, p. 385). Com isso, observamos que, em sua maioria, países subdesenvolvidos mantiveram, e mantêm um distanciamento do centro do capital-financeiro, bem como da vanguarda do conhecimento tecnológico, fato este acentuado pelo neoliberalismo e as formas de exploração do trabalho e do território cada vez mais complexas e incisivas. O

pacto formado pelo jogo entre o mercado e Estado não teve sua forma alterada, ou seja, a dependência se mantém.

A economia brasileira, até 1929, ano da primeira grande crise capitalista, estava baseada na economia exportação mineral agrícola, enquanto importava produtos manufaturados. Sendo assim, na divisão internacional do trabalho, a dinâmica econômica era definida pela grande transferência de renda para os países desenvolvidos, uma vez que era vantajosa a exportação dos insumos manufaturados. Isso se dava frente ao valor relativamente baixo dos minerais e agrícolas importados, além do recebimento dos juros de empréstimos internacionais, feitos para financiar déficits estruturais, configurando e acentuando a dependência comercial-financeira das economias periféricas frente ao capital internacional (FILGUEIRAS, 2017).

Com a abertura provocada pela mencionada crise, o Brasil iniciou o processo de industrialização, conhecido por nacional-desenvolvimentista, que durou entre 1930 e 1955. O governo de Juscelino Kubitschek, na década de 1950, impulsionou dito processo com a “implantação do segmento de bens de consumo duráveis através dos investimentos diretos realizados pelas corporações multinacionais” (FILGUEIRAS, 2017, p. 152). Assim, ainda que a relação brasileira de dependência na divisão internacional do trabalho permanecesse, a mesma sofreu alterações no sentido de ampliação, como nos demais países periféricos. Naquele momento, a dependência passa a ser internalizada:

os interesses dos capitais estrangeiros e do imperialismo passaram a se expressar e serem defendidos a partir de dentro, nas distintas esferas da vida social. [...] Esses interesses passaram a ser abertamente defendidos e justificados nos grandes meios de comunicação, nas universidades, no Parlamento e, cada vez mais, no Judiciário (FILGUEIRAS, 2017, p. 152).

Por outro lado, viu-se um desdobramento da dependência comercial-financeira para uma dependência tecnológico-financeira, “na qual a transferência de excedentes da periferia para o centro passou a se associar à importação de bens de capital de maior intensidade tecnológica e ao financiamento do processo de industrialização dos países periféricos” (FILGUEIRAS, 2017, p. 152). Com isso, evidenciou-se que somente a industrialização, sem modificação das estruturas de dependência, não alteraria a posição do Brasil frente à economia mundial.

No último quarto do século XX, “com os processos mundiais (distintos, mas articulados) de reestruturação produtiva, a mundialização do capital e a financeirização, sob a perspectiva ideológica das políticas neoliberais” (FILGUEIRAS, 2017, p. 152), o Brasil buscou na indústria extrativa mineral a sua reinserção na economia mundial. “É nesse sentido que o entendimento do papel da indústria extrativa mineral na economia nacional passa, essencialmente, pela explicitação da estratégia estatal de industrialização com orientação exportadora (*export-oriented industrialisation*, EOI)” (SANTOS, 2013, p. 78).

A partir dessas dinâmicas de incentivo à indústria exportadora mineral e fragmentação e desigualdade territorial, “foi-se configurando uma nova (e atual) forma de dependência, que se mostrou plenamente constituída na década de 1990” (FILGUEIRAS, 2017, p. 152). Ainda segundo Filgueiras,

Essa nova dependência, também de natureza tecnológico-financeira, redefiniu, de novo, a inserção dos países periféricos na divisão internacional, aprofundando e radicalizando a subordinação destes: transformou-os em plataforma de acumulação do capital financeiro internacional, através da securitização e do financiamento de suas dívidas públicas e do pagamento de rendas derivadas do monopólio do conhecimento e da informação; trouxe de volta àqueles, como o Brasil, que haviam se industrializado no período anterior a condição de exportadores de *commodities* agrícolas e minerais e de manufaturados de baixo valor agregado e menor intensidade tecnológica, e tornou-os consumidores, mas não produtores, dos produtos típicos das terceira e quarta revoluções tecnológicas (2017, p. 153).

A relação de dependência na divisão internacional do trabalho, intensificada pela ideologia neoliberal, o acúmulo de capital e a centralização de poder capitalista, resultou em uma dinâmica de controle. Como consequência, temos “a quase completa perda de autonomia dos países dependentes para operacionalizar as políticas econômico-sociais e, [...] o desencadeamento de um longo e penoso processo de desindustrialização” (FILGUEIRAS, 2017, p. 153). Outro elemento que acentuou a chamada *socialização capitalista* – na qual os lucros são concentrados, e prejuízos socializados – foi a crise econômica, que se apresentou com mais intensidade nos países mais pobres, provocando o aumento da vulnerabilidade das camadas menos abastadas, favorecendo, também, o controle sobre essas pessoas.

Analisando o Brasil, sem negar que tal prática aconteça de forma mundial, o padrão de desenvolvimento liberal periférico restringe o acesso mais igualitário às

diversas formas de capital, bem como provoca um processo, segundo Milton Santos (2012), de multinacionalização da economia, conforme o qual Estados e municípios têm menor poder de decisão, enquanto pactos federais e internacionais influem com intensidade no território.

Ainda que governos progressistas assumam o poder, estratégias de valorização econômica nacional se tornam impraticáveis diante do cenário econômico e político global que condiciona e estrutura investimentos. Sendo assim, o Estado Brasileiro se mostra “incapaz de efetivar uma estratégia econômica inovadora e autônoma, capaz de retomar o caminho inconcluso da diversificação e integração da economia nacional, centrada no dinamismo do setor secundário” (SANTOS, 2013, p. 78). De fato, vem, desde o começo dos anos 2000, fazendo uso de estratégias pouco inovadoras, isolando setores econômicos de alta competitividade. “Na prática, o projeto neoextrativista que se consolida nesse momento em toda a América Latina e assume contornos neodesenvolvimentistas no Brasil é estruturalmente incapaz de superar a condição semiperiférica da economia brasileira” (SANTOS, 2013, p. 78-79).

Na dinâmica do capitalismo mundial, que condiciona o Sul Global à periferia, “a expansão das fronteiras do neoextrativismo requer a relação indubitável com as estratégias de expropriação e violência destinadas a impor o controle e disciplinarização de territórios e comunidades” (GONÇALVES; MILANEZ, 2019 p.13). Assim, “as terras, florestas, montanhas, rios e subsolos são vasculhados e mapeados com a intenção estratégica de controle corporativo de solos férteis, água, fontes energéticas e minerais” (GONÇALVES; MILANEZ, 2019 p.13), fragmentando os povos, seus costumes, modos de vida, desconectando as pessoas dos lugares.

2.2 Neoextrativismo Mineral e a Necropolítica

No exame da economia política brasileira ao longo dos anos, destaca-se a escolha política da indústria extrativa mineral como o principal setor de fomento do desenvolvimento nacional. Diante da análise de Milanez (2019), o Brasil, dentro da dinâmica mundial, tem protagonismo no perfil exportador mineral:

Considerando apenas recursos minerais (minérios, metais e combustíveis

minerais), explicita-se ainda mais o perfil mineiro-dependente do Brasil. Do ponto de vista da participação na exportação de bens, esses recursos corresponderam, em 2014, a 24% da pauta brasileira. Esse percentual é equivalente ao de países africanos comumente considerados como extrativistas tais como Namíbia (26%), Zimbábue (25%) e Costa do Marfim (22%) (World Bank 2016).

Em 2015, o Brasil foi o maior exportador de minérios da América Latina e o segundo maior do mundo. Naquele ano, ele foi responsável por cerca de 11% de todos os minérios exportados, tendo uma participação no mercado global de minérios superior a países como África do Sul, Peru e Chile, normalmente identificados como países mineradores. Dentro desse setor, o país se destaca, principalmente como exportador de nióbio (1º), minério de ferro (2º), bauxita (3º), manganês (4º) e cobre (7º) (DNPM 2016, International Trade Center 2015). (MILANEZ, 2019. p.386)

Nesse âmbito, analisando as decisões do Estado e do mercado associados, demonstra-se o vínculo com o capital estrangeiro, fato que define a expansão constante da extração mineral no Brasil, frente ao alto consumo do mercado exterior e a disponibilidade mineral no subsolo brasileiro. De acordo com os dados levantados por Milanez,

Tomando o ano de 2014 como exemplo, a maior parte do nióbio extraído (91%) não foi destinado ao mercado nacional, mas sim exportado para abastecer outros países. O mesmo comportamento pôde ser identificado no caso do ouro (80%), cobre (80%), manganês (75%) e minério de ferro (71%), entre outros (DNPM 2016) (MILANEZ, 2019. p.386).

As apostas e incentivos em torno de Grandes Projetos de Investimento (GPIs), ao quais, além dos mineiro-metalúrgicos, podemos acrescentar os petroquímicos e energéticos, são analisadas por Vainer (2007), no sentido de provocarem uma reconfiguração do território nacional em prol do chamado desenvolvimento econômico, conformando um espaço nacional integrado e profundamente desigual.

O discurso em torno do desenvolvimento econômico nacional é muitas vezes levantado, porém, “uma parte considerável dos impactos socioambientais gerados pela extração mineral no país desenvolve-se para garantir a manutenção do elevado consumo de recursos naturais em outras regiões” (MILANEZ, 2019. p.386). O que significa, de modo consciente por parte daqueles que optam pelo investimento no setor extrativo mineral, o aumento dos conflitos socioambientais, nos locais onde se estabelece toda a cadeia de produção mineral, desde a extração, produção e transporte. Assim, “os conflitos socioambientais são, adicionalmente, definidos pela

competição desigual por bens naturais, opondo práticas socioeconômicas e culturais tradicionais e, de outro, a indústria extrativa mineral” (SANTOS, 2013, p. 75).

O Brasil, de economia subdesenvolvida pela análise da Economia Política e mundialmente condicionado como fornecedor de *commodities*, reafirma constantemente, ao longo do século XXI, a impressão de que não há perspectiva de mudanças nessas relações. Ao longo dos anos 2000, período de *boom das commodities*³, observa-se a intensa participação do extrativismo mineral no valor adicionado (VA) nacional⁴, quando esse índice salta de

1,6% em 2000 para 4,1% em 2011, com perda concomitante da indústria da transformação, que reduz sua participação de 17,2% para 14,6%. [...] Essa participação crescente se concentra, ademais, no segmento de exploração ou lavra mineral, com o incremento de cerca de 10% em menos de uma década (SANTOS, 2013, p. 77).

Fato que agrava a problemática dessa concentração, além das questões socioambientais conflituosas, é a dependência externa, uma vez que o capital de investimento no setor é majoritariamente proveniente de multinacionais, conforme dados apontados por Rodrigo Santos:

Em 2009, a IEM comercializou com o exterior US\$ 30,83 bilhões, em torno de 20% do total das exportações brasileiras (US\$ 152,99 bilhões) naquele ano, correspondendo, ainda, a mais de 60% do superávit da balança comercial, de US\$ 25,29 bilhões. Nesse contexto, a participação dos minerais metálicos chegou a 90,04% (US\$ 27,76 bilhões) (DNPM, 2011, p. 52) e a do minério de ferro, exclusivamente, a 63,58% (US\$ 19,60 bilhões) do valor total exportado (SANTOS, 2013, p. 77).

Característica estrutural do capitalismo no Brasil e na América Latina, o extrativismo foi intensificado pela difusão de megaempreendimentos, com exploração intensiva da natureza no período de expansão dos primeiros anos do século XXI (GONÇALVES; MILANEZ; 2019). Estruturalmente atrelado ao desenvolvimento capitalista, o modelo econômico extrativista “perpassa a longa

³ O *boom das commodities* minerais entre os anos 2002 e 2011 caracterizou-se pela crescente elevação do preço de diversos minérios no mercado mundial, especialmente diante da elevada demanda de países emergentes como a China (WANDERLEY, 2017 apud WANDERLEY; GONÇALVES, 2019).

⁴ O valor adicionado (VA) é a contribuição ao produto interno bruto (PIB), pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades (IBGE, 2016).

memória do continente e suas lutas, define um modo de apropriação da natureza, um padrão de acumulação colonial, associado ao nascimento do capitalismo moderno” (SVAMPA, 2019, p.21, tradução nossa⁵ *apud* GONÇALVES; MILANEZ; 2019, p.8). Assim, muito da história latino americana é associada às disputas inerentes à extração mineral, e isso reflete uma lógica colonial moderna “que produz ‘desenvolvimento’ no centro (isto é, concentração e acumulação dos meios de poder e consumo) e ‘subdesenvolvimento’ em suas periferias” (ARAÓZ, 2015, p.185, tradução nossa⁶ *apud* GONÇALVES; MILANEZ; 2019, p.8).

A atualização constante do extrativismo diante de expansão de políticas neoliberais, com intensificação da atuação do capital estrangeiro no território, configurou o chamado neoextrativismo, que aprofundou as escalas da exploração presente no Brasil e na América Latina como um todo.

A dependência da produção e exportação de *commodities* minerais e agrícolas contribuiu para estruturar a fase neoextrativista nesta região do continente americano como modelo de desenvolvimento delineado pelo crescimento econômico fundado na apropriação da natureza e integração em redes produtivas pouco diversificadas. (GONÇALVES; MILANEZ; 2019, p.8-9)

Prática inerente ao neoliberalismo, o esvaziamento de poder da população afetada acontece por meio da transferência de recursos individuais e coletivos da população em prol de algumas empresas, atingindo atores econômicos diversos de formas diferentes, na qual o Estado atua como “um motor de desigualdades, já que por esse meio, favorece concentrações e marginalizações” (SANTOS, 2012, p. 118).

Assim, a estratégia estatal em torno da constante ampliação da Indústria Extrativa Mineral (IEM) é pautada e justificada pelo desenvolvimento nacional e o bem comum da economia, porém, “vem negando a trabalhadores e sindicatos, movimentos sociais e ONGs, atingidos e populações indígenas e tradicionais quaisquer possibilidades de democratização e controle social das perspectivas futuras do setor” (SANTOS, 2013, p. 77). No trecho de Gonçalves e Milanez, que citam OCMAL (2016), afirma-se que:

⁵ Texto original: recorre la memoria larga del continente y sus luchas, define un modo de apropiación de la naturaleza, un patrón de acumulación colonial, asociado al nacimiento del capitalismo moderno.

⁶ Texto original: produce “desarrollo” en el centro (es decir, concentración y acumulación de los medios de poder y de consumo) y “subdesarrollo” en sus periferias”.

a expansão da megamineração representa a agudização das ações de violência e criminalização com participação do Estado e das empresas contra os territórios, as populações locais, movimentos de resistências e suas lideranças. A violência compreende os mecanismos que buscam silenciar pela força, de maneira direta e repressiva, os líderes das organizações de resistência e populações que se opõem à mineração. Seus agentes são provenientes do próprio setor extrativo; todavia, geralmente contam com o apoio do Estado. (OCMAL, 2016 *apud* GONÇALVES; MILANEZ; 2019, p.14).

Grandes projetos, em sua essência, são portadores de enorme potencial de organização e transformação do espaço, porém, um aspecto que define o modo como isso acontece tem relação com a privatização dos setores de infraestrutura, prática condizente às políticas neoliberais. Uma vez que o Estado não possui mais as empresas que fomentam esses setores, os processos de planejamento e controle territorial passam a atender, primordialmente, aos interesses das empresas privadas. Assim, empresas de capital multinacional atuam em espaços locais e regional com interesses globais (VAINER, 2007). Como consequência, a mundialização das cidades promove, segundo Milton Santos, um “agravamento da distância entre níveis de atividade: distância entre níveis de capital, de produtividade, de exigências quanto ao “entorno” material, de poder” (2012, p. 125). De acordo com os dados levantados por Gonçalves e Milanez,

Entre 2003 e abril de 2012 foram encaminhados aproximadamente 182.463 requerimentos de pesquisa ao Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) (atual Agência Nacional de Mineração), sendo 136.718 autorizadas, 74,93% do total. Ainda, houve 2.946 concessões de lavra e 1.299 permissões de lavra garimpeira executadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) no mesmo período (SANTOS, 2012). Esses dados demonstram a expansão da fronteira de apropriação, controle e disputa pelo subsolo brasileiro (GONÇALVES, 2016). Destaca-se ainda que as operações minerais, que em 2004 eram da ordem de R\$ 17,6 bilhões, em 2011 superaram R\$ 85 bilhões (ANM, 2019). Como grande parte do minério extraído no Brasil visa o mercado internacional, Wanderley (2017) destaca que a exportação brasileira de minério expandiu-se de 6,8% da pauta exportadora em 2000, para 17,6% em 2011. (2019, p.16)

Ainda que haja dados apontando a prevalência da prerrogativa extrativista visando o mercado internacional frente ao desenvolvimento local, a viabilização e a inviabilização de grandes projetos, bem como de estruturas políticas, e toda trama que envolve tais processos, acontece de maneira justificada pelo “bem coletivo”, o progresso de uma cidade ou região. Contudo, como analisa Milton Santos, “tudo isso

é feito em nome de ideologias como a do progresso, do crescimento, do desenvolvimento, da modernização e da competitividade. E sempre beneficia muito mais a alguns do que a maioria” (2012, p. 134).

O estrangulamento das classes mais pobres, aliado à falta de autonomia dos estados e municípios e de um pacto nacional pela democracia, “propicia a eclosão de uma guerra de todos contra todos, da qual saem vencedoras, como se sabe, as empresas privadas, que promovem verdadeiros leilões para os que ofereçam maiores vantagens – fiscais, fundiárias, ambientais, etc” (VAINER, 2007, p. 11). Como consequência desse processo, são percebidas implicações territoriais indissociáveis ao neoextrativismo mineral, pois este impulsiona disputas por recursos como a água, a terra e o subsolo. “Além de representar novas dinâmicas espaciais locais e regionais, a mineração se soma à escalada de violências e conflitos que palmilham os territórios minerados”. (GONÇALVES; MILANEZ; 2019, p.16).

Ao representar a criação de novas dinâmicas espaciais, a mineração é responsável pelo controle, apropriação e definição dos territórios, pois, ao “redefinir os usos e as configurações dos lugares, o extrativismo mineral torna-se uma atividade imanente aos conflitos e aos diferentes tipos de violências” (GONÇALVES; MILANEZ; 2019, p.17). A violência se configura nas variadas etapas de um empreendimento minerário, e, desde os processos decisórios que envolvem a liberação dos GPIs, estes podem ser caracterizados como exógenos, excludentes e violentos, como aludido por Vainer:

É interessante lembrar a natureza dos processos decisórios que lhes dão origem. Ora, quase sempre se fazem nos corredores e gabinetes, à margem de qualquer exercício de planejamento compreensivo e distante de qualquer debate público. Antes de estruturar territórios e enclaves, o grande projeto estrutura e se estrutura através de grupos de interesses e *lobbies*, coalizões políticas que expressam, quase sem mediações, articulações econômico-financeiras e políticas. O local, o regional, o nacional e o global se entrelaçam e convergem, na constituição de consórcios empresariais e coalizões políticas (VAINER, 2007, p. 12).

Pontuando acerca do papel fundamental do Estado em sua coalizão com o mercado, no sentido de promover o neoextrativismo e assumir a distribuição dos riscos para a população em favor do capital estrangeiro, entende-se que todo aparato legislativo, como marcos legais, projetos de lei, medidas provisórias, assim

como as forças policiais executivas utilizadas contra grupos minoritários como indígenas, camponeses, atuam associadamente em prol do neoextrativismo.

Por conseguinte, unidades de conservação, áreas de fronteiras, terras indígenas, territórios quilombolas, comunidades camponesas e assentamentos de reforma agrária metamorfoseiam-se em territórios em disputa confrontados com as políticas e os projetos de interesse mineral. (GONÇALVES; MILANEZ; WANDERLEY, 2018. p.352)

O território brasileiro é imensamente rico em bens minerais, com alta concentração no subsolo, sendo necessária a regulamentação da distinção político-jurídica de propriedade do solo e subsolo. Assim, “a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 demarca os recursos minerais como “bens da União”, distinguindo a propriedade do solo e do subsolo (SANTOS, 2013, p. 79). A esse respeito, diz o texto da Constituição:

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra (BRASIL, 1988).

Diante de tal prerrogativa, convertem-se bens naturais em recursos minerais, ou seja, a transformação “em recursos potencialmente aproveitáveis do ponto de vista econômico” (SANTOS, 2013, p. 80). Então, é “caracterizada a existência potencial de recursos minerais em um dado território, por sua vez, a exploração (pesquisa) e a exploração (lavra) constituem as atividades geradoras de conflitos por excelência” (SANTOS, 2013, p. 80).

Reafirmando a escolha estatal pela prioridade da mineração, o Código de Minas, de 1967, também define que “proprietários e posseiros do solo são definidos como superficiários, formalizando a prioridade histórica de fato do uso mineral do território, em detrimento de outras formas de ocupação” (SANTOS, 2013, p. 80). Justificado pelos pressupostos desenvolvimentistas e de retorno econômico, o Estado vincula de maneira equivocada os interesses nacionais e sociais sem questionar o padrão de dependência econômica e, dessa forma, acaba por fortalecer empresas estrangeiras e o capital financeiro internacional. Assim,

[d]iante do conflito de interesses primários isonômicos, isto é, caracterizados pela igualdade de direitos, como entre a indústria extrativa mineral e assentamentos para fins de reforma agrária, as autoridades estatais possuem a prerrogativa de definir “qual das duas atividades irá melhor contribuir para o desenvolvimento nacional” (DNPM, 2004) (SANTOS, 2013, p. 80).

O território, que é composto também por esse subsolo dotado de bens naturais, mas não só por ele, não é esvaziado de suas outras dimensões. Ou seja, estabelecer a condição de recursos minerais significa assumir conflitos com diversas comunidades, grupos de pessoas, em suas esferas de vida, no que se refere ao passado, presente e futuro. Assim são variados os impactos dos projetos de mineração, pois “da mina às demais infraestruturas de beneficiamento e escoamento da produção que o integram, não ocorrem em espaços vazios” (GONÇALVES; MILANEZ; WANDERLEY, 2018. p.353). Os espaços em sua maioria,

são territorializados desencadeando conflitos com comunidades e sujeitos cujas cartografias de vida expressam formas de ser e viver coletivas. Representam maneiras de organizar as moradias, realizar a pesca e as práticas agrícolas, valorar os rios e as florestas conforme suas próprias identidades culturais na relação com os territórios (GONÇALVES; MILANEZ; WANDERLEY, 2018. p.353)

A lógica de atuação do Estado e do mercado sobre os empreendimentos minerários, contextualizada na tendência mundial em torno do Estado central neoliberal, tem como consequência uma economia política que intensifica a pressão nas classes mais pobres, potencializa lucros e centraliza o poder para o mercado. Assim, a delimitada conjuntura impacta os territórios na alteração de tudo o que os configura tal como são.

Uma vez que a expressão do jogo de poder entre Estado e mercado é marcada pela configuração de processos que afetam a vida da população como um todo por meio das práticas neoliberais, se conforma a biopolítica. Entende-se por biopolítica o exercício do poder sobre a vida, como afirma Pelbart:

O termo "biopolítica" foi forjado por Foucault para designar uma das modalidades de exercício do poder sobre a vida, vigentes desde o século 18. Centrada prioritariamente nos mecanismos do ser vivo e nos processos biológicos, a biopolítica tem por objeto a população, isto é, uma massa global afetada por processos de conjunto. Biopolítica designa pois essa

entrada do corpo e da vida, bem como de seus mecanismos, no domínio dos cálculos explícitos do poder, fazendo do poder-saber um agente de transformação da vida humana (PELBART, 2003, p.24).

O Estado viabiliza, fundamentalmente, o exercício da biopolítica no território, pois promove, por meio da expressão do poder, a dinâmica entre forças imensamente desiguais da população afetada por um GPI e daqueles que decidem e lucram pela existência do mesmo. De acordo com Vainer, “a legibilidade destes processos passa por um exame das formas prevaletentes de representação e disputa de interesses no interior mesmo do aparelho estatal” (2007, p. 20). Ou seja, o Estado mantém a estruturação dos processos que legitimam a biopolítica por meio da viabilização legislativa, financeira e política dos empreendimentos.

Ao analisar, então, a economia política de uma cidade, entendemos a “forma como a cidade, ela própria se organiza, em face da produção, e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar” (SANTOS, 2012, p. 114). Na análise da economia política do neoextrativismo mineral, é imprescindível “que os fatores estratégicos sejam levados em conta, o que permite identificar melhor o lugar real que tem cada agente ou grupo de agentes, cada ação ou grupo de ações, no processo do desenvolvimento urbano, a cada momento da história” (SANTOS, 2012, p. 115). É nessa identificação que se observa o exercício da biopolítica, que, diante da perspectiva do reconhecimento da mineração como setor estratégico de controle dos territórios, possibilita o reconhecimento do que define a cidade como é, socialmente e espacialmente, à maneira como o próprio jogo de poder a delimita.

Diante destas afirmações, mostra-se necessário entender as relações dos atores diversos que compõem o jogo de poder, o qual acaba por definir as decisões sobre território e, conseqüentemente, constrói a cidade – e por vezes a destrói. Como afirma Vainer:

O exame da economia política de cada grande projeto permitiria identificar de que forma atores políticos e empresas nacionais e internacionais se associam e mobilizam elites locais e regionais para exercer o controle do território, constituindo uma nova geografia física, econômica e política que decompõe o território nacional em novos fragmentos *glocalizados* (2007, p. 12).

Para Milton Santos, uma análise de desenvolvimento urbano precisa chegar a uma “classificação em que os capitais presentes sejam distinguidos por suas

qualidades e utilizações e os seus detentores sejam vistos em função do poder de que desfrutam” (2012, p. 122). Mais do que analisar o escopo das decisões econômicas e políticas no âmbito dos índices desenvolvimentistas, é necessário entender as relações que compõem o jogo de poder e emaranham decisões, padrões, reforçando a posição brasileira como plataforma de exportação e acumulação de capital estrangeiro.

Quando se trata de “equipamentos coletivos”, Milton Santos afirmou “o que impropriamente é chamado de equipamento coletivo, consagra e impõe uma divisão do trabalho cada vez mais iníqua, dentro da cidade. Há uma repartição desigual dos lucros, dos riscos e das perdas, ligada a diferença de poder político” (2012, p. 132). Entendendo a dimensão pública dos recursos minerais, como a terra e a água, quando é concedida a exploração de uma área para a implantação de projetos minerários, reforçam-se todas as dimensões de exploração e vulnerabilidade política e social, questionando a soberania da população que é preexistente a tal empreendimento. Observa-se que os maiores expostos aos riscos e perdas não têm acesso aos grandes lucros obtidos pelo processo de extração e ainda precisam lidar com as consequências da implantação, como a contaminação do solo e da água, desmatamento e poluição, bem como as consequências da gestão questionável que expõe às pessoas aos riscos de rompimento de barragens.

A soberania de um povo é definida, segundo Mbembe, “num processo de ‘autoinstituição’ e ‘autolimitação’ [...] e o exercício da soberania, por sua vez, consiste na capacidade da sociedade para a autocriação pelo recurso às instituições inspirado por significações específicas sociais e imaginárias” (2016 p.124). A soberania tem ligação, então, com a existência da população em um território, dotado de significados, modos de vida e características que tanto acabam por constituir o território para as pessoas quanto constituem as pessoas que ali estabelecem suas vidas de forma autônoma. Soberania e autonomia são conceitos próximos e interdependentes opostos ao estado de exceção, situação na qual o Estado Democrático de Direito se encontra em suspensão e os direitos constitucionais em descontrole.

A “expressão máxima de soberania está no controle sobre a vida e a manifestação de poder. Questão que também se relaciona com o entendimento de Foucault por biopoder: domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle”

(MBEMBE, 2016 p.124). A lógica de produção da cidade estabelecida pelo neoextrativismo mineral configura a conjuntura na qual a soberania e a autonomia da população são colocadas em vulnerabilidade frente à exploração e a acumulação do capital estrangeiro e, com isso, pode-se entender a configuração do estado de exceção.

Evidentemente, o neoextrativismo tem protagonismo na economia brasileira, e diante das problemáticas inerentes a esta situação, é extremamente questionável o porquê deste protagonismo. Entre elas, destacamos as seguintes questões: (i) o modo autoritário e violento das implantações e consequências de tais empreendimentos; (ii) a operação criminosa diante dos desastres-crimes promovidos pelos rompimentos das barragens de Fundão, da Samarco (cujas donas são a Vale e a BHP Billiton), em Mariana (2015), e B1 - Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho (2019); e (iii) as constantes remoções e alterações das condições de estabilidade das barragens de rejeito de minério. Estas situações estabelecem condições que violentam física e simbolicamente os moradores dos territórios atingidos por esses empreendimentos, os quais lidam cotidianamente com a perspectiva da perda de suas histórias, do presente e de planos futuros.

O neoextrativismo é determinado pela prevalência da economia política brasileira subdesenvolvida diante da associação entre Estado e mercado e fragmentação dos territórios, que são sacrificados para incorporação do acúmulo de capital estrangeiro. Conseqüentemente, diante das problemáticas levantadas acima, as quais expõem as contradições do modelo minerador predatório,

[r]esta um rastro de paisagens geográficas desiguais, traumas de criminalização e violência, municípios minerados sem diversificação econômica, cidades segregadas, depósitos de rejeitos tóxicos, patrimônios culturais arruinados e propriedades desvalorizadas (GONÇALVES; MILANEZ; 2019, p.26)

A partir da perspectiva de biopolítica, que, como visto, trata a expressão do poder sobre a vida, podemos entender a prática neoextrativista como a economia política que expressa não só o poder sobre a vida, mas que acontece de modo a propulsionar mortes de pessoas, ecossistemas e modos de vida. A morte dos territórios em todas as suas dimensões significa, então, a expressão da necropolítica.

Uma vez que a implantação de projetos minerários, segurança ou insegurança e rompimentos e suas consequências (mortes, aniquilação de modos e projetos de vida, destruição do meio ambiente) se resumem a dados técnicos e números relativos a compensações financeiras deslocadas do território acometido por tais problemas, tem-se uma aproximação, pela impessoalidade, de acordo com Mbembe (2016), às execuções em série na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as quais, pela utilização de instrumentos mecanizados, transformaram-se em um procedimento puramente técnico, impessoal, silencioso e rápido.

A Necropolítica, argumentada, em 2016, pelo camaronês Joseph-Achille Mbembe, conhecido como Achille Mbembe – filósofo, teórico político, historiador, intelectual e professor universitário –, refere-se às formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte, provocando reconfigurações profundas nas relações acometidas por tal exercício de poder (MBEMBE, 2016). Na análise proposta por este trabalho, as formas neoextrativistas de exploração do território, cujo subsolo tem imenso potencial mineral, dizem sobre a reconfiguração de todas as dimensões que compõe tal território em favor da acumulação de capital e poder. O intuito é desvelar as engrenagens que acabam por construir tais formas contemporâneas de poder, que submetem violentamente as pessoas, cidades e lugares ao poder da necropolítica.

Ainda que na história brasileira pós-redemocratização tenha ocorrido um vislumbre de processos mais democráticos e participativos, a tomada de decisões sobre o neoextrativismo e os empreendimentos minerários acontece na defesa da manutenção do jogo de poder entre Estado e mercado, acentuado pelas práticas neoliberais. A perspectiva de soberania nacional e de autonomia para a população como um todo só será viabilizada mediante um questionamento “sobre o modelo de desenvolvimento do país e pela opção da manutenção de seu posicionamento no mercado global como mero fornecedor de *commodities*” (MILANEZ, 2019. p. 387).

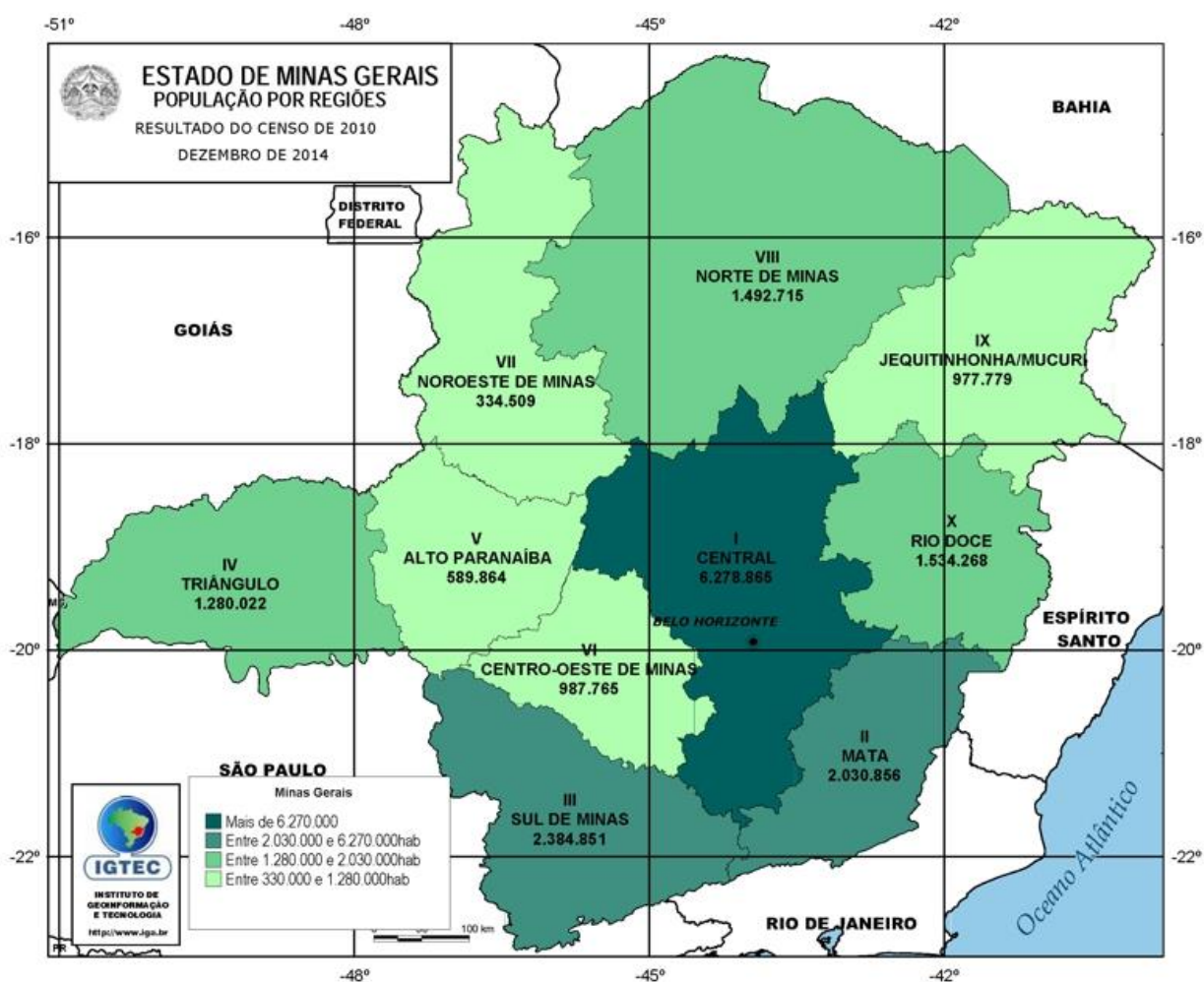
Na busca pelo desvelamento da construção da necropolítica nos territórios minerados em Minas Gerais, torna-se necessário analisar o território em menor escala, a fim de se entender as ações consequentes ao modelo econômico político da cidade, a qual é definida e fragmentada pelo neoextrativismo. Cenário dos últimos desastres crimes com barragens de rejeito de mineração e principal estado quanto à exportação mineral brasileira, o Estado de Minas Gerais será analisado no

intuito de apontar quais as estruturas perpetuam e ou questionam o modelo atual de produção da cidade diante das estratégias neoliberais, seus conflitos e resistências. Em um primeiro momento, faz-se uma análise geral desse estado frente aos índices econômicos e condições da mineração e, posteriormente, são colocadas as narrativas que sistematicamente são desconsideradas e expressam a problemática do desenvolvimentismo que implica em inúmeros danos a população.

3 MINAS GERAIS, MINERODEPENDÊNCIA E CONFLITOS

O Estado de Minas Gerais é uma das 27 unidades da República Federativa do Brasil, na América do Sul. Possui 586.513,993 km² de território e uma população estimada em 21.292.666 de pessoas. Além disso, é o segundo estado mais populoso do país, sendo que somente São Paulo tem mais habitantes (IBGE, [2021]⁷).

Figura 1 - Mapa do Estado de Minas Gerais



Fonte: ESTADO DE MINAS GERAIS ([2021])

⁷ Ao longo deste trabalho, nas referências em que o ano esteja entre colchetes, trata-se do ano em que a fonte foi consultada, em razão desta não ter sido datada.

A história do estado de Minas Gerais, muitas vezes é, erroneamente, simplificada através da história da colonização e da mineração. Como afirma Alves no trecho a seguir:

A mineração está intimamente ligada à história e à formação do Estado de Minas Gerais. No período colonial, a partir de 1690, já havia centenas de lavras de ouro aluvionar na Região Central do Estado. De 1700 a 1780, Minas produziu cerca de dois terços do ouro e boa parte das gemas e diamantes extraídos no Brasil. Essa produção mineral fomentou a abertura de estradas, a implantação de núcleos urbanos, a unificação do território, a criação de uma estrutura administrativa própria e a construção da Estrada Real. Cidades como Ouro Preto, Congonhas, Sabará, São João del Rei, Tiradentes, Diamantina, Serro e várias outras prosperaram em torno das minas (ALVES, 2008, p. 28).

Assim, diante da narrativa que aponta ao crescimento e desenvolvimento do estado como consequência dos avanços da exploração mineral desde o período colonial, é ignorada a existência dos conflitos e violências em torno da mineração e negada a história dos povos originários mineiros, sendo que esta história pertence à população indígena e negra escravizada que construiu com as próprias mãos o estado. São os descendentes destas pessoas, bem como pardos, e outros seguimentos étnicos miscigenados e socialmente subalternos, que sofrem diretamente, ainda hoje, os impactos da exploração intensiva dos territórios e são renegadas pelas decisões políticas e econômicas, uma vez que são as mais afetadas e menos consideradas.

A partir dessa análise, consideramos tal situação uma expressão do racismo ambiental, pois, em sua maioria, os afetados são a população com menor acesso a renda, que, historicamente, é formada pela população negra do país (pretos e pardos). São eles, em meio rural: ribeirinhos, lavradores, quilombolas e indígenas, e, em meio urbano, dentro de cidades minerodependentes, trabalhadores em geral, assim como os próprios trabalhadores do baixo escalão da indústria mineral. Tania Pacheco, acerca da expressão Racismo Ambiental, afirma que “chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades, discriminadas por sua ‘raça’, origem ou cor” (2007, n.p.).

Dados do Censo de 2010 apontam que 45,4% dos mineiros se autodeclararam brancos enquanto 53,5% se denominaram negros. Segundo a

demógrafa do IBGE em Minas Gerais, Luciene Longo, o instituto considera negras as pessoas que se dizem pretas ou pardas e, em 2010, 9,2% da população se declarava preta e 44,3% parda (MELLO, 2011). População majoritária no estado, as pessoas negras historicamente vulneráveis, são submetidas a sucessivas camadas de conflitos e consequências que os deixam ainda mais vulneráveis.

Minas Gerais vive a expressão máxima do neoextrativismo, analisado inicialmente sobre a abrangência nacional, mas que, em territórios mineiros, complexifica-se pelo discurso da minerodependência. Esse discurso se perpetua através da narrativa positiva midiática e da opção estatal pela não diversificação econômica, ambas justificadas pelas altas arrecadações de impostos, que, frente ao lucro bilionário das empresas mineradoras e desastres consequentes da exploração mineral, pode ser questionado.

Em 2020, Minas Gerais arrecadou, com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), R\$2.364.537.041,68. Somente o Pará arrecadou mais, com R\$ 3.112.167.351,72. Os dois estados correspondem, respectivamente, a 38,89% e 51,19% da arrecadação do país proveniente desse tipo de atividades (ANM, 2020a). Dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) apontavam, em 2015, que a extração de minério de ferro no Brasil se concentrava nos estados de Minas Gerais e Pará, sendo o primeiro com 69% das operações e segundo com 30% (DNPM 2015 apud MILANEZ, 2019). Assim, vários municípios mineiros têm como sua arrecadação principal os royalties da indústria mineral (EBC, 2019), empregos vinculados às várias cadeias da IEM, que por vezes correspondem à maioria dos postos empregatícios de um município. Seguem dados acerca do contexto apontado:

Segundo o IBRAM (2015a), com base em informações até 2014, o estado de Minas Gerais possui uma gama de recursos naturais exploráveis, com rico acervo mineral, respondendo por cerca de 53% da produção brasileira de minerais metálicos e 29% de minérios em geral. Das cem maiores minas do Brasil, quarenta se localizam no estado, e entre os dez principais municípios mineradores do país, sete se encontram em Minas Gerais. [...] Considerando esse destaque da indústria da mineração, o estado é o que mais arrecadou com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), em 2017, de acordo com dados do DNPM (2018) (JEBER; PROFETA, 2018, p. 22-23).

De acordo com dados do Anuário Estatístico da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2018), em 2016, a indústria extrativa no estado respondeu por 5% dos empregos, contudo, [...], há muitos empregos gerados em decorrência da atividade extrativa. Na indústria da transformação, podem se destacar, por exemplo, a metalurgia, a fabricação

de produtos de metal, fabricação de produtos de minerais não metálicos, produção de máquinas, automóveis, equipamentos etc. Pensando somente na indústria extrativa, Minas Gerais respondeu por 26% dos empregos no Brasil, em 2016. (JEBER; PROFETA, 2018, p. 26).

Aproximadamente 80% da arrecadação da CFEM em 2017, de todo estado de Minas Gerais, é proveniente de 10 municípios, e desses 10 municípios, seis estão localizados no Quadrilátero Ferrífero (Nova Lima, Congonhas, Mariana, Itabirito, Brumadinho e Ouro Preto), sendo que Nova Lima foi o que mais arrecadou, respondendo por 13,30% do total (JEBER; PROFETA, 2018, p. 25). Veja-se a tabela 1:

Tabela 1 - Os dez municípios do estado de Minas Gerais com maior arrecadação da CFEM, em 2017.

MUNICÍPIO	VALOR (R\$)	VP(%)
Nova Lima	103.433.272,91	13,30
Itabira	83.557.035,48	10,74
Congonhas	81.106.393,80	10,43
São Gonçalo do Rio Abaixo	69.454.756,70	8,93
Mariana	65.841.958,09	8,47
Conceição do Mato Dentro	64.635.110,59	8,31
Itabirito	60.420.840,93	7,77
Brumadinho	34.716.823,54	4,46
Ouro Preto	20.762.936,76	2,67
Paracatu	18.835.383,96	2,42
Outros	175.017.984,03	22,50
TOTAL	777.782.496,79	100,00

Fonte: Jeber e Profeta (2018, p. 25).

Já a tabela 2 traz os rompimentos de barragens que ocorreram nos anos 2000, anteriores aos de Fundão e Córrego do Feijão, que tiveram destaque midiático maior. Quando comparados os municípios das tabelas 1 e 2, observamos que 60% deles coincidem. Ou seja, dos 10 municípios com maior arrecadação de CFEM, 6 já sofreram desastres-crimes associados à mineração, tratando dos anos 2000 em diante.

Tabela 2 - Principais desastres envolvendo barragens de mineração em Minas Gerais

ANO	EMPRESA	CIDADE	DESCRIÇÃO
2001	Mineração Rio Verde	Nova Lima	Rompimento de barragem causando assoreamento

			de 6,4 Km do Córrego Taquaras e causando a morte de cinco pessoas.
2006	Mineradora Rio Pomba Cataguases	Miraf	Vazamento de 1.200.000 de m3 de rejeitos contaminando córregos, causando mortandade de peixes e interrompendo fornecimento de água.
2007	Mineradora Rio Pomba Cataguases	Miraf	Rompimento de barragem com 2.280.000 de m3 de material inundando as cidades de Miraf e Muriaé desalojando mais de 4.000 pessoas.
2008	CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	Congonhas	Rompimento da estrutura que ligava o vertedouro à represa da Mina Casa de Pedra, causando aumento do volume do Rio Maranhão e desalojando 40 famílias.
2008	Dado não disponibilizado pelo IBAMA	Itabira	Rompimento de barragem com vazamento de rejeito químico de mineração de ouro.
2014	Herculano Mineração	Itabirito	Rompimento de barragem causando a morte de três pessoas e ferindo uma.

Fonte: Adaptado de Santos e Wanderley (2016, p. 90).

Com a contextualização histórica, é notório que os lucros e os riscos são conhecidos, dimensionados e repetidos em conformidade com a economia política subdesenvolvida brasileira, que favorece a atuação do capital estrangeiro ante ao desenvolvimento pleno e efetivo da sua população. Assim, não se admite a condição de casualidade, mas se reconhece um modo de operação que perpetua e reforça desigualdades, que favorece a fragmentação dos territórios, deixando as pessoas em situação vulnerável, pois há anos o Estado vem convivendo com desastres-crimes com consequências muito graves, e já incorporadas a rotina das cidades mineiras minerodependentes. O fato de ser instituído um modo de operação faz com que a necropolítica se estabeleça, através da economia política que opta pela estruturação, manutenção e perpetuação de uma conjuntura que configura desastres-crimes socioambientais, remoções, mortes de pessoas, modos de vida e planos futuros.

Mesmo com as comunidades devastadas, cidades como Mariana e Brumadinho, que sofreram os maiores e mais graves desastres-crimes da história da mineração do ponto de vista humano e ambiental, são palco de manifestações políticas e populares pedindo a continuidade dessa exploração, ainda que esta seja feita de maneira violenta e com consequências tão catastróficas. Esse discurso é fortalecido nas diversas camadas do poder executivo, como quando atual o Governador do Estado, Romeu Zema, declara, menos de um mês após o rompimento de B1, em Brumadinho, sem a apuração judicial finalizada, que “MG não

pode parar atividade relevante como a mineração” (CANOFRE, 2019). Para além dos municípios que sofreram com rompimentos de barragem de rejeito, a enorme presença dessas estruturas em diversas cidades, muitas vezes essas dependentes da extração mineral, faz com que as dimensões do conflito sejam ampliadas.

De acordo com o Relatório Sintético da Campanha de Entrega de Declaração de Condição de Estabilidade (DCE), da Agência Nacional de Mineração (ANM), de setembro de 2020, 45 barragens foram interditadas, devido ao não envio do DCE, ou a entrega da declaração não atestando a estabilidade (ANM, 2020b). O documento, elaborado pelas próprias empresas, é obrigatório para 436 barragens monitoradas no país pela Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB)⁸.

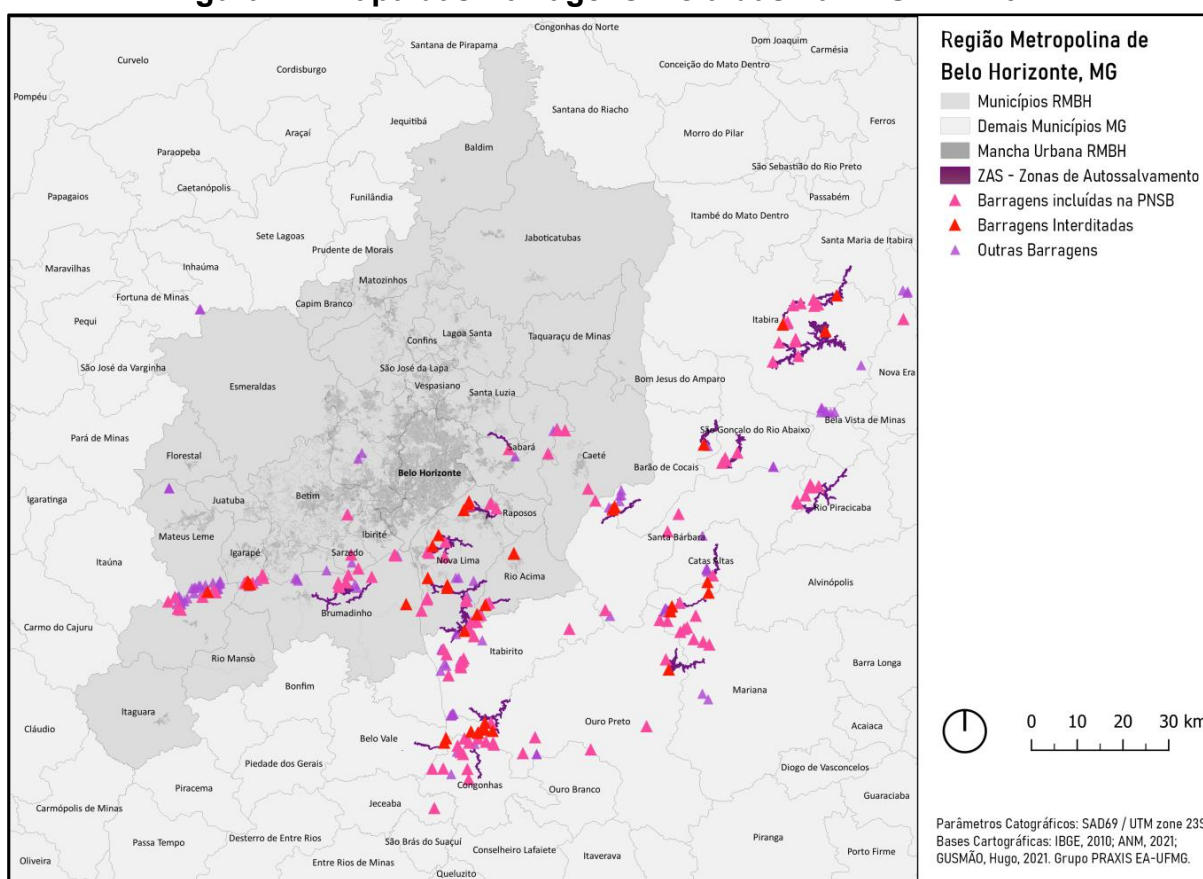
No final de 2020 existiam 45 barragens com níveis de emergência identificados, o que representa um aumento de quase 51 % frente às 31 barragens em emergência no final do ano anterior (ANM, 2020b). Dentre as incluídas ou não na PNSB, Minas Gerais possui 351 barragens (AMN, 2019), e das 45 interditadas pela não constatação da estabilidade no país, 42 estão em território mineiro. Minas Gerais continua como o estado com o maior número de barragens interditadas no país (ANM, 2020b), além do histórico de recentes rompimentos (Fundão, da empresa Samarco, em Mariana, 2015 e Córrego do Feijão, da empresa Vale, em Brumadinho, 2019) que totalizaram, juntos, 291 mortes, dentre confirmadas ou presumidas, e gigantescos danos ambientais (ALMG, 2019). Para se analisar territórios formados diante da expressão das formas de poder contemporâneas da necropolítica, Minas Gerais apresenta o cenário mais impetuoso, ainda que conflitos pela atividade minerária atinjam várias áreas sensíveis brasileiras, como reservas indígenas e áreas de florestas.

8 “A Lei n.º 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais e criou o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens. A citada Política tem como objetivos garantir a observância de padrões de segurança, regulamentar, promover o monitoramento e acompanhar as ações de segurança empregadas pelos responsáveis por barragens, de maneira a reduzir a possibilidade de acidentes e suas consequências, em especial, junto à população potencialmente afetada. [...] Tal Lei aplica-se a barragens que apresentem pelo menos uma das seguintes características, estando, desta forma, inseridas na PNSB”.

a) Altura do maciço, contada do ponto mais baixo da fundação à crista, maior ou igual a 15m (quinze metros); b) Capacidade total do reservatório maior ou igual a 3.000.000m³ (três milhões de metros cúbicos); c) Reservatório que contenha resíduos perigosos conforme normas técnicas aplicáveis; d) Categoria de dano potencial associado, médio ou alto, em termos econômicos, sociais, ambientais ou de perda de vidas humanas, conforme definido no art. 6º.” (NEVES, 2018).

No intuito de espacializar e agrupar os dados referentes aos últimos relatórios da ANM sobre segurança de barragens, a figura 2 - Barragens incluídas na PNSB - traz a Região Metropolitana de Belo Horizonte e as barragens inclusas ou não na PNSB, dentre elas as interditadas atualmente. Além disso, foi colocado o levantamento do Analista de Geoprocessamento Hugo Gusmão⁹ ([2021]), que recentemente cartografou as Zonas de Autossalvamento (ZAS) de barragens da Vale, obtidas através dos Plano de Ação de Emergência para Barragens (PAEBM), que devem ser disponibilizados pelas próprias empresas.

Figura 2 – Mapa das Barragens incluídas na PNSB¹⁰ - 2021



Fonte: elaboração própria com base em ANM (2020b), IBGE (2010) e Gusmão (2021).

⁹ Ao longo da dissertação, as referências a Gusmão ([2021]) se referem levantamento de dados acima mencionados, cuja base foi fornecida à autora, por e-mail, em março de 2021, bem como a informações extraídas do blog pessoal do referido autor.

¹⁰ As barragens do figura 2 são referentes à base atualizada, em junho de 2021, no site da ANM. Assim, os dados apresentados na tabela 3 podem divergir, pois trazem as barragens interditadas em setembro de 2020 e o DCE de alguma barragem pode ter sido apresentado nos últimos 10 meses.

É possível observar a existência maior de barragens, em alguns municípios, como Itatiaiuçu, Brumadinho, Nova Lima, Itabirito, Congonhas, Ouro Preto, Mariana, Itabira, Barão de Cocais. Além de verificar a concomitância entre os municípios com maior arrecadação de CFEM (tabela 1) e que sofreram rompimentos de barragem (tabela 2). A ocorrência maior de barragens também é refletida na Tabela 3, pois são os municípios com mais barragens interditadas.

Tabela 3 - Barragens Interditadas em setembro de 2020.

Barragem	Empresa	Município	Nível De Emergência
5 (Mac)	Vale S.A Filial: Vale Paraopeba	Nova Lima	Nível 1
5 (Mutuca)	Vale S.A Filial: Vale Paraopeba	Nova Lima	Nível 1
6	Vale Paraopeba	Nova Lima	Nível 1
7^a	Vale Paraopeba	Nova Lima	Nível 1
Área IX	Vale Itabiritos	Ouro Preto	Nível 1
B	Vale S.A Filial: Vargem Grande	Nova Lima	Nível 1
Barragem B1	Mineração Geral Do Brasil S.A	Brumadinho	Nível 1
Barragem B1a Ipê	Emicon Mineração E Terraplanagem Ltda	Brumadinho	Nível 1
Barragem li Mina Engenho	Massa Falida De Mundo Mineração Ltda	Rio Acima	Nível 1
Barragem Mina Engenho	Massa Falida De Mundo Mineração Ltda	Rio Acima	Nível 1
Barragem Paciência	Mineração Serras Do Oeste Eireli	Itabirito	Nível 1
Borrachudo II	Vale S A Filial: Vale Itabira	Itabira	Nível 1
Campo Grande	Vale S A Filial: Vale Mariana	Mariana	Nível 1
Capim Branco	Minerações Brasileiras Reunidas Sa Filial: Mbr Paraopeba	Brumadinho	Nível 1
Dição Leste	Vale S.A Filial: Vale Mariana	Mariana	Nível 1
Dique B3 Ipê	Emicon Mineração E Terraplanagem Ltda.	Brumadinho	Nível 1
Dique B4 Ipê	Emicon Mineração E Terraplanagem Ltda.	Brumadinho	Nível 1
Forquilha IV	Vale S A Filial: Vale Itabiritos	Ouro Preto	Nível 1
Itabiruçu	Vale S A Filial: Vale Itabira	Itabira	Nível 1
Maravilhas II	Vale S A Filial: Vale Itabiritos	Itabirito	Nível 1
Marés I	Vale S A Filial: Vale Itabiritos	Belo Vale	Nível 1
Marés II	Vale S A Filial: Vale Itabiritos	Belo Vale	Nível 1
Menezes II	Vale S A Filial: Vale Paraopeba	Brumadinho	Nível 1
Paracatu	Vale S.A Filial: Vale Mariana	Catas Altas	Nível 1
Peneirinha	Vale S.A Filial: Vale Vargem Grande	Nova Lima	Nível 1
Pontal	Vale S.A Filial: Vale Itabira	Itabira	Nível 1
Santana	Vale S.A Filial: Vale Itabira	Itabira	Nível 1
Taquaras	Minerações Brasileiras Reunidas Sa Filial: MBR Paraopeba	Nova Lima	Nível 1
Vargem Grande	Vale S.A Filial: Vale Vargem Grande	Nova Lima	Nível 1
Barragem B2 Auxiliar	Minérios Nacional S.A.	Rio Acima	Nível 2
Barragem De Rejeitos	Arcelormittal Brasil S A	Itatiaiuçu	Nível 2
Capitão Do Mato	Vale S.A Filial: Vale Vargem Grande	Nova Lima	Nível 2
Doutor	Vale S A Filial: Vale Mariana	Ouro Preto	Nível 2
Forquilha I	Vale S A Filial: Vale Itabiritos	Ouro Preto	Nível 2
Forquilha II	Vale S A Filial: Vale Itabiritos	Ouro Preto	Nível 2
Grupo	Vale S A Filial: Vale Itabiritos	Ouro Preto	Nível 2
Norte / Laranjeiras	Vale S A Filial: Vale Minas Centrais	Barão De Cocais	Nível 2
Sul Inferior	Vale S A Filial: Vale Minas Centrais	Barão De Cocais	Nível 2
Xingu	Vale Mariana	Mariana	Nível 2

B3/B4	Minerações Brasileiras Reunidas S A Filial MBR Paraopeba	Nova Lima	Nível 3
Forquilha III	Vale S A Filial: Vale Itabiritos	Ouro Preto	Nível3
Sul Superior	Vale S A Filial: Vale Minas Centrais	Barão De Cocais	Nível 3

Fonte: ANM (2020b).

Enunciada tal situação, o estado de Minas Gerais pode ser considerado o epicentro do conflito entre as empresas mineradoras e a população no geral, dada a insegurança causada pelo número elevado de estruturas, as quais podem estar em risco, também devido aos rompimentos constantes, entre eles os mencionados na Tabela 2, e os dois últimos desastres-crimes de dimensões catastróficas em Mariana e Brumadinho. Essa dinâmica conflituosa é fruto das ações do estado juntamente com as empresas mineradoras que visam ao lucro em detrimento da vida, através do estabelecimento da economia política que funciona como um motor impulsionando os desastres com barragens de rejeito, que pode ser entendida como a conformação da necropolítica, pois, mais do que decisões acerca da implantação, manutenção e monitoramento dos empreendimentos, a dinâmica atual configura a expressão do poder sobre a vida das pessoas.

O artigo intitulado *Remoções como prática institucionalizada: um olhar sobre os desastres-crimes minerários de Minas Gerais* (MORADO NASCIMENTO et al., 2020), escrito por pesquisadores do Grupo PRAXIS-EA/UFMG, grupo do qual faço parte, tratou da problemática da presença extensiva da mineração no território pela perspectiva das remoções dos moradores na regiões exploradas pela mineração como *prática institucionalizada*,

na qual o deslocamento do território é imposto ao indivíduo que ali mora, independente do direito de propriedade ali constituído, por meio de disposições que funcionam, historicamente e continuamente, como prescrições ou regras de formação inscritas em sua própria lógica. (MORADO NASCIMENTO et al., 2020, p.259)

A prática institucionalizada das remoções acontece em distintas situações, que dependem, intrinsecamente, da construção histórica neoextrativista, a qual afeta, em escalas e níveis diferentes, territórios e moradores economicamente (na geração de renda, oferta de empregos, programas de compensação), ambientalmente (no acúmulo de passivos ambientais e crimes socioambientais) e na

questão das remoções (MORADO NASCIMENTO et al., 2020). Assim, de modo violento, moradores, suas famílias e comunidades são removidos quando:

(i) por ordem do Estado, terras ou moradias são desapropriadas para a implantação de empreendimentos minerários; (ii) por ordem das empresas mineradoras, moradores e famílias são forçosamente deslocados em razão dos calculados riscos de seus empreendimentos em operação; (iii) por medo e insegurança, moradores e famílias voluntariamente se deslocam de suas casas em razão de imprevisíveis desastres tecnológicos e ambientais; e, por fim, (iv) por consequência dos desastres-crimes, seja pela precoce interrupção de suas vidas, seja pela destruição de suas casas e terras, de recursos naturais existentes e de laços comunitários estabelecidos, moradores e famílias são destruídos. (MORADO NASCIMENTO et al., 2020, p. 283)

Quando entendemos, historicamente, a escolha estatal por promover a economia baseada na indústria extrativa mineral e, com isso, todas suas consequências como insegurança, remoções e desastres, são necessários questionamentos das práticas condizentes à associação estado-mercado nos diferentes níveis de licenciamento para os empreendimentos minerários, bem como os processos legais e procedimentos de instalação, operação, fiscalização e compensações que, somadas às práticas das mineradoras, são produtoras recorrentes de desastres-crimes em Minas Gerais. Logo após o primeiro grande desastre-crime de Fundão,

[f]oi levado ao plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais o projeto de lei 2.946/2015, de autoria do governador Fernando Pimentel (PT/MG), que alterava o funcionamento do Sistema Estadual de Meio Ambiente. Aprovada como lei 21.972/2016, esta nova norma não apenas restringia o tempo de avaliação dos Estudos de Impacto Ambiental pelos órgãos ambientais (art. 21), como ainda permitia que os licenciamentos de projetos fossem debatidos e aprovados sem a devida análise pelos órgãos técnicos competentes (art. 23).

Da mesma forma, em março de 2016, foi encaminhado para apreciação no plenário do Senado Federal o Projeto de Lei do Senado nº 654/2015 (PLS 654/2015) de autoria do senador Blairo Maggi (PP/MT), que criava o “licenciamento ambiental especial de empreendimentos de infraestrutura estratégicos”. Com uma redação muito próxima à lei de Minas Gerais, este PLS limitava o tempo disponível para a avaliação pelos órgãos ambientais e estabelecia que “o descumprimento de prazos pelos órgãos notificados implicar[ia] sua aquiescência ao processo de licenciamento ambiental especial” (art. 5º, § 3º). (MILANEZ, 2019, p.404)

Diferentemente do que seria esperado com o acontecimento de um grande desastre, medidas foram tomadas no sentido de flexibilizar a legislação ambiental.

“Propostas feitas no nível estadual (Minas Gerais) e federal vão na direção de diminuir o grau de exigência ambiental para a implementação de projetos de grande impacto e de aprofundar o modelo de automonitoramento por parte das empresas” (MILANEZ, 2019, p.404) As mudanças têm acontecido no intuito de transferir para as empresas seu próprio monitoramento, “justificada pelo argumento de que o setor privado seria mais eficiente para lidar com tais questões e que tal prática reduziria tanto o tempo de avaliação de projetos, quanto o custo público das atividades de monitoramento ambiental” (MILANEZ, 2019, p.404). Tais práticas condizem com a manutenção da prevalência do lucro de grandes projetos ante a vida e quaisquer direitos básicos da população, uma vez que se ampliam as possibilidades de fraudes, inconsistências, dentre outros problemas.

Diante de tais prerrogativas, entende-se que se ignora o conflito de interesses ou se assume o posicionamento estatal na condescendência dos interesses do mercado. Como não questionar “a relação estabelecida entre quem paga pelo serviço (e é monitorado) e quem recebe pelo serviço (e realiza o monitoramento)” (MILANEZ, 2019, p.405). Segundo Bazerman, Morgan e Loewenstein (1997, p. 90 *apud* MILANEZ, 2019, p.405), “sob os arranjos institucionais correntes, é psicologicamente impossível para os auditores manterem sua objetividade [uma vez que] são contratados, pagos e mesmo demitidos pelas organizações que eles devem auditar ao invés das pessoas que eles efetivamente representam”.

O arranjo institucional analisado pelo artigo *Remoções como prática institucionalizada* (MORADO NASCIMENTO et al., 2020) diz respeito ao funcionamento da Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho de Política Ambiental (Copam). O Relatório de Auditoria nº 1370.1390.19, da Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais (CGE/MG), publicado em 26 de setembro de 2019, teve como objetivo avaliar se o processo de licenciamento relativo à barragem da Vale em Brumadinho, aprovado pela CMI/Copam, em 11 de dezembro de 2018, “informou de forma adequada os membros da CMI acerca de questões relativas à segurança e à estabilidade da barragem” (CGE/MG, 2019, p.2).

Para tal análise, foi verificada a representatividade dos membros que compõem a CMI, “a paridade e os procedimentos informativos dos órgãos de licenciamento, fiscalização e monitoramento ambientais do estado de Minas Gerais”

(MORADO NASCIMENTO et al., 2020, p. 265). Sobre a composição da Câmara, em maio de 2019:

o Governo de Minas Gerais possuía quatro assentos titulares, sendo estes ocupados por três servidores indicados pelas secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SEDECTES), de Governo (Segov) e de Casa Civil e de Relações Institucionais (SECCRI), e por um empregado público indicado pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig). Representando o Poder Público Federal, dois servidores foram indicados, sendo um pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em Minas Gerais (IBAMA) e outro da Agência Nacional de Mineração (ANM). Além desses seis representantes do poder público, compõem o conselho seis representantes da sociedade civil. Para tal, foram indicados conselheiros da indústria da mineração e do setor produtivo, sendo designados pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), pela Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas) e pelo Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra). Havia ainda um representante da categoria profissional liberal ligado à atividade minerária, indicado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-MG) e um representante de entidade reconhecidamente dedicada ao ensino, indicado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG). Por fim, havia um representante de organizações não governamentais, constituídas legalmente no Estado, indicado pelo Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc-CBH). (MORADO NASCIMENTO et al., 2020, p. 266-267)

No Relatório de Auditoria da CGE/MG, através do histórico de votos de agentes da CMI/Copam e dos aspectos relacionados ao seu funcionamento, observou-se que:

[...] o Estado de Minas Gerais, através de suas entidades (incluindo a empresa pública CODEMIG), indica 4 membros e possui o voto de qualidade em caso de empate através da Presidência da Câmara. Como o Setor Produtivo-Minerário possuía 3 votos quando da elaboração do Relatório Preliminar, se todos votassem juntos – ou pelo menos 2 representantes desse setor, considerando o voto de qualidade do Presidente da CMI –, a maioria já estaria formada, ainda que eventualmente todos os demais membros votassem contrariamente. Assim, avaliar a correlação entre os votos desses agentes (Estado de Minas Gerais e Setor Produtivo-Minerário) diante da possibilidade natural de formação imediata de maioria ganha especial relevância (CGE/MG, 2019, p.15).

[...] os resultados apontam uma forte correlação (acima de 90%) entre o total de votos favoráveis e aqueles pela aprovação de uma determinada pauta por todos os agentes da CMI, com exceção basicamente do representante da FONASC/CBH, do CEFET e do IBAMA (CGE/MG, 2019, p.17).

[...] os votos de todos os representantes do Governo Estadual foram altamente correlacionados entre si – todos apresentaram correlação acima de 87% (SEF/CODEMIG conjugado com SECCRI), ainda que se tenha considerado as pautas nas quais, por exemplo, um dos conselheiros das

entidades esteve ausente. Resultado ainda mais significativo pode ser observado entre os agentes do Setor Produtivo-Minerário. A correlação entre os votos ultrapassou, em seu menor nível (IBRAM conjugado com FEDERAMINAS), 96%. Ademais, percebe-se fortes correlações, todas acima de 91% (SECCRI conjugado com FEDERAMINAS), entre as votações dos representantes do Governo de Minas Gerais e do Setor Produtivo-Minerário, de forma a dimensionar o comportamento conjunto no período analisado (CGE/MG, 2019, p.18).

O Relatório da CGE/MG também aponta que:

[...] metade dos conselheiros entende a participação da sociedade civil como baixa e um terço dos membros apontaram que, no seu entendimento, existem representantes do Governo Estadual e da indústria minerária em demasia, enquanto há pouca representatividade dos trabalhadores do setor (CGE/MG, 2019, p.19).

Foi pontuada ainda a necessidade de “maior participação de entidades da sociedade civil sem finalidade lucrativa ou interesse econômico, a possível participação do Ministério Público Estadual” e a participação de “representantes de outras atividades econômicas impactadas pela mineração (por exemplo, a agricultura familiar e o turismo)” (CGE/MG, 2019, p.19).

Somadas as problemáticas levantadas pelo próprio Relatório da CGE/MG quanto à participação popular insuficiente, à iminência de desastres-crime de consequências ambientais e sociais gigantescas e à expansão mineral como setor de recuperação econômica, diante dos prejuízos financeiros recentes devido à paralização de minas inseguras, e agravados pelos impactos decorrentes da Covid-19, observou-se o seguinte cenário:

A CMI/Copam convocou reunião extraordinária para 8 de maio de 2020, com o objetivo de analisar 11 processos de licenciamento de mineração no estado. Em “Nota de Repúdio”, publicada no dia 6 de maio de 2020, 55 organizações que congregam o Movimento pelas Serras e Águas de Minas afirmam que:

[...] o governo ZEMA, seguindo a trilha escabrosa de seus antecessores, e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), sob o comando do secretário Germano Luis Gomes Vieira, violam acintosamente direitos constitucionais e os princípios da transparência e contraditório necessários ao devido processo legal e da razoabilidade e eficiência da administração pública, em favor dos interesses de um segmento que está muito longe de ser sério e sustentável quanto ao meio ambiente e ao povo de Minas Gerais (MOVIMENTO PELAS SERRAS E ÁGUAS DE MINAS, 2020).

O conselheiro Júlio Grillo, agora representante da Associação Promutuca, havia pedido vista aos 11 processos, argumentando necessidade de a sociedade civil conhecer o significado dos impactos dos licenciamentos para as comunidades dos municípios envolvidos – Itabirito, Ouro Preto, Congonhas, Caldas, Santa Rita de Caldas, Serra do Salitre, Alpinópolis, Pouso Alegre, Pratápolis e Santa Rita do Itueto. Segundo a “Nota de Repúdio” (MOVIMENTO PELAS SERRAS E ÁGUAS DE MINAS, 2020), a CMI/Copam conferiu quatro dias aos conselheiros para a análise das

milhares de páginas dos processos e dos pareceres encaminhados. (MORADO NASCIMENTO et al., 2020, p. 269-270)

A encriptação da informação é estruturada através da disponibilização de dados de forma insuficiente, dificultosa, por meio de canais não amplamente divulgados e assim estabelece formas de poder e controle que impossibilitam a real participação democrática da sociedade civil para além do questionamento da composição da CMI.

Outro questionamento institucional quanto à estruturação do aparelho estatal de Minas Gerais diz respeito ao controle das barragens no Programa de Gestão de Barragens de Rejeitos e Resíduos, da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) de Minas Gerais.

De acordo com esse programa, as barragens podem ser classificadas em três níveis: Classe I (baixo potencial de dano), Classe II (médio potencial de dano) e Classe III (alto potencial de dano).

Ao mesmo tempo, a auditoria, realizada por empresas escolhidas e remuneradas pelas empresas mineradoras, podem apresentar três conclusões: existem aquelas em que o auditor “garante que as mesmas estão estáveis”; há aquelas em que “não há conclusão sobre a viabilidade”; e ainda aquelas em que a estabilidade não está garantida. [...]

Olhando o histórico do inventário apenas para as barragens de alto potencial de dano, é possível identificar 11 barragens “reincidentes”, ou seja, que foram consideradas não estáveis por mais de um ano no período 2011-2015. Dentre essas, chamam a atenção a barragem Grupo (quatro anos), Forquilha III e Marés II (três anos), todas da Vale, bem como a B1 da MMX Sudeste (três anos) (FEAM 2011, 2012, 2013, 2014, 2016b). (MILANEZ, 2019, p.403)

Ou seja, apesar do monitoramento, qual o posicionamento e a atitude dos órgãos ambientais diante da interdição? Qual a competência dos órgãos fiscalizadores para garantir a correção da situação de barragens não estáveis? Segundo Milanez, “a possibilidade de barragens não terem sua estabilidade garantidas tantas vezes demonstra como o estado de Minas Gerais não possui a capacidade institucional de garantir o cumprimento da legislação” (2019, p.403). Assim, estruturalmente, as falhas de licenciamento e de monitoramento das barragens de rejeito de mineração são inerentes ao controle e fiscalização do Estado, e, diante das flexibilizações no licenciamento ambiental, fica demonstrado o interesse na manutenção do sistema que não só permite, mas promove desastres de maneira continuada. Assim, é desencadeado o entendimento de que as práticas

das instituições que envolvem licenciamento, monitoramento e fiscalização dos empreendimentos minerários são:

caracterizadas por forte assimetria de poder, amparadas pela explícita dependência econômica dos municípios, ainda que em contraposição aos conflitos ambientais e territoriais, pela invisibilização dos impactos sociais e pelas decisões de agentes hegemonicamente constituídos em torno dos interesses do estado de Minas Gerais, alimentados por processos de decisão baseados em informações encriptadas. (MORADO NASCIMENTO et al., 2020, p. 271)

Fator que não pode ser desconsiderado na análise das relações entre mineração e território é a narrativa midiática. Muito é levantado acerca da entrega econômica do setor extrativo mineral. Porém, não há esforço da grande mídia em vincular notícias de forma realista, para que fossem ponderadas todas as dimensões inerentes à exploração mineral, impactos positivos e negativos, o que acaba fortalecendo o discurso da minerodependência. Antes que completassem 4 meses do desastre-crime de Brumadinho, o Jornal Estado de Minas, na reportagem de Nelson Clio, veiculou a seguinte manchete: “Sem mineração, PIB de Minas pode encolher 12%, diz estudo - Mesmo com tragédias no estado, a conclusão é que a atividade econômica é vital para a geração de empregos e renda” (2019).

Como trabalho do grupo PRAXIS-EA/UFMG, em 2020, foi desenvolvida uma metodologia para coleta de dados de reportagens digitais dos principais jornais da Região Metropolitana de Belo Horizonte¹¹. Com isso, foram relacionadas 195 reportagens nos sites de maior circulação em Minas Gerais (O Tempo, Estado de Minas e Hoje em Dia), que, entre 2015 e 2019, trataram da temática das remoções da população pela mineração. O banco de reportagens passou por categorização que elencou o caráter (positivo, negativo ou neutro/didático) das matérias, através da análise do conteúdo das mesmas. O Quadro 1 mostra os critérios para tal categorização.

¹¹ Inicialmente, buscaram-se os jornais de maior circulação, segundo o Site Guia de Mídia, e foram realizados testes de filtros para levantar quais palavras seriam utilizadas. Foi definido o seguinte termo de busca: "mineradora OR mineração" + "evacuadas OR desalojadas OR removidas OR expulsas OR retiradas" + "famílias" –chuva. Que foi submetido à busca avançada do google. Foi necessária a extração através de um algoritmo, que exportava os resultados das buscas para uma planilha (PRAXIS-EA/UFMG, 2020).

Quadro 1 - Classificação do Caráter das reportagens extraídas

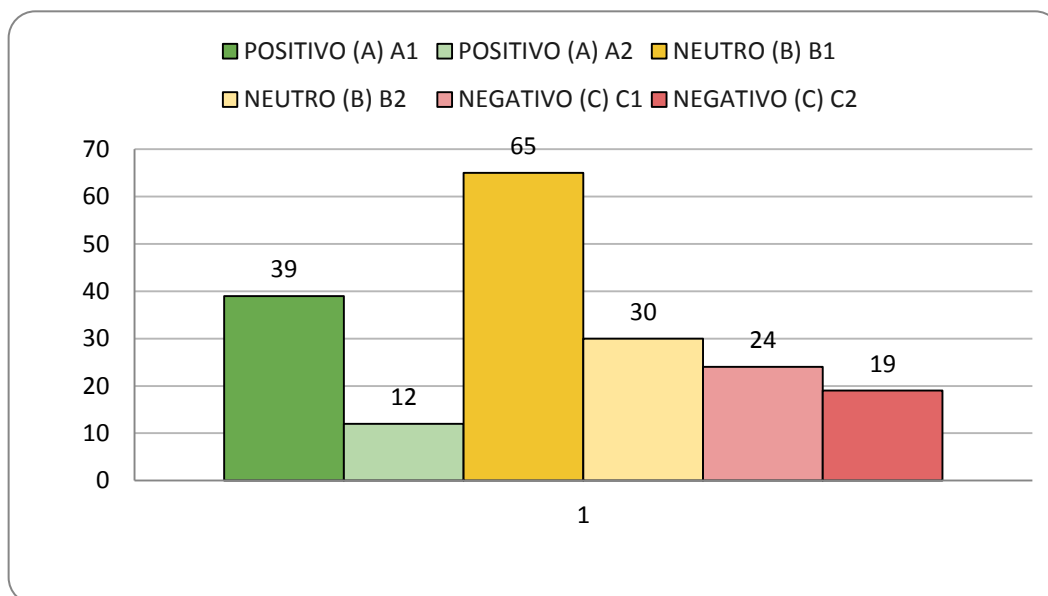
CARÁTER ¹²				
Define qualitativamente a percepção que é transmitida ao leitor através do conteúdo e contexto geral da reportagem				
Categoria	Código	Descrição	Subcódigo	Subdescrição
Caráter Positivo	A	A reportagem trata de maneira positiva aspectos, acontecimentos e novidades relativas as políticas entre Governo e mineradoras em geral.	A1	A positividade do tratamento se volta para as ações públicas e/ou das empresas mineradoras com relação à população vítima dos rompimentos, de maneira indireta ou direta.
			A2	A positividade do tratamento se volta para a contenção da perda de bens ambientais e materiais em geral por parte das empresas mineradoras em conjunto, ou não, ao Governo.
Caráter Neutro e/ou Didático	B	A reportagem não trata negativamente nem positivamente os casos envolvendo as mineradoras, ocupando-se em ressaltar seus aspectos técnicos e se abstendo, de modo geral, de um posicionamento	B1	O somatório das críticas ou elogios tende à neutralidade ou a um caráter didático da reportagem.
			B2	As mineradoras são citadas de maneira secundária, sendo quase irrelevante para a reportagem de maneira geral.
Caráter Negativo	C	A reportagem trata de maneira negativa aspectos, acontecimentos e novidades relativos à mineração e mineradoras de modo geral.	C1	Metas não alcançadas, irregularidades na construção das barragens e com a lei, falta de preparação em lidar com o momento prévio , durante a tragédia e/ou pós ela.
			C2	Críticas que se voltam para as consequências negativas e/ou negligências com as vítimas dos rompimentos.

Fonte: PRAXIS-EA/UFGM (2020).

¹² O caráter das reportagens foi analisado através da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) que “consiste basicamente em uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação. A análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Mas isto não é suficiente para definir a especificidade da análise de conteúdo. O interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo). A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto. Sendo assim realizamos um recorte: um conjunto de reportagens foram dispostas numa grelha de categorias, definidas por uma leitura prévia de manchetes e em segundo momento leitura integral. Não se tem em conta a dinâmica e a organização, mas a frequência dos temas extraídos do conjunto dos discursos, considerados como dados segmentáveis e comparáveis” (PRAXIS, 2019).

Diante dos dados pesquisados, foi gerado o Gráfico 1, sobre o conteúdo das 195 reportagens que tratavam de remoções pela atividade mineradora entre 2015-2019 nos principais jornais eletrônicos de Minas Gerais:

Gráfico 1 - Caráter das Reportagens



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG (2020).

Quanto à categorização vista acima, mencionam-se a seguir algumas reportagens para elucidar o caráter positivo/neutro, ainda que o período de pesquisa englobe os rompimentos de barragem de rejeito de Fundão (2015) e B1 (2019).

Nas vésperas do natal de 2015, quando o desastre de Fundão completava pouco mais de um mês, o Jornal Estado de Minas publicou matéria, escrita por Valquiria Lopes, com o seguinte título “Esperança e união marcam celebração do Natal de famílias atingidas por barragem em Mariana: Pessoas que precisaram deixar suas casas por causa da tragédia do dia 5 de novembro terão no período natalino formas diversas de celebrar a data” (2015), cujo corpo do texto trata da alocação de parte das pessoas em novas casas, com as cestas doadas pela Samarco e com a possibilidade de almoçarem juntos no natal.

A respeito das remoções desencadeadas em função da insegurança estabelecida após o rompimento da Barragem B1, em Brumadinho, no mesmo jornal, em reportagem de Juliana Cipriani, se apontou que o governador do estado, “Zema[,] diz que evacuações foram 'além do recomendável' e defende mineração: O

governador de Minas disse que pediu uma reunião com o ministro de Minas e Energia para ver o que pode ser feito para não inviabilizar atividade no estado” (2019). O corpo da notícia veicula:

O governador Romeu Zema (Novo) afirmou na manhã desta segunda-feira (18) que vai pedir a revisão da das regras para classificação das barragens, diante das evacuações ocorridas em três cidades de Minas Gerais nos últimos dias. Se a legislação continuar da forma atual, para ele, o estado pode ter dezenas de cidades tendo pessoas retiradas de suas casas nos próximos meses e “seria extremamente danoso para a atividade da mineração” (CIPRIANI, 2019).

Ou seja, demonstra-se uma preocupação em dispor de determinados fatos de forma atenuada e até positiva, como o reassentamento involuntário dos atingidos e a remoção forçosa às pressas, através de uma narrativa que ignora o sofrimento da perda de relações locais, modos de vida, planos futuros, e aponta continuamente para a prevalência da atividade mineral, em detrimento, inclusive, da segurança da população.

Dado o período entre os dois maiores rompimentos de barragens no estado, entre 2015 e 2019, a narrativa de caráter positivo / neutro não reflete a realidade dos morosos processos judiciais enfrentados pela população, das reparações inexistentes e das violações que acontecem continuamente. A realidade dos conflitos é inerente à desigualdade ambiental, escancarada em todos os níveis da implementação e gestão de barragens, causada pela não consideração das pessoas que serão afetadas pelos empreendimentos, demonstrada pelos aspectos levantados sobre a efetiva participação da sociedade civil nos processos de licenciamento ambiental.

As lutas por justiça ambiental se constituem em uma potência como barreira organizada contra os instrumentos de subordinação política e acumulação de capital estrangeiro. Diante da teorização de Acselrad:

O Movimento de Justiça Ambiental constituiu-se nos EUA a partir de uma articulação criativa entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de Direitos civis. Já a partir do final dos anos 60, redefiniu-se em termos “ambientais” um conjunto de embates contra as condições inadequadas de saneamento, de contaminação química de locais de moradia e trabalho e disposição indevida de lixo tóxico e perigoso. Foi então acionada a noção de equidade geográfica, como “referente à configuração espacial e local de comunidades em sua proximidade a fontes de contaminação ambiental, instalações perigosas, usos indesejáveis do Solo como depósito de lixo

tóxico, incineradores, estações de tratamento de esgoto, refinarias etc (ACSELRAD, 2002. p.52).

Segundo Acselrad, o conceito de justiça ambiental trata de um debate articulado, por meio da diferenciação qualitativa, de diversos atores, elementos e dinâmicas presentes nos conflitos ambientais.

A ideia de Justiça remete a uma distribuição equânime de partes e à diferenciação qualitativa do meio ambiente. Nesta perspectiva, a interatividade e o inter-relacionamento entre os diferentes elementos do ambiente não querem dizer indivisão. A denúncia da desigualdade ambiental sugere uma distribuição desigual das partes de um meio ambiente de diferentes qualidades e injustamente dividido. (ACSELRAD, 2002. p.53)

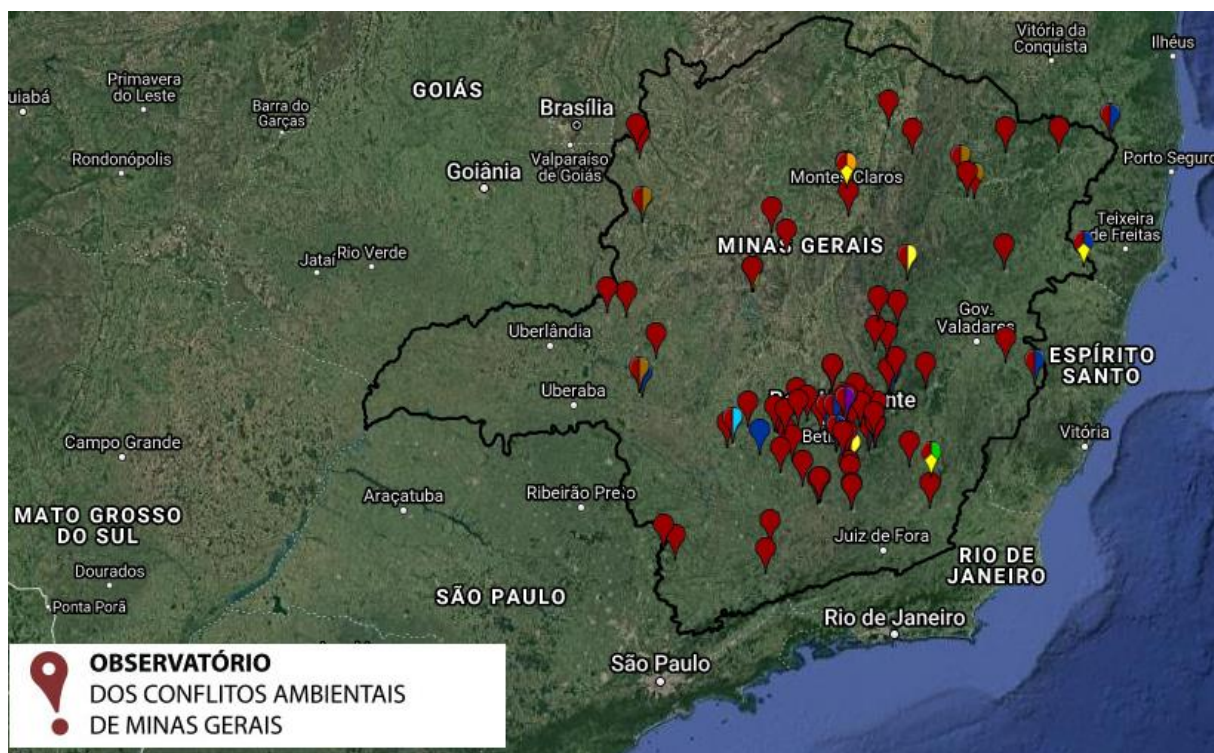
Ao longo do tempo, as lutas vêm crescendo em resposta ao aumento dos conflitos provocados pela expansão mineral, advinda do neoextrativismo. Fato que comprova isso é a constante tentativa de sistematizar e especializar os conflitos entre as atividades mineradoras e as comunidades adjacentes por parte de universidades, fundações públicas e movimentos organizados.

Estudos sobre conflitos entre atividades mineradoras e comunidades vêm crescendo consideravelmente no país. Uma das consequências dessas pesquisas tem sido a tentativa de se sistematizar e espacializar tais conflitos. Por exemplo, o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (Fiocruz 2010), listava 113 casos envolvendo o setor mineral; o Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais (GESTA/ UFMG, NINJA/UFSJ, e PPGDS/UNIMONTES 2013) apontava 65 conflitos, apenas naquele estado, e o Banco de Dados de Recursos Minerais e Territórios (CETEM 2011), o primeiro banco de dados específico para as questões minerais no país, totalizava 118 conflitos no território nacional. Embora esses mapas não permitam identificar a temporalidade desses conflitos, sua simples criação já demonstra um aumento do interesse acadêmico por tais fenômenos. (MILANEZ, 2019. p.397-398)

O mencionado Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais (figura 3) foi elaborado como resultado de pesquisa em interface com extensão pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG), em parceria com o Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA/UFSJ) e o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA/UNIMONTES), no intuito de especializar e registrar de forma rápida e interativa os conflitos ambientais no estado. Apesar de significativos, os números do mapa não representam uma expressão quantitativa dos conflitos ambientais no estado, mas um registro dos casos mais emblemáticos e

das temáticas mais recorrentes (OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS AMBIENTAIS, [2021]). A plataforma apresenta a seguinte tela quando selecionados os conflitos envolvendo atividades industriais de mineração, metalurgia e siderurgia.

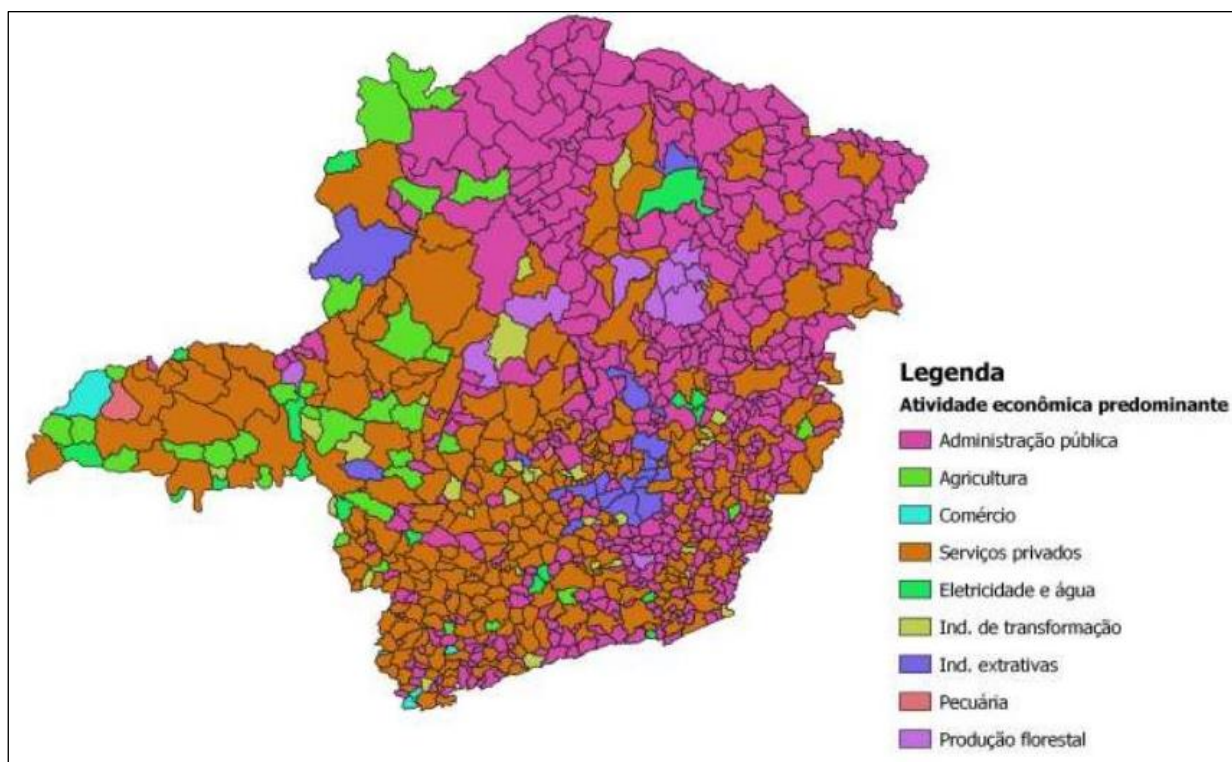
Figura 3 – Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais – Indústria Mineral



Fonte: Adaptado de Angelo (2021).

De outro lado, o Informativo da Fundação João Pinheiro - Contas Regionais: PIB dos Municípios, que trata do Produto Interno Bruto Dos Municípios de Minas Gerais de 2018, traz o mapa abaixo (figura 4), que demonstra a principal fonte de renda dos municípios:

Figura 4 - Distribuição dos municípios, conforme principal atividade econômica – 2018



Fonte: FJP (2020).

Na comparação entre o Mapa dos Conflitos Ambientais e a distribuição da Atividade Econômica Predominante, observa-se que os municípios minerodependentes, cuja principal fonte econômica é a indústria extrativa, são os maiores acometidos por conflitos nessa área. Dadas as informações discutidas ao longo dos dois últimos capítulos, pode-se entender que as relações de poder envolvidas nos processos de licenciamento, monitoramento e fiscalização dos empreendimentos minerários optam pela desconsideração dos conflitos historicamente conhecidos.

O neoextrativismo, fruto da escolha estatal do setor de exploração mineral como frente desenvolvimentista, trata de uma prevalência do capital, intensificada pelos padrões econômicos neoliberais e reforçada pela mídia, que divulga a minerodependência através do discurso que muitas vezes ignora as dimensões ampliadas de conflito. Entende-se que todo esse jogo é resultado das ações do estado juntamente com as empresas mineradoras, os quais visam o lucro em detrimento à vida, configurando a economia política que funciona como um motor

impulsionando desastres, remoções, mortes (de pessoas, modos de vida, histórias e planos futuros), ou seja, a necropolítica.

Assim, a seguir se buscará elucidar como é construída a necropolítica nos territórios minerados em Minas Gerais, uma vez que foram enunciadas, anteriormente, as argumentações que compõem as relações que configuram a expressão do poder e as razões por tratar essa análise em Minas Gerais.

4 A CONSTRUÇÃO DA NECROPOLÍTICA NOS TERRITÓRIOS

O entendimento da construção da necropolítica no território deve passar pelo reconhecimento das diversas dimensões em que o conflito é estabelecido entre a expansão da exploração mineral e os territórios ali conformados, o conflito entre mineradoras e a população local. Uma vez que a necropolítica trata das diversas formas de poder que se estruturam no território, estas também devem ser reconhecidas. Para isso, em um primeiro momento do capítulo, delimitam-se as dimensões do conflito e, posteriormente, passando aos territórios, ao reconhecer as narrativas dos moradores que são acometidos pelo exercício de poder, e essas narrativas, por sua vez, possibilitam o entendimento das estruturas que apresentam as formas contemporâneas de poder que constroem a necropolítica.

4.1 Dimensões Do Conflito

O território é a base para o exercício do poder, pois é formado por um conjunto de sistemas que são pautados através de relações de poder (SOUZA, 2012). A soberania popular possibilita ao povo a capacidade para a autocriação, na qual as pessoas “se aproximam por intermédio da base coletiva da vida e da plena expressão de suas territorialidades, a terra e o território” (GONÇALVES; MILANEZ; 2019, p.25). Com a extensiva territorialização dos interesses estrangeiros por meio da rede extrativa mineral, os territórios são fragmentados e incorporados à escala mundial de acumulação capitalista. Assim, na perspectiva da paisagem ambiental:

A grande mineração seria um processo semelhante de amputação da paisagem. As empresas mineradoras podem usar os melhores métodos de gestão ambiental (recirculação de água, máquinas e equipamentos eficientes, controle de material particulado e programa de recuperação de área degradada); mas quando se fecha a mina, a montanha não está mais lá. No lugar da serra ou do pico está um buraco. E dessa forma é modificada toda a paisagem; mudam o microclima, a fauna, a flora, a dinâmica hidrológica. A função ecológica que era exercida pela montanha é extinta. Esse impacto, da ausência do material retirado, é inerente à atividade mineral e não pode ser evitado por nenhuma tecnologia de gestão. (MILANEZ, 2019. p. 390)

Em Minas Gerais, onde a antropização é, historicamente, fruto da atividade minerária, ou seja, as cidades se formaram junto às primeiras extrações de

mineração, a mudança da paisagem não acontece longe das cidades. Segundo Milanez, “[a] mudança da paisagem não se restringe a áreas naturais ou isoladas. Em situações onde as minas se encontram próximas a áreas urbanas a transformação também ocorre no ambiente construído.” (MILANEZ, 2019. p. 390). Resultado do poder do capital em uma economia política mundializada, as mudanças promovidas pela mineração alteram profundamente

as coisas da terra, a propriedade fundiária, as temporalidades do viver e o sentido dos lugares para as populações que os habitam, [...] ameaça os territórios com a fragmentação de assentamentos rurais; a desarticulação da cultura e da produção camponesa; a criminalização de atingidos, lideranças e movimentos de resistências; aumenta a pressão sobre terras indígenas e quilombolas (WANDERLEY; GONÇALVES, 2019. p.137).

Questão extremamente relevante tange à temática dos recursos hídricos, os quais são um bem imprescindível para a existência, sobrevivência e permanência de comunidades que sofrem os impactos da mineração em pelo menos em três níveis:

Primeiramente existe o elevado consumo de água pelo setor, particularmente para as atividades de beneficiamento e transporte, no caso daquelas que utilizam minerodutos. Em segundo lugar, há problemas associados à extração mineral em si, que pode levar ao rebaixamento do lençol freático (prejudicando o acesso de outros usuários), bem como comprometer a recarga dos aquíferos. Por fim, existem questões associadas à poluição e à contaminação dos corpos d’água (MILANEZ, 2019. p.395)

Para além da dimensão ambiental, a exploração mineral acarreta conflitos sobre a apropriação do espaço, que não admite coexistência de outros usos além da mineração, seja por um período de tempo, seja indefinidamente. Com isso, “os conflitos envolvendo mineradoras e as populações do campo, sobretudo povos tradicionais, não se referem à disputa por um mesmo recurso, mas sim a uma disputa pelo território e seus atributos materiais e simbólicos, incluindo bens comuns naturais” (WANDERLEY; GONÇALVES, 2019, p. 139).

Diante da necessidade de controle territorial, inerente à exploração mineral, “não é possível extrair o minério sem se remover o solo e o subsolo, sem promover modificações e impactos tanto socioespaciais como físico-ambientais” (WANDERLEY; GONÇALVES, 2019. p. 138). Isto significa a remoção da população, frente a um novo empreendimento, expansão de alguma mina próxima às

comunidades e até mesmo diante da instabilidade das estruturas, como as barragens de rejeito. Assim, “como resultado desses processos, se tem a expropriação, a exclusão ou eliminação dos grupos sociais precedentes no espaço, majoritariamente ribeirinhos, camponeses, posseiros, quilombolas e povos tradicionais” (WANDERLEY; GONÇALVES, 2019. p. 138).

Importante ressaltar que os grupos atingidos por esse conflito são pessoas historicamente vulnerabilizadas, e, com isso, o impacto “se configura de várias formas e com diferentes prejuízos às suas vítimas, que suportam de algum modo, um impacto ambiental negativo muito maior que as outras pessoas” (ABREU, 2013. p. 92). O racismo ambiental opera como o distribuidor dos riscos, “que extrapola as questões meramente raciais e étnicas, abarcando as injustiças, os preconceitos e a desigualdade que afligem populações e grupos vulneráveis”. (ABREU, 2013. p.89) Assim, como elucida Pacheco no seguinte trecho:

O racismo é um potente fator de distribuição seletiva das pessoas no seu ambiente físico; influencia o uso do solo, os padrões de habitação e o desenvolvimento de infra-estrutura.[...] O fato é que as injustiças sociais e ambientais não só têm origens comuns, como se alimentam mutuamente. É precisamente essa lógica que, de um lado, forja condições de degradação crescente para uns; de outro, propicia lucro abusivo para outros. [...] É fundamental assumir que o racismo está presente na forma como tratamos os nossos povos indígenas. Está presente na maneira como ‘descartamos’ populações tradicionais – ribeirinhos, quebradeiras de coco, geraizeiros, marisqueiros, extrativistas, caiçaras e, em alguns casos, até mesmo pequenos agricultores familiares. (PACHECO, 2007)

A continuidade da ampliação neoextrativista depende da institucionalização de todas as dimensões do conflito, ou seja, dependem da continua ampliação de práticas institucionalizadas, as quais garantem o funcionamento da exploração mineral como ocorre atualmente. Sobre as infrações e suas respectivas punições frente aos desastres crimes, a impunidade e ou irrisoriedade contribuem para a manutenção deste cenário:

De acordo com o delegado da Polícia Federal Roger Lima de Moura, responsável pelas investigações de Mariana e de Brumadinho, em razão dos baixos valores das multas, mediante lucros milionários, e das penas brandas previstas pelos órgãos reguladores e de fiscalização em níveis municipal, estadual e federal, a prática das infrações é compensatória para as mineradoras, seja do ponto de vista financeiro, seja do ponto de vista criminal. Para além das informações encriptadas e de processos decisórios exógenos e omissos, as atividades minerárias atrelam-se ao financiamento

político: [...] a Vale contribuiu para a eleição, naquele ano [2014], de 257 agentes políticos, sem distinção de colorações partidárias ou ideológicas, financiando 27 legendas, da esquerda à direita. Políticos de Minas Gerais, do Pará e do Espírito Santo, estados onde estão concentradas as principais operações da multinacional, foram os campeões de verbas (RAGAZZI; ROCHA, 2019, p.65 *apud* MORADO NASCIMENTO *et al.*, 2020, p. 275).

As análises em torno dos diversos conflitos gerados pela exploração minerária devem reconhecer que “a mineração impõe novas formas de manejo e controle dos territórios. Por isso, ao redefinir os usos e as configurações dos lugares, os conflitos, os diferentes tipos de violência e as ações de resistência compõem no âmago deste processo” (WANDERLEY; GONÇALVES, 2019. p. 141). A imposição do controle sobre o território depende da validação desta condição por meio das práticas institucionalizadas, estabelecidas e perpetuadas, que têm a encriptação do poder como forma de atuação através da exclusão da participação popular nos processos de aprovação e mitigação dos empreendimentos e não divulgação ampla e democrática da segurança das estruturas.

O fato de o conflito existir demonstra “a relação conflituosa entre a mineração e os demais usos e formas de organização dos territórios” além de demonstrar o questionamento das “estratégias de exploração do trabalho, a disputa e apropriação da terra, água, subsolo e áreas de floresta” (WANDERLEY E GONÇALVES, 2019. p. 141).

Uma vez que estes conflitos se localizam nos territórios mineiros, dotados de bens naturais e modos de vidas seculares, observamos a insurgência da resistência, visto que “os distintos impactos de um projeto de mineração, da mina aos circuitos de beneficiamento e escoamento da produção que o integram, não se verificam em territórios vazios e homogêneos”. (WANDERLEY; GONÇALVES, 2019. p. 141)

As inerentes resistências à exploração mineral buscam reverter a fragmentação do território imposta pelo neoextrativismo, ainda que este atinja grupos diversos. As estratégias de resistência se conectam pelo “direito de viver nos distintos territórios e suas horizontalidades urdidas por densas histórias, identidades, memórias e diversidades ecológicas” (GONÇALVES; MILANEZ; 2019. p. 26). Na luta pelo direito de existir, diante das diversas expressões territoriais capazes de coexistir, diferente da mineração, e na dimensão da luta, estas se fortalecem: “são resistências que se movimentam e se encontram no campo da pluralidade de cores,

saberes, línguas, imaginários e ideologias, mas, que se reconhecem nas lutas e defesas dos territórios comuns” (GONÇALVES; MILANEZ; 2019. p. 26).

Segundo dados do Relatório da CPI da Barragem de Brumadinho, no intervalo entre os desastres-crimes dos rompimentos das barragens de Fundão e Córrego do Feijão, ocorridos em novembro de 2015 e janeiro de 2019, a Vale S.A. manteve seu posto de maior mineradora do Brasil e terceira do mundo, mesmo tendo declarado prejuízo líquido de R\$44,2 bilhões após o primeiro rompimento. A empresa continuou pagando dividendos a seus investidores e seu valor de mercado mais do que triplicou nos três anos: passou de R\$81,25 bilhões para R\$289,77 bilhões. Somadas todas as unidades, o quadro de empregados alcança 166 mil pessoas, entre funcionários próprios e terceirizados. Sua receita bruta atingiu R\$150 bilhões em 2018, com lucro líquido de R\$25,65 bilhões. Nesse mesmo ano, aplicou R\$241 milhões na gestão de todas as suas barragens (ALMG, 2019).

Dados os fatos dos desastres-crime ocorridos ao longo da história da mineração, em especial os mais danosos dos últimos anos, é válido o questionamento não só das ocorrências e seus desdobramentos, mas quanto ao modo de implantação, operação e fiscalização dos empreendimentos e uma análise das decisões econômicas e políticas que acabam por estruturar esses empreendimentos. Desde a sua consideração, um projeto de mineração, um GPI é dotado de muita força, pois, além da geração de grandes expectativas, tem potencial para alterações econômicas, políticas e sociais. Sendo assim, são feitos estudos sobre viabilidades e impactos, porém, dada a condição periférica da economia brasileira, intensificada pelos processos relativamente recentes de financeirização e ideologias neoliberais, os aspectos sociais e locais, muitas vezes, são desconsiderados.

Segundo Bauman, (2011, p. 11) “a expressão ‘baixa’ (ou dano, ou vítima) colateral foi recentemente cunhada no vocabulário das forças expedicionárias militares e popularizada pelas reportagens jornalísticas sobre ações para denotar efeitos não pretendidos”. Ao entender que certo dano é colateral, observa-se que

a possibilidade de tais efeitos foi observada e considerada, mas ainda assim vista como risco válido, levando-se em conta a importância do objetivo militar – essa visão é muito mais fácil (e bem mais provável) porque as pessoas que se decidiram pela validade de assumir o risco não são as mesmas que sofreriam suas consequências” (BAUMAN, 2011 p. 11).

Prática condizente ao neoextrativismo, que, frente ao desenvolvimento econômico de alguns, o prejuízo de outros é considerado válido, de acordo com Pacheco, trata-se da

submissão a um modelo de desenvolvimento cada vez mais excludente que faz com que as autoridades optem pela convivência ou, pelo menos, pela omissão, ignorando o desrespeito às leis, trabalhistas e ambientais; subsidiando ou diminuindo impostos para atrair empresas, ainda que nocivas ao meio ambiente e aos próprios trabalhadores; e realizando o que poderíamos chamar de verdadeiros leilões de recursos humanos e naturais. (PACHECO, 2007)

Os estudos e a implantação, bem como a operação de um complexo minerador, têm consequências conflituosas diante da alteração territorial e socioespacial inerentes aos processos, além dos passivos ambientais e ações compensatórias irrisórias. Ainda que efeitos conflituosos em grandes empreendimentos possam ser observados e considerados, estes são vistos como riscos válidos, “porque as pessoas que se decidiram pela validade de assumir o risco não são as mesmas que sofreriam suas consequências” (BAUMAN, 2011, p. 11). Assim, conjecturar análise em torno da exploração mineral e suas consequências, em termos de danos colaterais, “é presumir tacitamente uma desigualdade de direitos e oportunidades preexistente, ao mesmo tempo que se aceita a priori a distribuição desigual dos custos da ação empreendida” (BAUMAN, 2011, p. 12).

Na dinâmica que caracteriza, descaracteriza e fragmenta os territórios, econômica e politicamente, as ações do Estado e do mercado associados funcionam como um sistema condicionado a tragédias. O extrativismo mineral admite o protagonismo como o setor que mais implanta GPIs, e, conseqüentemente, altera o território. A partir da perspectiva exógena e violenta da implantação, com as decisões e informações encriptadas e ou inacessíveis aos afetados locais, observa-se que:

Grupos locais são simplesmente paisagem, ou, na melhor das hipóteses, sócios menores de dinâmicas territoriais que se elaboram e decidem nas esferas nacional e internacional. Pela própria massa de capital, território e recursos ambientais mobilizados, os interesses que se movem através dos GPIs se situam nas grandes corporações nacionais e multinacionais

(VAINER, 2007, p.20).

Quando entendemos que, em uma sociedade desigual como a brasileira, que ocupa o 7º lugar do mundo nesse aspecto¹³, as pessoas que lidam cotidianamente com a insegurança e medo de serem afetadas pelo rompimento de uma barragem se tornam ainda mais vulneráveis. Em outras palavras, “a probabilidade de se tornar “vítima colateral” de algum empreendimento humano, ainda que nobre em seu propósito declarado, [...] é hoje uma das dimensões mais marcantes surpreendentes da desigualdade social” (BAUMAN, 2011, p. 15). Tal situação demonstra a potencialidade das relações de poder na determinação de formas de poder que incidem sobre a vida e morte das pessoas, ou seja, a necropolítica, e em uma sociedade desigual historicamente escravista como a brasileira, “o racismo deixa de ter apenas impacto racial estendendo-se a preconceitos e injustiças ocorridos com grupos vulneráveis, sejam histórica, econômica, social ou ambientalmente desprotegidos” (ABREU, 2013. p. 90).

O rompimento de B1, em Brumadinho, desencadeou um questionamento maior do que o de Fundão, em Mariana, pela recorrência do desastre-crime e sobre a real insegurança desses empreendimentos. Assim, diversos municípios mineiros passaram a viver em alerta. “Em meados de março, o total de pessoas retiradas de suas casas em função do rompimento da barragem de Brumadinho ou de protocolos de segurança relacionados a barragens em alerta beirava mil pessoas, em cinco diferentes municípios” (ALMG, 2019, p. 19). “Os moradores falam nos efeitos da ‘lama invisível’; o medo foi incorporado à rotina e às enfermidades dos mineiros” (ALMG, 2019, p. 20).

Em certos casos, os alertas emitidos coincidem com a recusa das empresas de auditoria a emitir a declaração de estabilidade - DCE. Esses alertas se somaram às intervenções do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), responsivo às denúncias oferecidas por moradores e pela imprensa que questionavam a credibilidade dos laudos técnicos (ALMG, 2019). Assim, diversos municípios

¹³ Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2019, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a desigualdade no Brasil está piorando a cada ano. Ainda sem avaliar o impacto das medidas do governo Bolsonaro, o estudo coloca o país como o 7º mais desigual do mundo (RBA, 2019).

mineiros passaram a enfrentar, cotidianamente, a insegurança e o medo. Em Congonhas, uma moradora relatou:

“Eu fiquei traumatizada. Eu acordo assustada. Tive pesadelo com a minha menina, nem a deixo sair de perto de mim”, diz Adilene Resende, com uma de suas duas filhas no colo, ao lado de um grupo de vizinhos. “A gente mora bem debaixo da barragem. Estou morrendo de medo, não só por mim, mas por todos aqui.”

Adilene mora no Residencial Gualter Monteiro, bairro popular mais próximo à barragem - as casas mais próximas ficam a apenas 250 metros de suas paredes. Em Brumadinho, o refeitório e a área administrativa da Vale, que foram engolidos pela lama, ficavam a dois quilômetros da barragem que rompeu (CARNEIRO, 2019).

A referida barragem em Congonhas é a Casa de Pedra, uma das maiores barragens construídas em área urbana na América Latina, com capacidade para 50 milhões de m³ de resíduos de mineração - quase cinco vezes o volume que irrompeu em Brumadinho (CARNEIRO, 2019).

Figura 5- Barragem Casa de Pedra e sua proximidade à Congonhas.



Fonte: Ronan (2019).

Dada a conjuntura, estabelece-se entre moradores um cenário de terror acompanhado por casos de depressão, ansiedade, pânico, pressão arterial elevada, falta de ar e irritabilidade.

Além das vidas perdidas e dos danos ambientais irreparáveis, os impactos dos rompimentos e da possibilidade iminente de novas tragédias permanecem vivos. O número de pessoas que procuram atendimento psicológico e médico nos hospitais das áreas afetadas cresceu enormemente (ALMG, 2019, p. 20).

Podemos considerar a situação promovida pelo rompimento de uma barragem, e até viver sob a ameaça de tal evento, estado de exceção, uma vez que direitos constitucionais são violados a todo o momento, individuais e sociais, como direitos: à vida, à liberdade, à igualdade, à dignidade, à segurança e à propriedade, educação, saúde, trabalho, moradia. Há, portanto, atentados contra a sociedade e o meio ambiente, de maneira que o Estado Democrático de Direito se torna ineficiente.

Quando olhamos para a população que mais tem sofrido em Minas Gerais, seja com a implantação dos empreendimentos, seja com os rompimentos ou com as ameaças de tais ocorrências, encontramos predominância rural, distritos pequenos, sem acesso amplo à informação, aspecto que escancara a dimensão do racismo ambiental. A ação do Estado associado ao mercado atinge de forma mais feroz a população mais pobre, por sua vez, majoritariamente negra, que, quando não tem sua vida ceifada, perde seu modo de vida e trabalho. Para Mbembe (2016, p. 128), temos que “na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado”, pressuposto condizente com o neoliberalismo, cujas práticas econômicas e políticas implicam na proteção do capital mundial em detrimento a justiça social.

A ideia do terror se relaciona claramente às narrativas de dominação e emancipação (MBEMBE, 2016). Por conseguinte, a falta de clareza e conhecimento acerca das barragens de rejeito de mineração, situação em que os próprios agentes estatais regulatórios não possuem informações acertadas, corrobora para intensificação desse cenário de terror.

Conforme a seção anterior, em setembro de 2020, o Relatório da ANM, somente em Minas Gerais, apontava 42 barragens interditadas por não possuírem declaração de estabilidade, sendo que as estruturas que romperam possuíam o

documento. Uma vez que tal situação se instaura com diferentes violações, e não necessariamente um estado de guerra declarado, o lapso temporal passa a não existir e o estado de exceção passa a ser constante. O terror e a dominação são elementos imprescindíveis para conformação do dito estado de exceção (MBEMBE, 2016).

Ao vislumbrar a afinidade entre o conceito de danos colaterais de Bauman e a expressão máxima da soberania, proposta por Mbembe, entende-se que ambos são o reflexo da relação periférica de dependência econômica política brasileira, tendo como base a desigualdade social, a falta de autonomia de capital e poder, a relação com o racismo e a conseqüente desigualdade das pessoas vulneráveis na sociedade, o que provoca a invisibilidade das mesmas. Fatos esses que aumentam a probabilidade de alguém ser acometido por um dano colateral, e ainda vítima do exercício da soberania, quando a expressão máxima do biopoder define “quem importa e quem não importa, e quem é descartável, e quem não é” (MBEMBE, 2016, p. 135).

A territorialização das formas de poder sobre a vida, consequência das relações de poder neoextrativistas entre estado e mercado, é o que garante a fragmentação do território. Esta, por sua vez, torna-se responsável pela desconexão das pessoas e a submissão das comunidades frente ao exercício do poder das mineradoras. A territorialização, fundamental para configuração da necropolítica é

equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; [...] O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o *status* de sujeito e objeto.” (Mbembe, 2016 p.135)

A implantação do terror no estado de Minas Gerais, devido à ação conjunta das empresas mineradoras e auditoras, com o respaldo do estado, ambos incapazes de garantir segurança das barragens e controlar suas consequências no território, como sobre a possível contaminação de água e solo, interdição de estradas, assemelham-se ao cenário deflagrado por estratégias militares, que destroem infraestruturas, e dificultam acesso à elementos necessários a vida contemporânea. Tais práticas, “especialmente quando combinada[s] com a imposição de sanções,

resulta[m] na falência do sistema de sobrevivência do inimigo. Os danos persistentes à vida civil são particularmente eloquentes” (MBEMBE, 2016, p. 138).

Diante da perda dos modos de vida, alteração da paisagem, desconexão com o território, observa-se o que é chamado por Mbembe de “guerras da época da globalização”, nas quais aqueles com grande destaque no jogo de poder, e interessados na exploração de determinado território, “visam forçar o inimigo à submissão, independentemente de consequências imediatas, efeitos secundários e ‘danos colaterais’” (MBEMBE, 2016, p. 138). A exploração extensiva mineral que acomete o estado de Minas Gerais estabelece a generalização da insegurança, que para Mbembe, “aprofund[a] a distinção social entre aqueles que têm armas e os que não têm” (2016, p. 141). Assim, como resistir e permanecer em um lugar que não possui condições de sobrevivência e se vive sob constante ameaça a própria vida?

Não há contra quem resistir quando o poder que domina está em toda parte e em lugar nenhum; é uma presença permanente que não pode ser apontada, mas que reforça exponencialmente as formas históricas de dominância, criação de subjetividades e relações econômicas irresistíveis. (HINCAPIÉ; SANÍN-RESTREPO, 2012, p. 98-99, tradução nossa¹⁴).

Diante da perspectiva da necropolítica que constitui formas de poder que subjagam a vida ao poder da morte, o poder é dominante, estabelecido sem dimensionamento temporal, pois passa a persistir continuamente.

4.2 Os Territórios Mineiros e a Necropolítica

O rompimento da Barragem de Fundão, da Samarco Mineração S.A. – empresa controlada pela Vale S.A. e pela BHP Billiton – havia completado pouco mais de três anos quando outro desastre-crime com barragem, também alteada a montante, aconteceu. O primeiro grande desastre-crime, em Mariana, é

Considerado o pior desastre ambiental da história do Brasil e um dos maiores do mundo – vitimou 19 pessoas e desabrigou outras centenas, destruiu os Distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e degradou o

¹⁴ Texto original: no existe a quien hacer resistencia cuando el poder que avasalla está en todas partes y en ninguna, es una presencia permanente que no se puede señalar pero que refuerza exponencialmente formas históricas de dominio, creación de subjetividades y relaciones económicas irresistibles.

Rio Doce e seus afluentes, de forma irreversível, até sua foz no oceano Atlântico, no Estado do Espírito Santo. (ALMG, 2019, p. 17).

Passados quase 6 anos do rompimento de Fundão, em agosto de 2021, as reparações seguem a passos lentos. Moradores que optaram pelo reassentamento coletivo, modalidade que vislumbra a manutenção dos vínculos da comunidade, não receberam suas casas, vivendo em condições adversas aos núcleos rurais originários. Além disso, ao longo do tempo, alguns dos que optaram pelo reassentamento coletivo desistiram da coletividade pela demora do processo. Em Gesteira, distrito de Barra Longa, município vizinho à Mariana, moradores falam sobre “Cinco anos de espera e indignação”, e demonstram as consequências da espera pela mínima reparação:

Ao longo de mais de cinco anos, as obras nem sequer foram iniciadas e o projeto ainda é discutido na Justiça. No terreno escolhido para abrigar as famílias, de acordo com a assessoria técnica que atende os atingidos, apenas perfurações para sondagem foram feitas neste período. [...]

“A terra me faz falta, eu vim da terra e eu cresci na terra. A gente tem que voltar para lá para voltar a nossa história ao que era”, afirma Vera, moradora atingida. [...]

“Muitas pessoas estão desistindo do reassentamento [coletivo] por medo de morrer e não ver nada. A Renova renova os crimes cometidos. É muito triste ver o reassentamento se desmanchando”, afirma Simone, que perdeu sua avó e tio, que morreram enquanto esperavam o reassentamento. [...]

“As pessoas estão fazendo isso de medo de não receber de não conseguir nunca mais algo que a lama levou. Pelo desespero, pela demora, pelo medo de a Renova não atender eles. Decidem não permanecer no reassentamento coletivo por medo e insegurança”, diz Vera. (FREITAS, 2021b)

O rompimento da barragem de Fundão havia completado pouco mais de 3 anos, quando em 25 de janeiro de 2019, a estrutura da barragem B1, da Mina de Córrego do Feijão, se rompeu, resultando na maior tragédia humana da mineração. A reincidência dos desastres-crimes, tão recentes e de dimensões catastróficas, fez com que a sensação de insegurança se espalhasse por todo território de Minas Gerais. Com o rompimento da barragem B1, “o pânico se espalhou por Minas Gerais, na medida em que a própria Vale e outras mineradoras emitiram alertas para risco de rompimento de suas barragens” (ALMG, 2019, p. 18), escancarando a incapacidade das empresas e do próprio estado de garantir a segurança dos empreendimentos e das pessoas que há anos convivem com esse conflito nas cidades mineiras.

Cerca de um mês após o referido rompimento, quase mil pessoas haviam sido retiradas de suas casas em cinco diferentes municípios. Em um estado historicamente minerador, com a presença 351 barragens de rejeito de mineração e 42 interditadas pela não constatação da estabilidade em 2020, a insegurança constante faz com que o lapso temporal do desastre não exista, tornando-se um dano continuado, configurando o estado de exceção constante, vista a violação do Estado de Direito continuamente.

Dentro do estado de exceção, é questionada a soberania do povo mineiro, uma vez que tudo o que os configura como comunidade, modos de vida, relações pessoais, planos futuros, é ameaçado ou destruído, provocando a fragmentação de tudo aquilo que forma o território, a terra e as territorialidades. Dado este questionamento da soberania, o povo se encontra submetido a um estado de guerra.

A partir dessa perspectiva, a expressão máxima da soberania é a produção de normas gerais por um corpo (povo) composto por homens e mulheres livres e iguais. Esses homens e mulheres são considerados sujeitos completos, capazes de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação. A política, portanto, é definida duplamente: um projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento. Isso nos é dito, é o que a diferencia da guerra. (MBEMBE, 2016, p. 128).

Em um primeiro momento, entende-se que o estado de emergência acontece na configuração de um desastre-crime. Insurgências e consequências de tal evento podem ser classificadas como a expressão do poder sobre a vida com base na diferenciação das pessoas entre quem deve viver e quem deve morrer, conforme trecho abaixo:

Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. (MBEMBE, 2016, p. 128).

O racismo atua como regulador da distribuição dos danos e consequências da associação Estado-mercado, que impulsiona sucessivamente as tragédias no campo da mineração. Mbembe afirma que “a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é ‘a condição para a aceitabilidade do fazer morrer’” (MBEMBE, 2016, p. 128).

Diante da necessidade de controle do território imposta pela extração mineral, a insegurança dos empreendimentos, respaldada pela incompetência de aprovação e gestão dos mesmos por parte do Estado e das mineradoras, pode ser entendida como uma estratégia de terror, para dominação do território, pois “o terror [...] está claramente relacionado a várias narrativas de dominação e emancipação, sustentadas majoritariamente por concepções iluministas sobre a verdade e o erro, o ‘real’ e o simbólico”. (MBEMBE, 2016, p. 128). Ou seja, narrativas em torno do desenvolvimento da nação, mas que fomentam a concentração de lucros para uma classe burguesa frente à exploração de todos os bens naturais e recursos de uma população menos favorecida.

Quando não reforça a narrativa desenvolvimentista economicamente dependente da mineração, fato demonstrado no capítulo 3, a mídia também assume a narrativa de dominação por meio do terror, uma vez que notícias sensacionalistas são veiculadas, como a reportagem de Junia Oliveira, do Estado de Minas, publicada em maio de 2019, com a seguinte manchete: “Veja como ficaria Congonhas em caso de rompimento das barragens que cercam a cidade; Rodeada por 24 barragens, Congonhas seria varrida do mapa em caso de ruptura, aponta estudo” (OLIVEIRA, 2019)

A partir do exame do jogo de poder resultante da associação de Estado e mercado, e todas as disputas consequentes, percebem-se os territórios em Minas Gerais como o maior cenário de expressão necropolítica, na constante imposição do poder sobre a vida, fruto do exercício da soberania de exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder. No intuito de desvelar as estruturas que formam a necropolítica, serão analisados quatro municípios em Minas Gerais, sendo eles: Barão de Cocais, Brumadinho, Mariana e Ouro Preto. Sendo que Brumadinho e Mariana são municípios que foram acometidos por desastres-crime de dimensões catastróficas, e, hoje, lidam com as reparações e ou a falta delas, e o dano continuado, uma vez que não há resolução/punição ao caso, o que reafirma, simbolicamente, a tragédia de modo constante; e Barão de Cocais e Ouro Preto, municípios que há anos possuem barragens de rejeito em nível de emergência, e lidam com a perspectiva de expansão de minas próximas àquelas que possuem estruturas ditas como instáveis.

Busca-se elucidar, diante da conceituação teórico-metodológica de Pierre Bourdieu, a construção do *campo* da mineração, como arena de disputa do jogo de poder delimitado pelo neoextrativismo, e a *prática*, que acaba por estruturar a construção das cidades mineiras, a vivência da população, a relação entre pessoas, e outras. Assim, serão entendidas as estruturas (*opus operatum*) e as estratégias (*modus operandi*) (BOURDIEU, 2009).

O levantamento das localidades passou pelo mapeamento dos conflitos durante a leitura de relatórios, reportagens e a própria vivência em uma cidade com a presença exaustiva da mineração, assim como também pelo contato facilitado com as pessoas atingidas devido à proximidade geográfica das cidades. Foram levantados dados sobre os conflitos das compensações e danos continuados dos rompimentos das barragens de Fundão/Samarco e Córrego do Feijão/Vale de Mariana e Brumadinho, respectivamente, e os conflitos provenientes da não declaração de estabilidade das barragens e da expansão minerária, com o questionamento dos licenciamentos e a não participação popular e mitigações dos impactos, e remoções pela ameaça de rompimento que têm acontecido em Ouro Preto e Barão de Cocais. Os 4 municípios abrigam juntos 19 das 42 barragens interditadas em Minas Gerais (ANM, 2020b).

Serão analisados, em cada município os empreendimentos em conflito, dados socioeconômicos gerais, reportagens relevantes e a espacialização das barragens, sejam elas inclusas na PNSB ou não, destaque para as que se encontram em nível de emergência. Foram dispostas também as ZAS – zonas de autossalvamento¹⁵ – de barragens da Vale. Importante ressaltar que, das 42 em nível de emergência em Minas Gerais, 30 são da Vale. Por isso, o levantamento das ZAS, apesar de tratar das barragens da Vale, tem grande relevância para o presente trabalho. Além disso, foi espacializada a renda média¹⁶ dos setores censitários, com Base no Censo 2010. Sobre as ZAS levantadas, Rossi e Nicolau afirmaram:

15 O analista de geoprocessamento Hugo Gusmão disponibilizou para este trabalho o arquivo que contém o georreferenciamento das barragens da Vale, ao qual ele teve acesso através dos PAEBM disponibilizados pela própria empresa, que contém as ZAS (zonas de autossalvamento) das minas.

16 A sistematização dos dados de renda foi possível através do site desenvolvido por Rogério Vianna (2015) – mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978), aposentado do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – exposto no seguinte trabalho: Censo IBGE 2010: um sistema para visualização e análise no detalhe de setor censitário, 2015. Quando citados os dados do censo 2010 nesta sessão,

No total, são mais de 1,5 mil edificações, distribuídas em 16 municípios, que poderiam ser gravemente atingidas pelos rejeitos, em caso de rompimento das barragens. Entre elas, estão prédios públicos: quatro Fóruns de Justiça, duas Câmaras de Vereadores e a prefeitura. [...] Questionada sobre a desistência em divulgar o site com os mapas, a Vale afirmou que “a Defesa Civil de Minas Gerais demonstrou não ter interesse” na divulgação das informações. Acrescentou ainda que está, neste momento, negociando um projeto que vai divulgar os mapas das manchas de inundação em Minas Gerais em um aplicativo, porém não informou a previsão de lançamento. [...] A Defesa Civil de Minas Gerais não respondeu se tomou providências para divulgar os mapas de inundação, dizendo apenas que “a obrigação pela divulgação das informações é do empreendedor” (ROSSI; NICOLAU, 2020).

Serão dispostas as narrativas¹⁷ dos moradores, que servirão de embasamento para a construção do referido campo da mineração, e a lógica da prática. As entrevistas não estruturadas com os moradores aconteceram entre os dias 06 de abril e 31 de maio de 2021. Os dados gerais das entrevistas foram sintetizados na tabela abaixo:

Quadro 2 - Moradores entrevistados, localidades e conflitos*

MORADOR	DATA DA CONVERSA	CIDADE	LOCALIDADE	BARRAGEM / EMPRESA	CONFLITO ¹⁸
M1	25/03	BARÃO DE COCAIS	Sagrada Família (bairro)	Pátio de transbordo / GSM Mineração	Impactos da implantação de estrutura em meio urbano.
M2	25/03	BARÃO DE COCAIS	Cocais (distrito)	Barragem de Laranjeiras, Mina de Burucutu / Vale	Ameaça de rompimento, remoção e expansão.
M3	31/05	MARIANA	Paracatu de Baixo (distrito)	Barragem de Fundão, Mina de Germano / Samarco (Vale + BHP Billiton)	Compensações Pós Rompimento.
M4	02/04	OURO PRETO	Miguel Burnier (distrito)	Mina de Miguel Burnier / Gerdau Complexo de Barragens da Mina de Fábrica / Vale	Remoção pela expansão da Gerdau e ameaça de rompimento da Vale.
M5	07/04	OURO PRETO	Antônio Pereira (distrito)	Barragem de Doutor, Complexo de Timbopeba / Vale	Ameaça de rompimento e remoção.

* Moradores, localidades e dados gerais dos conflitos foram citados pelos próprios moradores.
Fonte: elaborado pela autora.

todos terão sido sistematizados pelo sistema de análise de Vianna.

17 Os trechos dos relatos serão transcritos, entre aspas e por itálico, da forma mais próxima como relatado pelo morador, mantendo a oralidade e forma de expressar das pessoas, que serão citadas através do relacionado no quadro 2. Conforme acordado previamente nas conversas, no intuito de deixar os moradores mais a vontade, nos comprometemos a não utilizar seus nomes na redação da dissertação.

18 Os elementos da coluna conflito foram sintetizados no intuito de categorização, o que não exclui nenhum outro conflito ou consequência inerente a cada caso.

Diante da pandemia global da Covid-19, o desenvolvimento de pesquisas de abrangência social precisou ser adequado para que a participação das pessoas acontecesse de forma segura e ainda eficaz. A percepção dos moradores das imediações dos empreendimentos, atores mais afetados e menos considerados na implantação e decisões consequentes ao funcionamento de complexos minerários, foi levantada por meio de conversas online, provenientes de um primeiro contato via WhatsApp, com o posterior agendamento para uma conversa mais longa, o que aconteceu via videoconferência e também ligação. Pontua-se a limitação desse tipo de contato, devido ao não acesso abrangente das pessoas à internet, mas compreende-se, que diante da situação atual, é uma opção válida, segura e bastante útil. A maior ou menor disponibilidade das pessoas em dar entrevistas também deve ser compreendida pelo sofrimento atrelado aos fatos e conflitos vividos elencados ao longo desse trabalho.

De modo inicial, a construção da necropolítica partiu da análise de relatórios, dados econômicos, referenciais teóricos, através da própria estruturação legislativa no que diz respeito a licenciamentos e gerenciamentos dos empreendimentos de mineração. Porém, neste momento, dada a constatação de que os afetados diretamente pela exploração mineral, pelo jogo de poder da economia política neoextrativista, são desconsiderados, opta-se pela construção do *campo* da mineração, suas estruturas e estratégias principalmente através da narrativa dos moradores, no intuito de desvelar a *prática* que configura o campo de maneira específica e acaba por definir o modo como às cidades mineiras têm sido construídas e destruídas.

4.2.1 Barão de Cocais

Barão de Cocais, que está localizada a 90km da Capital Belo Horizonte, com população estimada em pouco mais de 30 mil habitantes (IBGE, 2019), possui 3 barragens interditadas em nível de emergência pela não declaração de estabilidade, de acordo com o relatório de entrega de DCE da ANM, conforme o quadro a seguir.

Quadro 3 – Barragens Interditadas em Barão de Cocais

BARRAGEM	MINA	EMPRESA	NÍVEL DE EMERGENCIA
Norte/ Laranjeiras	Mina de Brucutu	Vale S A Filial: Vale Minas Centrais	Nível 2
Sul Inferior	Mina do Gongo Soco	Vale S A Filial: Vale Minas Centrais	Nível 2
Sul Superior	Mina do Gongo Soco	Vale S A Filial: Vale Minas Centrais	Nível 3

Fonte: ANM (2020b).

O município não figura entre os maiores arrecadadores da CFEM (tabela 1), pois a Mina de Burucutu, maior unidade de minério de ferro da Vale¹⁹, tem como sede o Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, o que não exime o município de arcar com as consequências da instabilidade da Barragem de Laranjeiras, ainda que não arrecade com os grandes impostos provenientes da exploração.

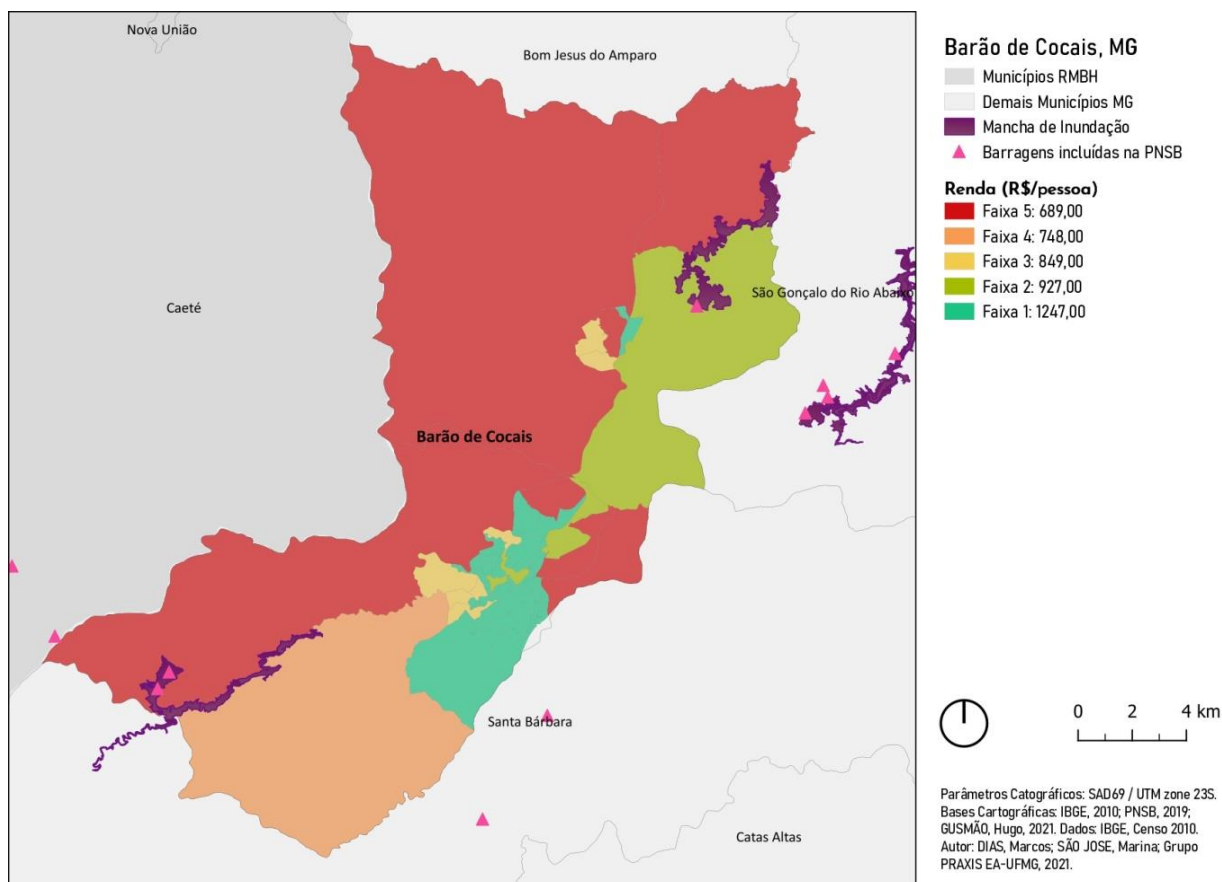
Segundo dados do Censo 2010, a renda média do município era de R\$892,00²⁰ e sua população composta por Brancos, 30%, Pretos, 10,1%, Pardos, 58,5%, Amarelos, 1,2%, e Indígenas: 0,2%. Assim, considerando grupos historicamente vulnerabilizados, pretos, pardos e indígenas, totalizamos 68,80% da população, média comum nos territórios minerados, assim verificamos que o racismo atua como distribuidor das desigualdades. Na perspectiva do racismo ambiental, a dimensão ampliada quanto à expressão do racismo sobre as desigualdades, de modo geral, é expressa através da vulnerabilidade social devido à menor faixa de renda.

A figura 6 mostra a incidência das barragens e sua relação com a renda dos setores censitários, dados estes que demonstram que maior parte das manchas de inundação, áreas que formam as ZAS – Zonas de Autossalvamento, estão sobre setores censitários com a menor faixa de renda média no município, R\$689,00. Observa-se a incidência maior de barragens e, conseqüentemente, maior dimensão das referidas ZAS nos setores de faixa de renda média 5, 4, até 2. Porém não são atingidos os setores com faixas de renda 3 e 1.

¹⁹ Vale diz que deverá retomar operações na maior mina de MG em até 72 horas (VALE... 2019).

²⁰ Para efeito de comparação, o salário mínimo em 2010: R\$510,00 (FETAPERGRS, [2021]).

Figura 6 – Mapa de Barão de Cocais, Manchas de Inundação e Renda Média



Fonte: elaboração própria com base em ANM (2020b), IBGE (2010) e Gusmão (2021).

Após o rompimento da barragem B1, Barão de Cocais passou a conviver com o medo do rompimento da barragem Sul Superior do complexo da Mina de Gongo Soco, da Vale S.A. No começo de fevereiro deste ano, a estrutura teve seu nível de segurança aumentado e, em 22 de março, sirenes soaram para alertar sobre nova elevação de risco da mesma barragem. Em 16 maio, novamente, a barragem colocou a população em alerta pela movimentação diária do talude de uma cava situada à montante da Barragem Sul Superior (Figura 7) – além dos simulados de evacuação e da cobertura diária pela imprensa – deixando a população pronta para a possível ruptura da barragem (ALMG, 2019).

Figura 7 – Proximidade da Barragem Sul Superior e Barão de Cocais.



Fonte: adaptado de MORADORES... (2019).

Ao longo dos meses, a situação não mudou. Segundo dados da reportagem de Paes para o The Intercept, em dezembro de 2019, a Vale teria utilizado do pânico provocado pela insegurança do Complexo Minerário de Gongo Soco para autorizar obra inviável que beneficiaria a expansão da atual mina, com a justificativa de que o rompimento de barragem era “risco iminente de calamidade pública”. Seguem os fatos:

As 14h de um sábado, no dia 18 de maio, advogados da mineradora Vale entraram com uma liminar em caráter de urgência no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Eles pediam livre acesso às terras da Gandarela Minérios Ltda. e de “todos os terrenos na região do Complexo Minerário Mina Gongo Soco”, a mais de 60 km de Belo Horizonte – ou seja, licença para desmatar e abrir um buraco para desviar lama tóxica para o local. (PAES, 2019).

A região atingida pelas obras de emergência coincide com duas áreas de mineração sobre as quais a Vale tem interesse: a mina Apolo, perto do canteiro em André do Mato Dentro, e a mina Baú, perto do muro de contenção. Por causa da interseção e da proximidade entre os projetos, moradores e ambientalistas acreditam que as duas obras favorecem a mineradora. [...] A suspeita é que, com a região esvaziada, futuras intervenções podem ser realizadas sem tantas exigências burocráticas: sem animais e vegetação nativas, os impactos sobre o meio ambiente mudam completamente e as compensações necessárias para começar uma outra obra tornam-se mais simples (PAES, 2019).

O Judiciário, neste caso, respaldou as decisões da mineradora, inclusive estabelecendo multas em desfavor dos moradores, como quando o juiz Carlos Pereira Gomes Júnior “estipulou multa diária entre R\$ 100 mil e R\$ 1 milhão a qualquer morador que criasse ‘empecilho, ou qualquer forma de obstáculo’ às ações da empresa” (PAES, 2019). Mesmo que a Vale não apresentasse laudos e projetos técnicos suficientes, a autorização ocorreu, e “a própria mineradora admitiu que abriu o buraco e desmatou sem ter garantias técnicas de que sua proposta funcionaria. [...] Representantes da Vale disseram que o desmatamento foi ‘indispensável’” (PAES, 2019).

As remoções devido à insegurança da Barragem Sul Superior têm o Estado como responsável pela retirada das pessoas. Órgãos de segurança, como os Bombeiros Militares, Defesa Civil e Polícia Militar, foram acionados para ajudar na evacuação da área com pouco menos de 50 habitantes, na qual “oito propriedades foram transformadas, do dia pra noite, em um imenso canteiro de obras, com intenso fluxo de trabalhadores, maquinário pesado e moradores sendo obrigados a deixarem suas casas” (PAES, 2019). O medo e a insegurança são usados para desconectar as pessoas do território e a encriptação das informações promovem a sensação de terror e dominação, elementos que são imprescindíveis para conformação do dito estado de exceção.

Parte dos moradores da zona afetada resistiu às investidas, apesar do despacho de Gomes Júnior. “Quando começaram [as obras], a Defesa Civil veio e disse que tinha de sair, que não tinha jeito, que ia sair dali ‘por bem ou por mal’. Teve gente que se recusou... estamos por aqui até hoje, então a gente estranha, né?”, me disse José Mendes, de 63 anos. [...]

Mendes foi um dos proprietários incluídos no programa de recuperação ambiental sugerido pela Vale à justiça em junho. Ele mora com sua família ali há uma década e diz que pouco se importa com qualquer tipo de indenização que a mineradora possa oferecer. “Se me obrigarem a sair, se tiver de ir pra cidade, pode ter certeza que eu não aguento muito. Se me jogam na cidade, acho que morro rapidinho” (PAES, 2019).

Os conflitos em Barão de Cocais não se limitam à insegurança das barragens da Mina de Gongo Soco, conforme levantado no relatório da ANM e, também, através da narrativa dos moradores. O distrito de Cocais, localizado ao norte do município de Barão de Cocais, fica nas proximidades da Mina de Burucutu. M2, morador de Cocais, encaminhou para conhecimento nosso a matéria do MG2, jornal televisivo da Emissora Globo Minas, exibido em março de 2021 (cujo título se

menciona abaixo), que trata da região em que ele reside, a qual passa por remoções em meio à pandemia do Covid-19, frente à instabilidade da Barragem de Laranjeiras (Figura 8) e insegurança diante das novas obras.

Famílias de Barão de Cocais temem que obra da Vale aumente risco de rompimento de barragem: Uma nova estrutura está sendo construída ao lado da barragem Norte/Laranjeiras, que está em nível 2 de emergência. Barragem fica ao lado de igreja - local de peregrinação na região (MG2, 2021).

Figura 8 – Barragem de Laranjeiras, Mina de Brucutu.



Fonte: Vale... (2020)

Figura 9 – Comunidade de Cocais, na Igreja local.



Fonte: fotografia fornecida por M2.

O morador M2, afirmou que a vida naquele local teria sido sonhada por sua, já falecida, mãe, e que tem sido atormentada, nos últimos anos pela, Vale, que, na visão deles, não tem atestado a segurança da barragem no intuito de expandi-la.

Exatamente em 2000, minha mãe tinha um sonho de comprar um sítio, e ela teve esse sonho, e tinha uma igreja no sonho, ela veio conhecer esse sítio aqui, e achou que era esse o local que ela tinha visto no sonho, por isso que ela acabou comprando esse sítio, pelo preço na época que o rapaz pediu, porque ela tinha visto que era o lugar que ela tinha o sonho.

Agente construiu o sítio né, os filhos todo mundo empolgado, a gente só tinha a terra tava praticamente nua, tinha uma casinha tão pequenininha, e a gente construiu em 2001, já mudou pra cá. Em 2006 minha mãe faleceu.

Em 2008, a Vale já começar a querer incomodar, com a construção da barragem de laranjeiras e tirar a comunidade, aliás a igreja né.

Ai houve uma resistência naquela época, e eles construíram em 2014, pra 2015, eles terminaram essa barragem. Em 2021, agora, em 2020 ela deixa de apresentar laudos para elevar o nível, por questão de uma lei, que você deve saber, dos deputados por causa daquele monte de acidente, falaram que não pode ter moradores.

Ela faz com que eleva para o nível 2 essa barragem, essa barragem tem só 5 anos de uso. E eles deixam de dar manutenção pra elevar o nível dela, para que tirem os moradores que tão abaixo dessa [barragem], essas 10 famílias inclusive (M2, março de 2021).

A situação levantada pelo morador de Cocais exemplifica a problemática exposta anteriormente no que diz respeito aos conflitos do automonitoramento por

parte das empresas, além da diminuição dos graus de exigência ambiental. Condizente com o discurso neoliberal, o argumento da incapacidade estatal na fiscalização e monitoramento, que, muitas vezes, é proveniente do próprio sucateamento do Estado defendido por governos liberais, fortalece a insegurança dos moradores quanto ao empreendimento e quanto à credibilidade da fiscalização.

*O negócio aí o governo, o governo federal criou aí um negócio de barragem, aí o governo vem cá olha e fala com ela, oh tem que fazer isso, capinar limpar né, beleza. Aí fala com ela [mineradora] o que tem que fazer na barragem, ela não faz, vem de novo ela não faz, cobra o que foi feito, aplicou a multa de 6 mil reais, a agência nacional de mineração, aplicou a multa, e eles preferiram pagar a multa de 6 mil, do que pagar o engenheiro pra fazer o laudo pra corrigir né, como o governo tá em licitação ainda de 49 fiscal, engenheiro ambiental, de mineração, de minas, o governo federal né, porque quem fiscaliza é o própria empresa, **põe a raposa pra vigiar as galinhas**. Aí que que acontece, ela vai e não faz as recuperações que eles mandam fazer, aí quem eleva o nível não é a Vale, é o governo, aí eleva o nível dois, e aí ela **dana querer a tirar o povo né? e ela tá adorando isso né?** [...]*

Essa barragem não tem risco, eu to bem. A única coisa que tá incomodando é a construção de uma nova barragem que eles tão fazendo, chamada barragem do torto, do lado, vizinho. Como que eles tão construindo uma barragem, do lado de uma que tá em nível 2, que não tá né, mentira deles, não tem laudo, eles só fala, mas eu quero ver o laudo. Eu pedi o laudo, eles ficaram de apresentar o laudo, 22 de dezembro, depois 24 de Janeiro ficou só empurrando e até hoje não saiu esse laudo. Eles querem que a gente entra com o processo pra negociar a venda do imóvel. e eu não to vendendo. Eu não concordo com esse tipo de coisa não.

Isso foi tudo uma estratégica, de retirada das pessoas, e é só passar pro nível 3, que ninguém fica. Igual aconteceu com a barragem de socorro, apitou lá pra sair, tem dois anos e até hoje a barragem não rompeu, indenizou só os ricos, os pobres não, os pobres ficaram. [...]

Todo dia 13 a sirene apita. So pra fazer teste, incomoda demais, eu nem rasgo, aí agora se a gente, deixa eu te contar com toda sinceridade? Essa barragem não tem perigo nenhum, porque ela não tem nem 5 anos, nem cheia ela tá. entendeu? Tão usando argumento que não tá pondo nada nela porque ela tem risco (M2, março de 2021).

A encriptação da informação é parte imprescindível na intensificação da insegurança, manutenção do controle do território por parte das empresas, expressão de poder, conflito e distanciamento das pessoas e, por consequência, a desconexão das comunidades e territórios.

Já no distrito Sede de Barão de Cocais, a comunidade do Bairro Sagrada Família lida com a presença do Pátio de Transbordo da GSM (Figura 10). Apesar de não tratar da insegurança quanto ao rompimento de barragens de rejeito, quando parte da cadeia da produção mineral está próxima a um centro urbano, no caso, ao lado de um bairro residencial, há diversos prejuízos para a população, dentre eles, o

convívio com a poluição e com o trânsito desproporcional à infraestrutura viária são constantes. Conforme relatado por M1:

Então, assim é um bairro muito tranquilo e nós nunca teve problemas algum aqui e ultimamente a gente tá passando um problema muito sério, né porque a empresa que instalou aqui no nosso bairro, veio assim em uma hora que nós não estávamos esperando.

Foi no início da pandemia quando nós estávamos assim observando aquela movimentação do que estava acontecendo no nosso bairro, é aquele tanto de caminhão, tráfego aumentando e muita barulho né,

O que que nós fizemos, nós procuramos saber o que realmente era aquilo, porque a gente não tava podendo nem sair de casa né, a própria casa mesmo, nossas câmeras de segurança, a gente começou a observar aquela movimentação. Então a partir desse momento, nos vimos diante de uma poluição tão grande, uma assim, uma falta respeito a nós moradores do bairro e você olhava você passava a mão nos móveis, na cozinha na casa inteira, era um pó que saia na sua mão brilhando, um pó de minério, e eu ficava “gente isso é um absurdo, o que que tá acontecendo”, aí a gente procurou saber e era a empresa GSM, que tinha instalado, assim no escuro, a gente não sabia de nada.

Antes da mineradora instalar aqui, a gente nunca teve esse problema, eu resido aqui a 30 anos nunca tive problema nenhum. Eu poderia deixar minha casa aberta a janela aberta porta aberta toda aberta poderia ficar o dia todo trabalhando fora voltava não tinha poluição, não tem nada. Hoje se eu deixar aberto, eu passo a mão aqui na minha mesa, aqui com a minha janela agora pouco se eu passar a mão aqui ó, eu posso passar aqui na mesa não tem poucos minutos que eu abri a janela dá para ver o minério. Então assim é muito triste a gente conviver com a situação e nós estamos na faixa que a maioria dos moradores daqui são pessoas mais idosas, pessoas humildes né (M1, março de 2021).

Ao longo do presente trabalho, entendeu-se que parte da construção da necropolítica tem relação com o fato de os processos decisórios envolvendo a implantação de grandes projetos minerários estarem submetidos às relações econômicas e políticas completamente exógenas e excludentes às regiões que sofrem as consequências desses processos. No caso da instalação do pátio de transbordo da empresa GSM no Bairro Sagrada Família, em Barão de Cocais, observa-se que, ainda que o poder público municipal seja responsável por parte do processo de aprovação de um empreendimento minerário através da emissão do alvará para o funcionamento da estrutura que faz parte da rede logística de escoamento da mineração, o município se encontra submetido as mesmas estruturas neoextrativistas que mantêm o município minerodependente. Analisando todos os impactos de liberação da instalação, nota-se o reforço do distanciamento das pessoas às decisões que afetam diretamente suas vidas, direitos básicos civis, dentre outras violações.

Figura 10 - Pátio de Transbordo da GSM, coberto por balão inflável diante da reclamação dos moradores, e sua proximidade com as casas.

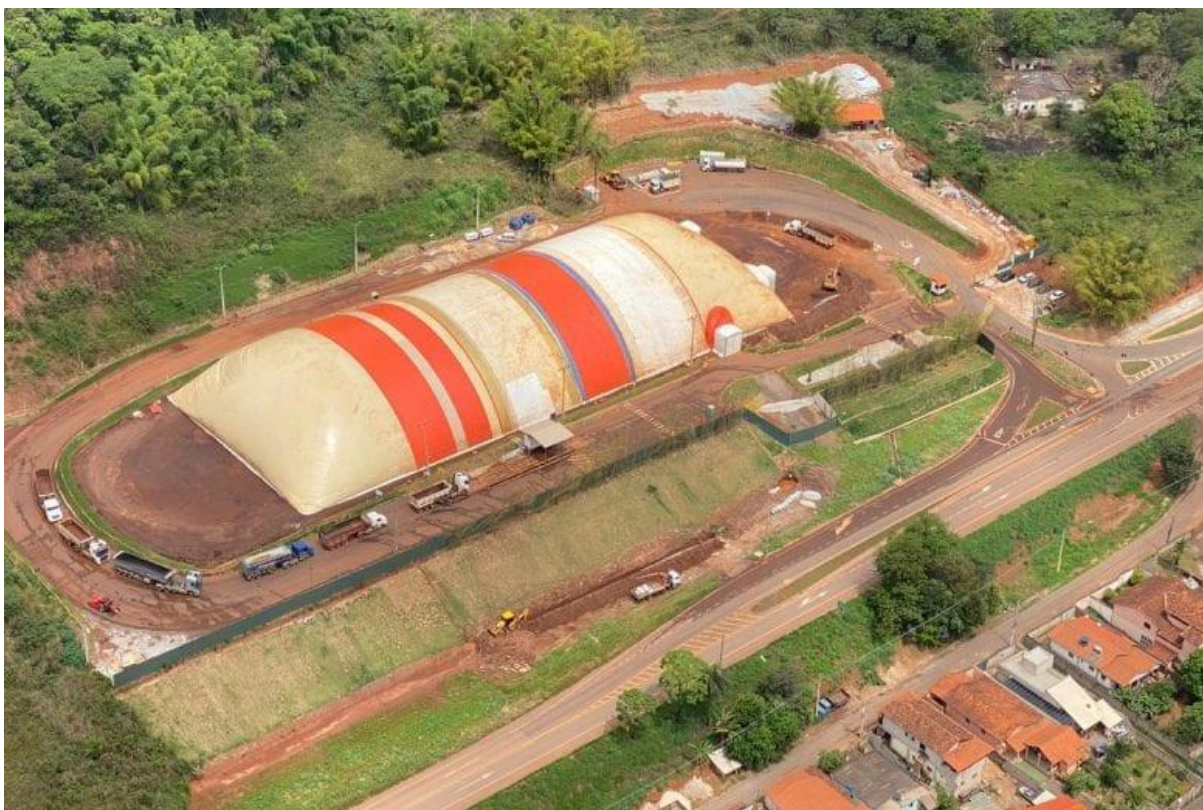


Foto: Horta (2020)

M1 comenta sobre sua luta e de seus vizinhos, que fundaram uma associação contando com advogados e ativistas do MAM para que pudessem se organizar e buscar informações diante da instalação do pátio de transbordo, uma vez que a instalação aconteceu sem que houvesse qualquer publicidade ou contato com a população local. A população se reuniu (Figura 11) e tem feito protestos (Figura 12) no intuito de resistir à continuação do funcionamento do pátio da GSM no local.

Eu procurei olhar sobre a questão de toda documentação, sobre documentação da prefeitura, sobre o plano de diretor né. Porque esse processo de implantação do minério ele não cumpriu os ritos né, que foi que aconteceu durante a pandemia da movimentação de caso então foi assustador e as poeiras começaram a espalhar. [...]

E o documento que eu pedia para ser apresentado a nossa equipe, “cadê os documento de autorização, o alvará e não apresentaram para gente nada”. Ai, o Secretario de Meio Ambiente, falou que tinha um prazo, das documentações da empresa, até o dia 13 de julho de 2020.

Quando deu dia 13, nada de documento e eu apertando, a gente cobrando de um lado, cobrando do outro, envolvendo mais pessoas nessa luta, nessa busca e nisso eu consegui a cópia do documento. E quando eu conseguir a cópia do documento deles, o alvará de licença estava vencido e eu entrei em contato com a câmara, e falei gente vocês podem né, se vocês

quiserem vocês têm como, o poder esta na mão de vocês para caçar essa autorização no próprio executivo, o legislativo tem esse poder. Porque a prefeitura também ela errou feio, principalmente por parte da Secretaria de Meio Ambiente, ela não solicitou esse estudo do EIV para empresa, a empresa mesmo foi explicando para a gente que todos os documentos que tinha sido solicitado pelo Secretário de Meio Ambiente, a parte ambiental, eles haviam encaminhado e quando nós vimos não tinha documentação. As coisas tava assim sendo atropeladas do jeito que eles achavam né. [...]

Se vocês apresentaram os documentos para a Prefeitura diante da Secretaria Municipal do meio ambiente e a secretaria não cobrou de vocês, eu não sei onde que é o erro, mas as duas partes estão apresentando erros (M1, março de 2021).

Figura 11 – Reunião dos Moradores do Bairro Sagrada Família.



Fonte: fotografia fornecida por M1.

Figura 12– Faixas de protesto dos moradores do Bairro Sagrada Família



Fonte: fotografia fornecida por M1.

À nível municipal, a encriptação da informação, a não inclusão das pessoas afetadas na discussão e atitudes incertas e questionáveis quanto a presença e a aprovação dos empreendimentos sem as documentações necessárias trazem aos moradores prejuízos diversos, quanto a alteração dos modos de vida, saúde e autonomia, e até financeiros.

Por causa da estocagem e espalhamento de minério da empresa GSM, começaram através do mês de março de 2020, os problema de saúde como doenças respiratórias, doenças pulmonares, além de alergia de pele, coceira nos olhos, os olhos da gente ficava ardendo o tempo todo entendeu, então era muito frequente a reclamação de moradores. [...]

Então tudo que limpava, era perceptível a presença de metais, pois o problema era gravíssimo por que alteração na qualidade do ar, porque tinha aqueles metais, a gente não vê no ar mas quando você vai resolver o brilho no chão e aquilo tudo né.

A nossa saúde, diante de uma pandemia que a gente está, a nossa saúde ela é prioritária. Nós fizemos reuniões (Figura 6), eu fui na câmara diante da pandemia, com mascara arriscando a nossa própria vida. Um desgaste mental tão grande que a gente assim até hoje não recuperou isso tudo, porque ainda estamos aguardando a posição do MP. [...]

Esse impacto ele tá sendo muito prejudicial à todos nós moradores né, porque independente de qualquer coisa que essa poeira [possa causar], além disso de tudo isso tá causando estresse a toda a população né. Além de estar causando os problemas de saúde e eu ressalto também grande aumento da conta de água dos moradores [...] minha conta eu pagava em torno de 120, 130 [reais] hoje eu pago 280, 300, chegou até quase R\$400,00 (M1, março de 2021).

A incerteza da continuidade no local, frente à instabilidade da barragem e falta de assertividade dos procedimentos de segurança e fiscalização também faz com que os moradores do distrito de Cocais alterem sua rotina, seus planos futuros e vivenciem também prejuízos diversos. Segundo M2,

E outra coisa que é muito triste é a gente, a gente precisa de fazer muita coisa de reparação aqui no sítio, e como é que a gente fica, você investe? Não sabe, e aí você investe ou não investe? Um dia eu falei na reunião assim, você compra muda de cenoura, 100 dias pra brotar e você colher, você sabe se você vai estar 100 dias na terra? Aqui agora a gente tá aqui sabe, a gente veio pro sítio, e eu falei assim ó, a gente não pode ficar aqui atoa esperando ela [a Vale] vim cá não, a gente vai produzir e vai levar pra feira. A gente faz doce de goiaba, a gente faz geleia de pimenta, você deveria provar, a gente tá levando mamão, banana, entendeu, leva tudo, limão, tudo que o sítio produz, podia tá produzindo muito mais. A gente levou milho, milho verde. Aí eu pude plantar milho verde agora, e agora como eu faço, vou colher? 3 meses. Você investe, compra muda e aí? É isso que mais me deixa chateada é não ter perspectiva de futuro, posso, não posso? (M2, março de 2021).

O fato de a mineração ser responsável por inúmeros empregos, diretos e terceirizados, complexifica a relação dos moradores frente ao conflito com a empresa. De acordo com M1, há moradores que prestam serviço para a GSM e criticam a posição dos vizinhos que buscam informações sobre a legalidade da instalação da empresa no local:

Várias pessoas que fizeram críticas que são a favor da empresa porque tava assim depende dela com caminhão, é prestação de serviço, e com isso aí, não tem problema para mim porque eu não tô aqui para criticar, quem tem direito né de ficar em silêncio tudo bem mas não tem direito de fazer crítica sobre a busca e a nossa luta, correr atrás daquilo que a gente tem direito, a gente vai lutar. A pessoa tem direito de ficar calado, ela não precisa manifestar mas ela não pode atrapalhar (M1, março de 2021).

Fato este também levantado pelo morador do distrito de Cocais, M2, que afirma que a oferta de emprego condiciona o morador a se posicionar a favor da empresa, além de reafirmar a boa imagem e o poder da empresa no local:

É o seguinte, a família, por exemplo, o filho da mulher do meu pai, tem dois filhos que trabalham na Prosegur, que prestam serviço pra vale, e instalação de câmara também. Ela vai oferecendo serviço, principalmente pros filhos dos moradores. [...]
Esse ambiente aqui da comunidade, muita gente dentro da cidade que fica assim com a gente "ah mas você não pode competir com a Vale, a Vale é muito boa aqui pra cidade" entendeu, então vem a pessoa falando "ah mas

você tem que entender a Vale precisa” (M1, março de 2021).

Assim, Barão de Cocais lida atualmente com problemas diversos frente à presença da mineração em meio urbano e rural, que promovem sofrimento, conflitos e incertezas sobre a continuidade das pessoas em seus territórios.

4.2.2 Brumadinho

No dia 25 de janeiro de 2019, às 12h28min, parte dos funcionários da empresa Vale S.A. trabalhava nos escritórios ou almoçava no refeitório da Mina Córrego do Feijão quando a estrutura da barragem B1 se rompeu. Em menos de um minuto, uma onda de lama de aproximadamente 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração encobriu todas essas instalações e avançou pelos arredores, arrasando uma área equivalente a quase 300 campos de futebol e matando 272 pessoas, destruindo toda forma de vida encontrada pelo caminho (ALMG, 2019).

A justificativa desenvolvimentista, em torno de bons índices econômicos, promove e amplia o cenário conflituoso e inseguro que é característico do empreendimento minerário. Percebe-se isso quando Relatório Final da “CPI da Barragem de Brumadinho” (ALMG, 2019) apontou que houve atos questionáveis na Barragem B1, em Brumadinho (Figura 13), desde o licenciamento até a operação, falta de documentos, suspeitas de aceleração de processos favoráveis à empresa e a “opção deliberada pelo risco” (ALMG, 2019, p. 92), uma vez que, pelo menos nos 15 meses anteriores ao rompimento, a Vale S.A. tinha conhecimento de que a Barragem 1 enfrentava problemas graves relativos ao Fator de Segurança, diante de fortes indícios que apontavam falta de estabilidade, demonstrando a negligência da empresa para com a situação.

Segundo Morado Nascimento et al. (2020), quando ocorreu o rompimento, mais de 300 funcionários da Vale se encontravam na mina, além de turistas em uma pousada de luxo e moradores em casas de comunidades vizinhas. Foram 272 mortes, sendo 131 funcionários da Vale, 119 funcionários terceirizados e 20 moradores das comunidades (ALMG, 2019a), sendo que 11 pessoas continuavam desaparecidas até 2020 (RODRIGUES, 2020). Durante duas semanas após o rompimento, municípios cortados pelo Rio Paraopeba receberam a lama de rejeitos.

A cronologia dos fatos acerca da estabilidade da barragem B1 foi sistematizada também por Morado Nascimento et al. (2020), que apontam que, em 1990, a estrutura já apresentava alterações e que, com o passar dos anos, sua condição de estabilidade questionada várias vezes:

Em 2006, o engenheiro Joaquim Pimenta de Ávila, que foi assessor técnico da Vale entre 2001 e 2016, alertou a empresa sobre a necessidade de se fazer estudo de liquefação na área do platô do terceiro para o quarto alteamento da barragem B1, pois em 1990 havia sido detectado recuo linear no eixo da elevação do maciço. Em 2008, porém, a Vale enviou ao engenheiro amostras de outro local da barragem para a realização de seus requerimentos; apontado pela Vale como exigente e detrator, o engenheiro demonstrou à Polícia Federal a falta de rigor em procedimentos de segurança ao longo dos anos na mina do Córrego do Feijão.

Em 2017, no Painel Independente de Especialistas para Segurança e Gestão de Risco de Estruturas Geotécnicas (PIESEM), promovido pela Vale, ocorreu debate intenso sobre a necessidade urgente de se elevar o Fator de Segurança da barragem B1 no Córrego do Feijão, apoiado, essencialmente, na apresentação da engenheira Maria Regina Moretti, que não admitia o coeficiente de segurança 1.09, inferior ao 1.3 recomendado pelas boas práticas de engenharia internacional. Vários painéis com especialistas, organizados pela própria Vale nos anos seguintes, foram realizados com o objetivo de colher sugestões para minimizar os riscos em Brumadinho; ao mesmo tempo, tais painéis atestaram que a Vale tinha ciência de que a barragem B1 apresentava potencial risco de ruptura. As informações dos especialistas participantes dos painéis, bem como os e-mails e relatórios internos da Vale, todos com data entre 2017 e 2019, foram cruzados pela Polícia Federal e sustentaram a denúncia apresentada em fevereiro de 2020 pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) contra o ex-presidente da Vale Fábio Schvartsman, dez funcionários da mineradora e outros cinco da empresa de consultoria alemã *Tüv Süd*, por terem conhecimento da situação crítica da barragem que se rompeu e por não compartilharem as informações com o poder público e a sociedade, assumindo, portanto, os riscos. (MORADO NASCIMENTO et al., 2020, p.273-274)

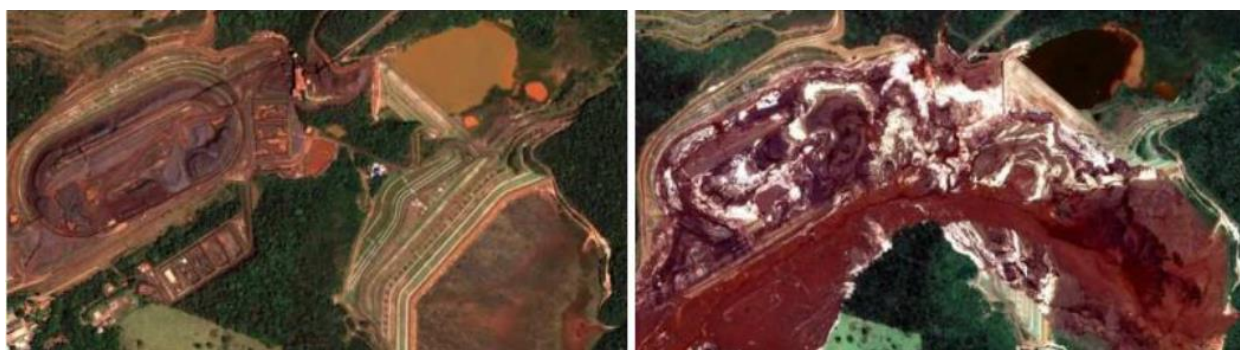
Dados estes fatos, pode-se entender que a empresa Vale, representada por seus funcionários do alto escalão, agiu por meio de atitudes irresponsáveis, graves e incertas que podem ter relação com o agravamento da instabilidade e o não interesse da redução do impacto ambiental e humano:

Constata-se, portanto, que, **apenas no mês de junho de 2018, a mineradora teve três oportunidades para evitar que a tragédia ocorresse**. Se não tivesse pressionado a *Tüv Süd* a dar uma DCE que reduziu o valor mínimo aceitável do Fator de Segurança de 1,30 para 1,05; se não tivesse fechado os olhos à constatação de que, segundo o Relatório de Risco Monetizado, a probabilidade de ruptura da Barragem 1 era três vezes maior (3×10^{-4}) do que o mínimo aceito como tolerável pela própria Vale S.A. (1×10^{-4}); e, por último, se não tivesse minimizado o incidente do 15º DHP e informado a ANM sobre sua correta dimensão, não estaríamos

fazendo uma CPI para apurar responsabilidades tão graves. Nos meses seguintes, de julho de 2018 a janeiro de 2019, a Vale S.A. quase nada fez de concreto para evitar o rompimento. (ALMG, 2019, p. 104) [...]

o radar dava sinais crescentes e cada vez piores de que o maciço da Barragem 1 estava se movimentando, os piezômetros davam informações de piora do nível de água em seu interior, mas tudo isso foi desconsiderado. Todas as estruturas a jusante da B1 deveriam ter sido retiradas do caminho da lama de rejeitos, e as autoridades deveriam ter sido avisadas do risco iminente de rompimento, ou, pelo menos, do status de degradação de segurança da barragem (ALMG, 2019, p. 129).

Figura 13 - Barragem B1 - Córrego do Feijão, Antes e Depois do rompimento.



Fonte: Rossi (2019).

Localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a 60km da capital do Estado, Brumadinho tem sua população estimada em pouco mais de 60 mil habitantes (IBGE, 2019), possui 6 barragens interditadas em nível de emergência pela não declaração de estabilidade, de acordo com o relatório de entrega de DCE da ANM. Importante trazer a discussão acerca da entrega do DCE, pois a barragem B1 havia entregado o documento na campanha anterior ao rompimento, em julho de 2018. Conflitos em torno da idoneidade das relações profissionais que regem a emissão do DCE sugerem que a campanha de entrega do Documento de Estabilidade não garante que as estruturas estejam de fato seguras. Conforme o Quadro 4, não entregaram o DCE as seguintes estruturas:

Quadro 4 – Barragens Interditadas em Brumadinho

BARRAGEM	MINA	EMPRESA	NÍVEL DE EMERGENCIA
Barragem B1	Mina Casa Branca	Mineração Geral Do Brasil S.A	Nível 1
Barragem B1a Ipê	Mina Ipê	Emicon Mineração E Terraplanagem Ltda	Nível 1
Capim Branco	Mina Jangada	Minerações Brasileiras Reunidas Sa Filial: MBR Paraopeba	Nível 1

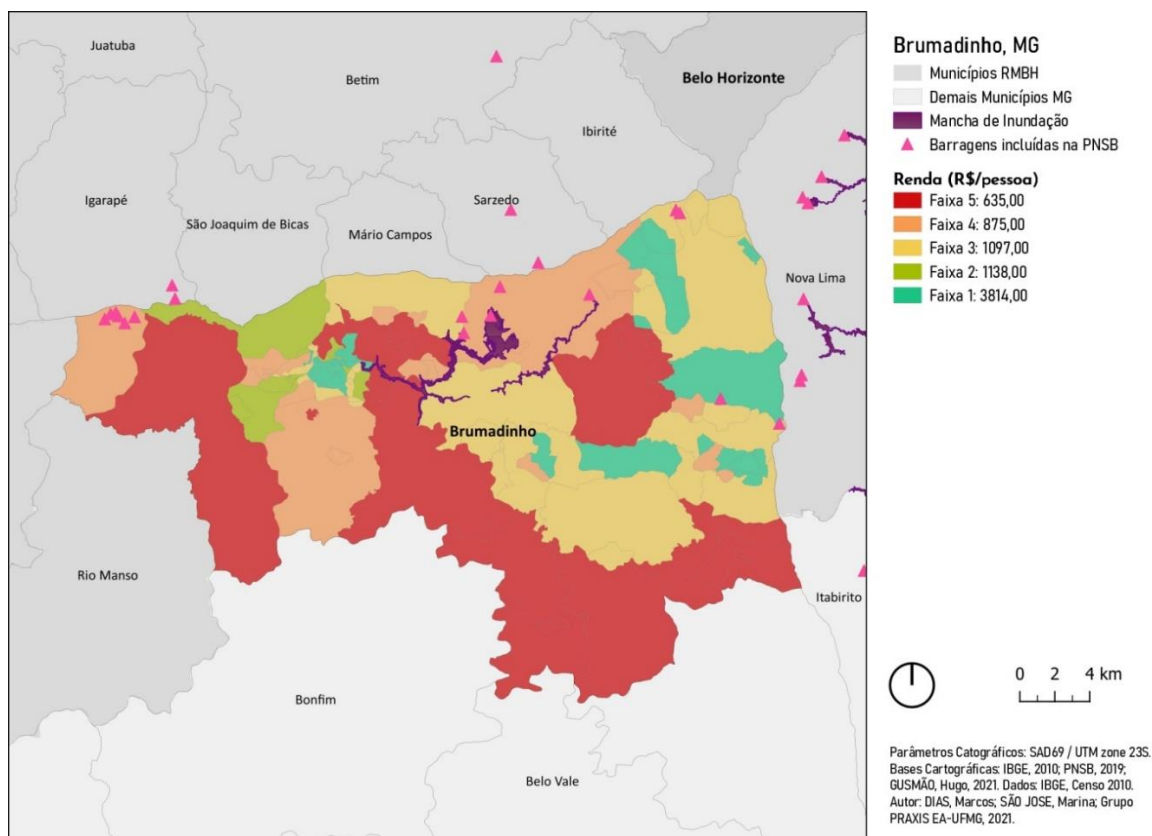
Dique B3 Ipê	Mina Ipê	Emicon Mineração E Terraplenagem Ltda.	Nível 1
Dique B4 Ipê	Mina Ipê	Emicon Mineração E Terraplenagem Ltda.	Nível 1
Menezes II	Mina Córrego do Feijão	Vale S A Filial: Vale Paraopeba	Nível 1

Fonte: ANM (2020b).

No intuito de espacializar as estruturas de barragens, conflitos e consequências inerentes à exploração mineral, a Figura 14 mostra a incidência das barragens, e sua relação com a renda dos setores censitários, dados estes que demonstram, novamente, assim como em Barão de Cocais, que maior parte das manchas de inundação, áreas que formam as ZAS, estão sobre setores censitários com a menor faixa de renda média no município, predominantemente faixas 5 e 4, R\$635,00 e R\$875,00, respectivamente.

Fatos que mais uma vez corroboram o entendimento das relações em torno da associação Estado–mercado incidirem sobre as consequências da exploração mineral na população que não obtém parte significativa do lucro. Segundo dados do Censo 2010, a renda média do município era de R\$1551,00, e a população composta por Brancos, 47,4%, Pretos, 8,3%, Pardos, 42,7%, Amarelos, 1,4%, e Indígenas, 0,1%. Sendo assim, pretos, pardos e indígenas somam 51% da população. A população desconsiderada na negociação e implantação de projetos minerários é a mesma que sofre os impactos do funcionamento inseguro e é vítima dos desastres-crime.

Figura 14 – Mapa de Brumadinho, Manchas de Inundação e Renda Média.



Fonte: elaboração própria com base em ANM (2020b), IBGE (2010) e Gusmão (2021).

Em 2017, anteriormente ao rompimento de B1, por meio da CFEM, o município de Brumadinho arrecadou R\$ 34.716.823,54, quase 5% da arrecadação de todo estado (Tabela 1). O complexo minerário de Córrego do Feijão era importantíssimo sob a perspectiva de arrecadação para Vale, assim como era para o estado de Minas Gerais, fato que pode explicar, por exemplo, a insistência da Vale em emitir o DCE mesmo sem as condições de estabilidade, pois a não entrega do mesmo acarretaria na interdição da mina.

Os conflitos impostos pelas relações econômicas da mineração não se limitam à má gestão das estruturas. Segundo reportagem de Heloísa Mendonça para o *El País*, o município de Brumadinho, um ano após o rompimento da barragem B1 estaria dividido entre a euforia econômica proporcionada pelos auxílios emergenciais e o luto pelas quase 300 vítimas fatais.

Enquanto onze vítimas da tragédia seguem desaparecidas e familiares e amigos estão mergulhados em um sentimento de angústia, revolta e luto sem caixão, uma parcela dos moradores do local comemora. O motivo é

que, desde o desastre, a Vale começou a fornecer mensalmente um auxílio emergencial a todos os moradores da cidade, sendo eles atingidos pela ruptura da barragem diretamente ou não. Até dezembro do ano passado, cada adulto ganhou, por mês, um salário mínimo, adolescentes, meio salário e crianças, cerca de 250 reais. [...]

O proprietário de uma concessionária de automóveis conta que muitas pessoas que sonhavam em trocar de carro juntaram os benefícios emergenciais de todos da família para efetivar a compra. “Ano passado vivemos um *boom*, os bancos ficaram lotados, todo mundo comprando eletrodomésticos novos, celulares, reformando casas, mulheres colocando silicone. Você ia pedir uma pizza e demoravam duas horas para entregar. Ninguém mais queria cozinhar”, conta o comerciante que preferiu não se identificar. “Imagina que, para quem ganhava o mínimo, o salário dobrou da noite para o dia”, diz. [...]

Josiana Resende, irmã de Juliana —uma das 11 vítimas da tragédia ainda não localizadas—, lamenta que o dinheiro dado à população tenha dividido a cidade e mudado a pauta de exigências. “Outro dia fizeram uma manifestação pedindo que o auxílio não terminasse e fecharam a entrada da cidade, sem deixar os operadores das buscas passarem. Eles estão preocupados com as vítimas desse crime da Vale ou com o dinheiro que as pessoas que perderam a vida proporcionaram?”, lamenta. Na avaliação de Resende, a mineradora deveria ter feito algo por Brumadinho que contemplasse uma melhoria para toda a população. “Dar esse dinheiro maldito só criou uma dependência. As pessoas ficaram felizes e nós continuamos sofrendo”, explica (MENDONÇA, 2020).

A minerodependência do município, que, antes do rompimento era causada pela opção do extrativismo como setor majoritário de desenvolvimento econômico – fato atrelado historicamente à IEM brasileira –, foi substituída pela dependência do auxílio, o qual transformou toda a economia local, mas que ainda mantém a Vale como responsável por parte da renda do município. Ainda que, do ponto de vista econômico, haja moradores que vejam os auxílios de forma positiva,

[o] psicólogo da equipe de saúde mental de Brumadinho, Rodrigo Chaves Nogueira, avalia que a estratégia de distribuição de dinheiro da mineradora Vale suspendeu o luto. “Ele está em suspenso, a cidade está eufórica, consumista e maníaca. O dinheiro virou mais importante que o sofrimento”, explica Nogueira. O psicólogo alerta, no entanto, que quando esse dinheiro for suspenso, os quadros de problemas de adoecimento mental, que já são altos após a tragédia, irão se multiplicar na cidade. Em 2019, o uso de antidepressivos cresceu 56% e o de ansiolíticos aumentou 79% em comparação ao ano anterior. Segundo a secretaria de saúde do município, os casos de suicídio e de tentativa de auto-extermínio também aumentaram (MENDONÇA, 2020).

A fragmentação dos territórios imposta às comunidades por meio da disputa por auxílios e benefícios, o adoecimento intrínseco à vivência de um desastre, o sentimento de injustiça diante da falta da sentença e reparações concretas, somadas ao dano irreparável da perda de entes queridos, resultam na perda,

também, do lapso temporal da tragédia, uma vez que o dano permanece continuamente.

A situação vivida pelas 11²¹ famílias que aguardam as buscas de seus familiares exemplifica uma das dimensões mais cruéis da continuidade do desastre. Integrantes da Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão (AVABRUM), Josiana e Natália seguem na busca pelas suas irmãs, Juliana e Lecilda, ambas funcionárias da Vale. Quando o desastre-crime completou 2 anos, a repórter Déborah Lima, do jornal Correio Brasiliense, ouviu as duas:

Para Josiana, que também está sempre disposta a ajudar nos eventos em homenagens às vítimas que ocorrem todo dia 25, a esperança não acaba enquanto o ciclo não for fechado. “Essa ausência dela em todos os momentos é muito complicada. No que se agarrar? Hoje nos filhos dela. É a motivação de manter as buscas, de seguir em frente. Meu pai fala que no meio disso tudo eles têm dado um colorido na nossa vida. O tempo passa muito rápido. A gente só percebe quando vê que os meninos já estão fazendo 3 anos e até hoje nessa situação de espera”, diz. [...]

Com a fala no presente, Natália conta que “Lecilda é alegria em pessoa”. O último sorriso se foi há exatamente dois anos. “Ela é um presente e era presente na vida de todos. Eu nunca tinha imaginado um dia da minha vida sem a ‘Le’. Ela fazia exames periódicos, comia só o politicamente correto, fazia exames, caminhava, toda saudável, cheia de vida, cheia de sonhos. Estava tudo tão bem. A perda dela doeu demais. Nunca conversei com ela pensando que seria a última vez”, desabafa (LIMA, 2021).

Natália ainda finaliza expressando dor e indignação: “Tem que ser encontrada as 11 ‘joias’, não existe família alguma suportar ser o cemitério aquele minério maldito. É nosso direito. Não existe dor maior no mundo pensar que o cemitério do seu filho é naquela maldição” (LIMA, 2021).

As incertezas acerca da continuidade dos auxílios, a falta da diversificação econômica, a impunidade e a situação de desaparecimento ainda de 9 vítimas, revelam a dimensão do desastre continuado em Brumadinho.

²¹ Durante a redação deste trabalho, duas *joias* foram encontradas. Por isso, a reportagem mencionada, de janeiro de 2021, trata do número de 11 pessoas ainda desaparecidas. Dentre as vítimas que foram encontradas nos últimos 6 meses estão Juliana, irmã de Josiana, membra da AVABRUM (RODRIGUES, 2021)

4.2.3 Mariana

Mariana e seus 60 mil habitantes, aproximadamente, estão localizados a 144 km da capital Belo Horizonte (IBGE, 2019). Mesmo após o rompimento de Fundão, no ano de 2015, (Figura 15), em 2017 o município continuou dentre os municípios que mais arrecadaram com a CFEM, R\$ 65.841.958,09, equivalente a 8,47% do total do arrecadado pelo estado.

A barragem da Samarco, empresa pertencente à Vale e BHP Billiton, rompeu-se na tarde do dia 5 de novembro de 2015, provocando 19 mortes e o soterramento dos distritos rurais de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira e invadiu a cidade de Barra Longa, a 60 km de Mariana. Além de destruir casas, escolas e povoados inteiros, o mar de lama devastou o Rio Doce e atingiu o oceano no Espírito Santo.

Segundo dados do IBAMA (2016), o rompimento poder ser considerado o maior desastre socioambiental do país no setor de mineração, devido ao lançamento de 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos no meio ambiente. O rejeito de mineração e seus poluentes ultrapassaram a barragem de Santarém, percorrendo 55 km no rio Gualaxo do Norte até o rio do Carmo e outros 22 km até o rio Doce. A onda de rejeitos, composta principalmente por óxido de ferro e sílica, deixou um rastro de destruição até o litoral do Espírito Santo, percorrendo 663,2 km de cursos d'água. “O nível de impacto foi tão profundo e perverso ao longo de diversos estratos ecológicos que é impossível estimar um prazo de retorno da fauna ao local” (IBAMA, 2016).

Dentre os diversos danos socioambientais, pode-se destacar:

isolamento de áreas habitadas; desalojamento de comunidades pela destruição de moradias e estruturas urbanas; fragmentação de habitats; destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa; mortandade de animais domésticos, silvestres e de produção; restrições à pesca; dizimação de fauna aquática silvestre em período de defeso; dificuldade de geração de energia elétrica pelas usinas atingidas; alteração na qualidade e quantidade de água; e sensação de perigo e desamparo da população em diversos níveis.

O desastre causou a destruição de 1.469 hectares, incluindo Áreas de Preservação Permanente (APPs). [e] A força do volume de rejeitos lançado com o rompimento da barragem também pode ter revolvido e colocado novamente em suspensão os sedimentos de fundo dos cursos d'água afetados, que pelo histórico de uso e relatos na literatura já continham metais pesados. (IBAMA, 2016).

Figura 15 - Distrito de Bento Rodrigues, antes e depois do rompimento da Barragem de Fundão.



Fonte: UOL Notícias (2015).

Para além dos danos imediatos, com as mortes, remoções e toda alteração da vivência nas cidade, os primeiros conflitos em Mariana posteriores ao rompimento surgiram entre os moradores dos distritos atingidos, que tiveram que ser movidos para a sede do município, e os moradores locais. Os sobreviventes, que já estavam lidando com a perda de seus modos e meios de vida e com a adaptação à vida urbana, sofreram preconceito e acusações de parte dos marianenses, “As manifestações dos marianenses aparecem na seção de cartas do jornal local - na qual alguns leitores acusam os sobreviventes de extorquirem a mineradora -, nos bancos de praça e nas feiras de rua”. (SOBREVIVENTES..., 2017) Episódios mais graves aconteceram, como relatado pelos atingidos, e confirmado pela Prefeitura,

[e]m frente ao fórum de Mariana, onde um grupo de atingidos foi hostilizado quando esperava pelo início de uma audiência com a Renova. "Passaram gritando: 'Vão trabalhar, seus desocupados!'", afirma a educadora Eliene Santos. "A visão geral é que nós somos um bando de aproveitadores, mas o que a gente está recebendo é direito." "Eu gostava muito mais da minha casa no Bento do que do apartamento em que eu moro hoje, mas vou fazer o que? Não tenho alternativa". (SOBREVIVENTES..., 2017).

Esse panorama adveio da condição minerodependente do município, que viu o desemprego saltar de 5% para 23% nos dois anos posteriores ao rompimento, quando as atividades da Samarco foram suspensas, enquanto a arrecadação caía.

Segundo o Prefeito de Mariana à época, “a arrecadação despencou de uma média mensal de R\$ 27 milhões em 2015 para R\$ 16 milhões neste ano” (SOBREVIVENTES..., 2017).

Passados mais de 5 anos, não houve julgamento dos responsáveis, as comunidades não foram reconstruídas e a reparação ambiental segue questionável. “Em 2019, o crime de homicídio foi retirado do processo. As mortes provocadas pelo rompimento da barragem foram consideradas pela Justiça como consequência da inundação causada pelo rompimento.” (FREITAS, 2020)

A reportagem de Raquel Freitas para o G1, no mês em que o rompimento completou 5 anos, trouxe a história do Sr. Francisco de Paula Freire, 51 anos (Figura 16), morador de Bento Rodrigues, distrito de Mariana mais atingido, que teve sua casa arrastada pela lama.

Figura 16 – Francisco de Paula Felipe, morador de Bento Rodrigues, visita local da tragédia em 2016



Fonte: Freitas (2020).

Naquela tarde, acompanhado da mulher, Marli de Fátima Felipe, e da sogra, Maria das Graças Celestino Silva, a dona Gracita, ele assistia na TV uma novela que falava sobre a bíblia.

O barulho da lama varrendo o que encontrava pela frente é algo que Francisco não se esquece. Era um estrondo que nunca tinha ouvido. Pensou em diversas possibilidades, até mesmo na barragem. Não demorou muito para que visse a avalanche de rejeito engolindo o distrito em que

viveu por mais de 30 anos.

“A vida é uma coisa que nunca mais se recupera. Bens materiais, a gente consegue por outros no lugar, mas a vida não tem como voltar de novo. Só fica a saudade”, diz ele.

Além da sogra de Francisco, a mãe dele, Marcelina Xavier Felipe, de 80 anos, foi arrastada pela lama. Mas moradores da região conseguiram salvá-la. A idosa precisou ser internada e, mesmo cinco anos depois, convive com dores provocadas por sequelas do desastre (FREITAS, 2020).

A responsabilização e posterior julgamento seguem a passos lentos, assim como as obras de reparação. Dos 925 núcleos familiares cadastrados em Mariana, somente 345 haviam finalizado o recebimento de suas indenizações. Ao passo que os moradores que optaram pelo reassentamento, no intuito de buscar a reinstalação da comunidade, vizinhança e seus modos de vida, não tiveram suas casas finalizadas. Cerca de 210 famílias aguardam as obras do “Novo Bento”, que, à época da reportagem, contava com duas moradias em fase de conclusão – não haviam sido entregues. De acordo com a Renova, a construção de 5 casas, da escola, do posto de serviços e do posto de saúde estava em andamento (FREITAS, 2020). Sr. Francisco é um dos moradores que aguarda o reassentamento,

Desde o dia em que foi obrigado a deixar tudo para trás, Francisco já teve quatro endereços. Hoje vive em um apartamento alugado pela Fundação Renova, entidade criada pelas mineradoras para gerir as ações de reparação dos danos causados pelo desastre. Passados 60 meses da tragédia, ele afirma que ainda não foi indenizado porque, os valores estão sendo discutidos (FREITAS, 2020).

Paracatu (Figuras 17 e 18) foi o segundo distrito de Mariana mais atingido. M3, morador do local, foi entrevistado em maio de 2021 e trouxe sua narrativa quanto à tragédia e ao andamento das compensações. Inicialmente, havia a falta de reconhecimento como atingido:

Quando tinha 5 pra a 6 anos meu pai comprou um sítio perto de Paracatu de baixo, na verdade nosso sítio é em Paracatu de cima, mas pela proximidade com a comunidade a gente considera que a gente é da comunidade de Paracatu de baixo. Eu cresci nesse lugar, desde muito nova, eu e minha família a gente sempre, quando a gente ia no sítio, a gente sempre, era difícil a vez que a gente ia no sítio e não convivia com aquelas pessoas. Quando rompeu, em novembro de 2015, a lama passou em uma parte no nosso sítio, então a gente perdeu nascente, essas coisas assim, irrelevantes considerando o que as outras pessoas perderam. Até ai tudo bem a gente nem se considerava muito atingido né, quando a gente vê que pessoas morreram pessoas perderam casas vida história tudo, só que quando a gente voltava no nosso sítio, a gente não perdeu a casa, a

gente continua lá, só que a gente volta lá e não tem a comunidade para ir, às vezes uma pessoa que ia no nosso sítio já não vai mais, por que ela não morar lá mais.

A gente começa a se entender assim como atingido daquilo que o rompimento causou, a negociação com a fundação, né Fundação renova representante das mineradoras também é algo que faz a gente visualizar que a gente atingido porque é totalmente difícil, é muito complicado, é um processo muito demorado (M3, maio de 2021).

Quanto ao posterior choque, ao se deparar com a situação do local pós-rompimento:

Uma coisa que eu fiquei impressionada primeira vez que eu fui, tinha lama até na copa das árvores e isso assim, eu falei “meu Deus do céu, quanta lama que desceu desse lugar”, eu nem eu fazia dimensão do que que tinha acontecido quando eu fui lá. [...]

A primeira vez que eu fui na comunidade, nossa, parecia um cenário de guerra, eu lembro assim, da última vez que eu fui que eu fui em Paracatu, dia 2 de novembro, que tinha sido feriado, eu fui lá, e a gente sempre ia em Paracatu, não sei se você conhece, ela chama Dona Laura, mas já faleceu, ela vendia pastel lá, era na praça. E a gente sempre ia ver ela e comprar pastel, e aí eu lembro direitinho eu chegando lá última vez e quando a gente foi depois tava tudo destruído parecia um cenário de guerra e era a gente foi lá em fevereiro 2016 ainda tinha roupa no chão, terço, isso foi assim o mais marcante, no meio da lama e foi muito ruim.

Eu lembro que eu subi assim no cemitério que é o ponto alto, a lama não chegou no cemitério e ver aquela comunidade devastada foi uma coisa horrível (M3, maio de 2021).

Figura 17 – Escola do Distrito de Paracatu de Baixo, antes do rompimento da Barragem de Fundão.



Fonte: fotografia fornecida por M3.

Figura 18 - Escola do Distrito de Paracatu de Baixo, depois do rompimento da Barragem de Fundão.



Fonte: MAIS... (2020).

O desastre de Fundão para além do terror vivido pela população diante do rompimento da barragem, dos prejuízos ambientais gigantescos devido à contaminação da Bacia do Rio Doce, da aniquilação de modos de vida e planos futuros e de todas suas consequências, desvela que passados os anos, a ineficiência das obras de reparação seguem perpetuando o desastre cotidianamente.

Conforme mencionado, há moradores que optaram pelo reassentamento coletivo, tanto os atingidos do distrito de Bento Rodrigues quanto os de Paracatu. Assim, estes seriam realocados de modo coletivo, no intuito de reestituir as relações sociais da comunidade. Porém, as obras dos reassentamentos se tornaram um transtorno para os moradores, primeiramente, devido ao não cumprimento dos prazos por parte da Renova²²:

De acordo com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o prazo inicialmente informado pela Fundação Renova, entidade criada para gerir as ações de reparação do desastre, era março de 2019. Depois, a partir de decisão judicial, foi fixado o dia 27 de agosto de 2020. Por fim, uma nova determinação da Justiça definiu 27 de fevereiro como data para entrega das casas.

O dia 27 de fevereiro de 2021 representava a esperança de voltar para casa para os moradores que tiveram que abandonar seus lares às pressas por causa rompimento da barragem em Mariana (MG), em 2015. Mas, novamente, o prazo para entrega dos reassentamentos das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo não será cumprido (FREITAS, 2021a).

Diante do último descumprimento do prazo de entrega por parte da Fundação Renova, o comerciante Mauro Marcos da Silva afirmou que não houve surpresa, e que, nas rotineiras visitas ao reassentamento, somente 5 das 210 casas haviam sido concluídas, uma delas de propriedade de uma senhora que veio a falecer dois meses antes da conclusão da obra:

Eu vejo com uma certa frustração, mas não com surpresa. Porque, se tratando da Fundação Renova, desde o início das atividades, a gente vem alertando. Ela pode ser boa para as empresas, mas ela é insuficiente para

²² A Fundação Renova foi criada pela Samarco para tratar das compensações do rompimento da barragem de Fundão. Segundo o site da própria fundação: “A Fundação Renova é a entidade responsável pela mobilização para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, resultado de um compromisso jurídico chamado Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC)”. (FUNDAÇÃO RENOVA, 2021)

um processo célere e eficiente de reparação (FREITAS, 2021a).

Figura 19 - Reassentamento do Novo Bento Rodrigues, onde passados 5 anos, somente 5 casas foram finalizadas.



Fonte: Freitas (2021)

No reassentamento de Paracatu, há relatos de que a situação é ainda pior. O morador Romeu Geraldo Oliveira expôs a Raquel Freitas em reportagem ao G1: “Não tem uma casa feita lá em Paracatu. Até hoje, não subiram um tijolo [...]. Fui lá na semana passada e estava do mesmo jeito de 8 meses atrás” (FREITAS, 2021a)

Além da demasiada demora para execução, o conflito com a mineração abrange os impactos da própria obra do reassentamento de Paracatu, relatados por M3, que mora próximo ao local escolhido, que teme pela qualidade dos recursos hídricos e, atualmente, tem recebido lama em seu terreno:

A insegurança eu tenho hoje porque a fundação [Renova] construindo o reassentamento, não colocando a culpa no reassentamento, mas a fundação, eles falam que eles vão tratar o esgoto, eles não vão jogar no rio,

e a gente usa desse rio para manejo de animal, a gente usa água também em casa, então eu sinto muita insegurança quanto ao que vai ser feito desse esgoto. [...]

A gente tem uma cachoeira do nosso sítio e o reassentamento, é o que eu chamo de dano continuado né, crime continuado, as obras do reassentamento, não só, porque eu vejo que outras pessoas também sofrem com esses danos. As obras jogam lama no entorno então a nossa Cachoeira, ela assoreou todinha porque eles jogam lama sem cuidado nenhum, inclusive já vi pessoas no jornal a sirene, um relato de um atingido que ele até cerca por causa disso, que foi caindo muita lama, amolecendo o solo (M3, maio de 2021).

O próprio projeto do reassentamento foi apontado como inadequado à realidade dos moradores diante de suas necessidades com a terra, disponibilidade de recursos hídricos e, por fim, desistência devido à demora do processo de reassentamento coletivo:

Não adianta você falar a pessoa tinha mil m2, em Paracatu de baixo, aí eu tô recompensando ela com 2mil, só que 1500 desses 2000 é acima de 47%, que a gente entende que não dá pra fazer nada, que plantar é difícil, pra criar animal é difícil, então assim, é área inútil, então assim, tem pessoas com quase metade do lote com essa declividade, acima de 47%, isso são coisas do reassentamento.

Outra questão do reassentamento, água bruta, que nos cálculos, que a Samarco ainda, em um caderninho que eles deram pros atingidos, eles colocaram a cara deles, eles colocaram assim uma demanda, tipo, se for morar 600 não sei quantas pessoas a demanda por água vai ser tal, mas você olhou com o córrego tal que tem aqui, dá para fazer dá para essa demanda ser suprida, porém isso é gente, mas esqueceu que o povo cria gado, cria galinha, cria porco, e aí? Onde é que vai sair a água pros animais? Pra para limpar a casa dos animais, para fazer manejo de horta de tudo, não foi calculado isso.

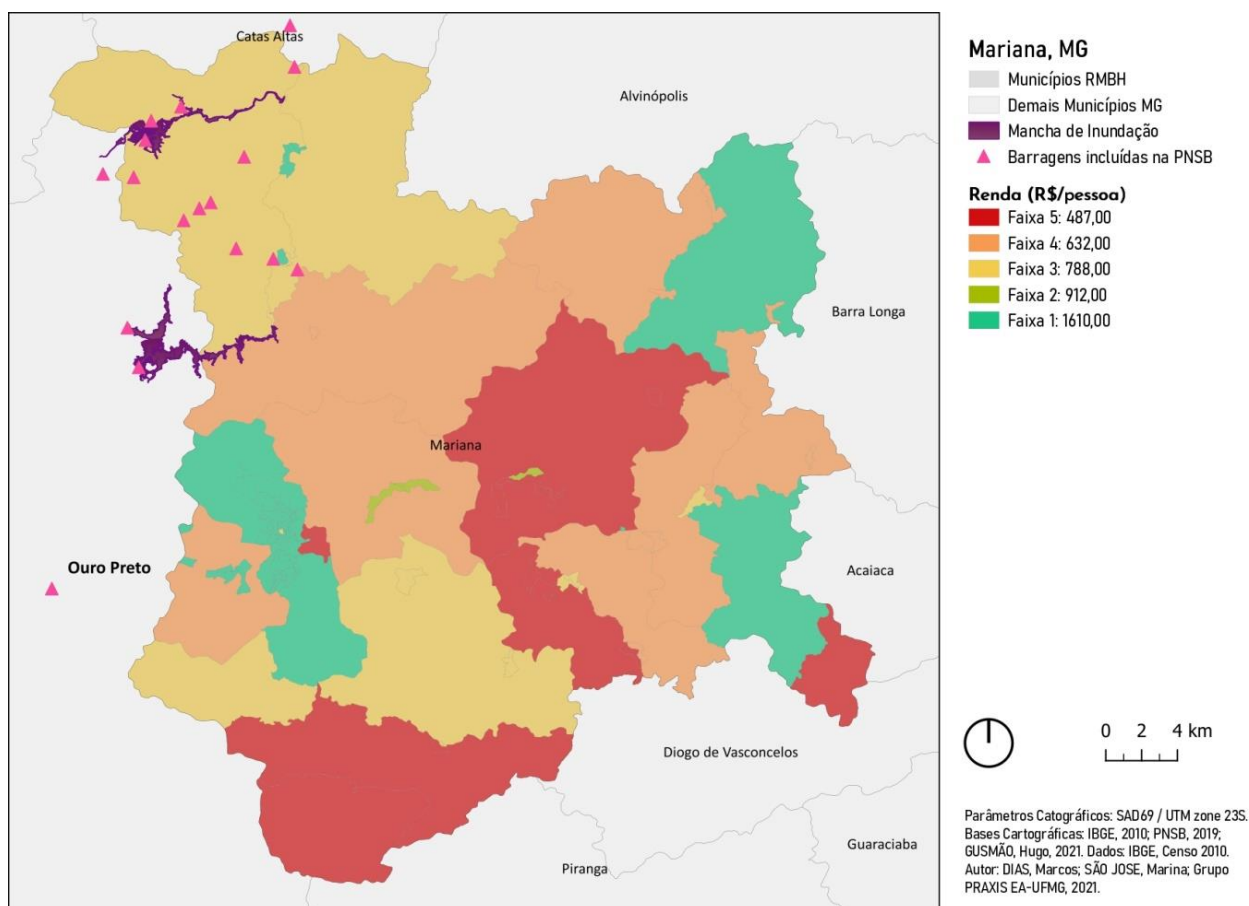
Isso é uma questão que eu não sei por quantas andas, mas é algo que tá pegando bastante. E outras questões de relações de vizinhança, tem muita gente querendo ir embora né, que já não vai fazer mais, que preferiu o reassentamento familiar ao invés do coletivo essas pessoas já estão preferindo comprar casa em Mariana, até porque olha se você parar para pensar 6 anos quase esse ano faz 6 anos, a vida de uma pessoa muda de 1, 2 anos imagina 6. Você cria raízes aqui Mariana já, então muita gente não quer voltar (M3, maio de 2021).

O município de Mariana possui, atualmente, 3 barragens interditadas em nível de emergência pela não declaração de estabilidade, de acordo com o relatório de entrega de DCE da ANM (2020b), conforme o Quadro 5, sendo estas e algumas de suas ZAS especializadas em relação às faixas de renda dos setores censitários (IBGE, 2010), conforme a Figura 20.

Quadro 5 – Barragens Interditadas em Mariana

BARRAGEM	MINA	EMPRESA	NÍVEL DE EMERGENCIA
Campo Grande	Complexo Vargem Grande	Vale S A Filial: Vale Mariana	Nível 1
Dicção Leste	Mina de Fazendão	Vale S.A Filial: Vale Mariana	Nível 1
Xingu	Mina de Alegria	Vale Mariana	Nível 2

Fonte: ANM (2020b).

Figura 20 – Mapa de Mariana, Manchas de Inundação e Renda Média.

Fonte: elaboração própria com base em ANM (2020b), IBGE (2010) e Gusmão (2021).

Ainda que não seja nítida a correlação entre a menor faixa de renda dos setores censitários e a maior incidência de barragens, o município de Mariana tem sua população composta, segundo dados do Censo 2010, a distribuição da população em relação à raça é a seguinte: Brancos, 30%, Pretos, 18%, Pardos, 48,4%, Amarelos, 2,4%, e Indígenas 0,2%, o que significa que mais de 66% da população é negra. Fato esse representativo diante do próprio entendimento dos conceitos de justiça ambiental e racismo ambiental, os quais demonstram que a

probabilidade das pessoas serem acometidas ou não por desastres-crimes, como o rompimento de uma barragem, tem relação direta com suas posições históricas de desigualdade.

4.2.4 Ouro Preto

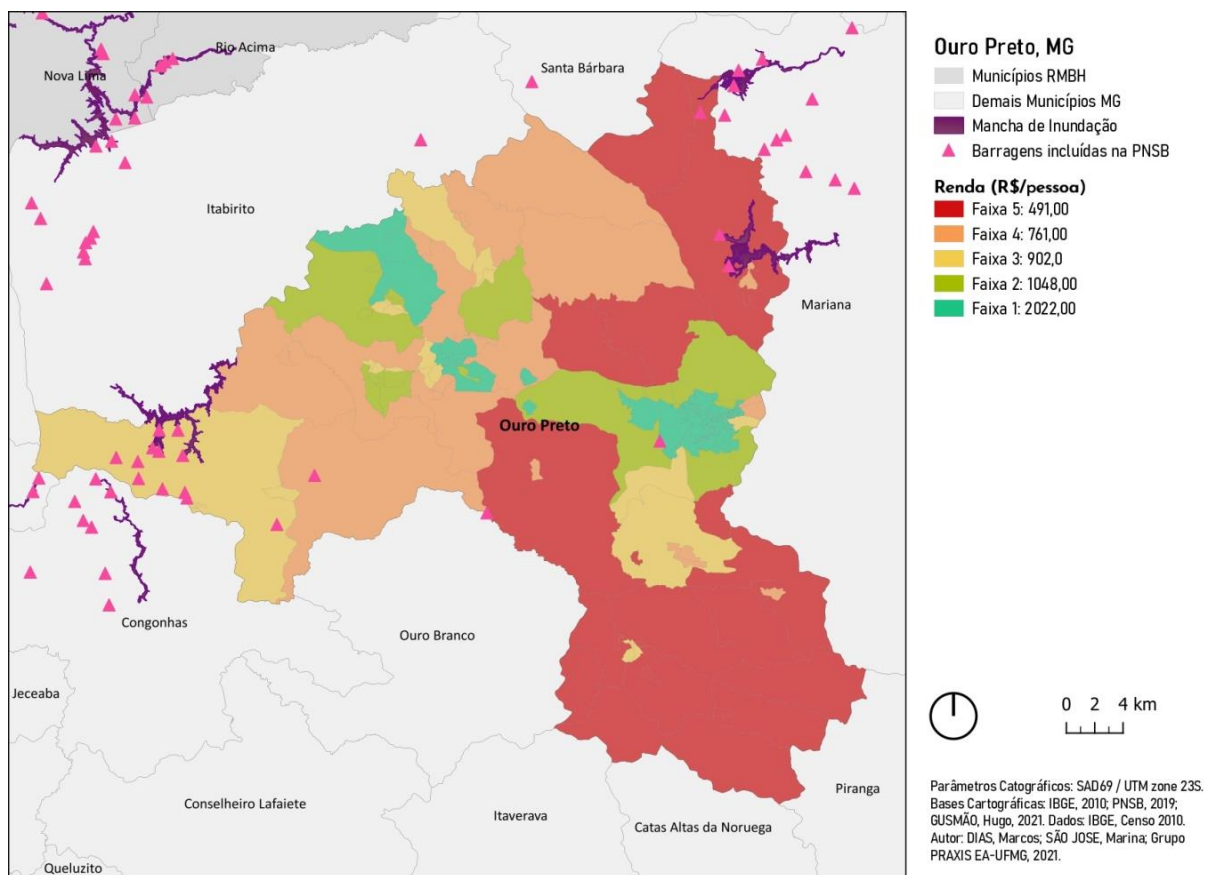
Ouro Preto está localizada a cerca de 100km de Belo Horizonte e tem população estimada em pouco mais de 70 mil habitantes (IBGE, 2019). Possui 7 barragens interditadas em nível de emergência pela não declaração de estabilidade, de acordo com o relatório de entrega de DCE da ANM. A Mina de Fábrica, que abriga a maioria delas, está localizada no Distrito de Miguel Burnier, e a Barragem de Doutor, localizada em Antônio Pereira, distrito que está no território ouro-pretano, mas, devido à sua proximidade à Mariana e sua região mineradora, tem acesso facilitado pelo município vizinho. As barragens interditadas estão no Quadro 6 e, juntamente com as demais barragens do município, estão dispostas na Figura 21:

Quadro 6 – Barragens Interditadas em Ouro Preto

BARRAGEM	MINA	EMPRESA	NÍVEL DE EMERGENCIA
Área IX	Mina de Fábrica	Vale S A Filial: Vale Itabiritos	Nível 1
Forquilha IV	Mina de Fábrica	Vale S A Filial: Vale Itabiritos	Nível 1
Forquilha I	Mina de Fábrica	Vale S A Filial: Vale Itabiritos	Nível 2
Forquilha II	Mina de Fábrica	Vale S A Filial: Vale Itabiritos	Nível 2
Grupo	Mina de Fábrica	Vale S A Filial: Vale Itabiritos	Nível 2
Doutor	Mina de Timbopeba	Vale S A Filial: Vale Mariana	Nível 2
Forquilha III	Mina de Fábrica	Vale S A Filial: Vale Itabiritos	Nível3

Fonte: ANM (2020b)

Figura 21 – Mapa de Ouro Preto, ZAS e a renda dos setores censitários.



Fonte: elaboração própria com base em ANM (2020b), IBGE (2010) e Gusmão (2021).

Ainda que haja barragens em mais pontos do município, os distritos de Miguel Burnier, ao leste do mapa, e Antônio Pereira, a oeste, são nitidamente as áreas mais conflitantes. Outro fato discrepante diz respeito à grande diferença entre as faixas de renda do município, mas que demonstra a desigualdade social e a incidência maior de barragens nos setores de faixa de renda 5 e 3. Assim como Mariana, Ouro Preto tem, majoritariamente, sua população composta por pessoas negras, totalizando 66,7%, distribuídos da seguinte forma: Brancos, 30,9%, Pretos, 14,4%, Pardos, 52,3%, Amarelos, 1,6%, e Indígenas, 0,3%. Diante do entendimento de que tais fatos apresentam alguma recorrência com os demais municípios citados, estes expressam o racismo ambiental atuando como o distribuidor das injustiças ambientais.

No intuito de entender os conflitos diante da narrativa dos moradores locais, foram ouvidos dois moradores, M4 e M5, de Miguel Burnier e Antônio Pereira, respectivamente, no início de abril de 2021. Miguel Burnier (Figura 22), ao longo dos

ciclos da mineração, viveu anos de ascensão e decadência, e, hoje, se encontra em estado de abandono. Enquanto isso, lida com a insegurança diante da instabilidade do grupo de barragens de Forquilha, que não entrega o DCE à AMN há alguns anos, e com a perspectiva de expansão das minas da Gerdau. O morador M4 relata o conflito:

Em 2004 a Gerdau compra as terras da Votorantim e em 2006 começa a operar e quando ela chega, ela chega de uma forma que traz insegurança que traz muito desconforto a todos ali da comunidade porque ela instala a sua planta de beneficiamento de minério ao lado do templo do Sagrado Coração de Jesus e ao lado do cemitério e o campo de futebol que era um local de lazer e convivência da unidade foi transformado numa almoxarifado pela empresa e o seminário que era o seminário Dom Orione, o Educandário das irmãs da beneficência do Sagrado Coração de Jesus que fica anexo ao Sagrado Coração de Jesus também foi comprado pela empresa e se transformou em escritório da empresa.

Então essa chegada dela trouxe muito susto muita insegurança para todos e desde então a comunidade se vê num conflito de permanência ou não ali no distrito, e aí essa polarização no distrito é muito perceptível. Você conversar com algumas pessoas, você irá perceber que tem pessoas que querem ir embora, querem ser indenizadas, “e aí bora construir a vida de um centro urban”, e as pessoas que valorizam as suas raízes e que defendem a permanência ali no distrito de Miguel Burnier e nós estamos junto com essa turma da permanência. A gente quer realmente que a identidade de Miguel Burnier seja preservada e seja garantida para as futuras gerações, não só as questões socioculturais mas também o meio ambiente que ele está sendo extremamente impactado. [...]

E aí nós estamos vivendo hoje, atualmente o grande conflito está gerando algumas reuniões tanto dos conselhos quanto a audiência pública lá até na câmara em relação à expansão minerária da Gerdau lá no distrito de Miguel Burnier.

A Gerdau ela hoje explora de 4,5 milhões de toneladas/ano, e aí ela vai ampliar para 23,5 milhões de toneladas/ano, proporção de quase 6x e isso traz para nós uma insegurança muito grande em relação a garantia dos recursos hídricos, a garantia da permanência da comunidade, os impactos gerados ele por essa atividade mineradora, que vai trazer da comunidade como reconhecimento e requalificação. [...]

Atualmente Miguel Burnier contribui com mais de 50% da arrecadação total do município seja por CEFEM, arrecadação Estadual, Federal e municipal, Miguel Burnier tem cerca de 50% de contribuição nessa arrecadação e ela vai aumentar vai chegar mais de 60% a quase 70, diante dessa ampliação da Gerdau, e aí, isso gera conflitos de interesses econômicos, interesses políticos e aí faz com que nós da comunidade como sociedade civil, nos vemos extremamente ameaçados principalmente por esses interesses econômicos e políticos, que quando se fala no aumento de arrecadação qualquer gestor público se interessa, e aí isso trás realmente um conflito e uma ameaça muito grande para todos nós ele só que nós mantemos uma bandeira extremamente forte e levantada diante da Preservação desse potencial histórico e cultural do distrito que traz uma relevância muito grande (M4, abril de 2021).

Figura 22 – Festa do Reinado, em Miguel Burnier, em frente ao Templo do Sagrado Coração de Jesus.



Fonte: MINERAÇÃO... (2019).

Todo o potencial histórico e cultural do distrito foi relatado pelo morador e tem sido resgatado pelos interessados na resistência, no intuito de diversificação econômica e até para mensurar aspectos que possam fortalecer a permanência no local. A maior parte das iniciativas de resgate parte dos próprios moradores.

E aí Miguel Burnier possui um potencial histórico fantástico porque ele vem desde a época do ciclo do ouro para fazenda de Álvares Maciel, a Fazenda dos caldeirões, e até hoje a gente tem a representatividade da Fazenda os caldeirões, da Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastrois, que antes era a Igreja de São Julião e a Igreja da Capela, a capela da Fazenda de Álvares Maciel, Fazenda dos caldeirões, datada de 1748. Também a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de chiqueiros alemães que uma igreja também século 18, 1729, a pedra e gruta do vigia tem um símbolo quilombola onde é um local de resistência um bem natural, uma formação rochosa, onde os negros quilombolas ali ficavam vigiando aproximação das tropas de capitães-do-mato que era caminho ali pra Belo Vale, lombos de Belo Vale, essa resistência se fazia tanto ali na pedra do vigia quanto na arena que está aos pés da pedra bruta do vigia. [...]

Hoje em dia todos os patrimônios citados se encontram no estado de Total abandono é um abandono onde o processo de arruinamento está se acelerando, pelas intempéries, pela ação da vegetação que está já tomando

conta da estrutura, de vários bens, então esses bens, pela omissão, pelo abandono, estão se arruinando e são bens que nos relatam toda a história de Minas Gerais desde o século 18 até os dias de hoje, e com grande relevância na mineração, na siderurgia e na ferrovia em nosso país, onde pioneiras no distrito de Miguel Burnier, sustentaram o início da industrialização do nosso país. Tudo está sendo desconsiderado, tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada que ele explora (M4, abril de 2021).

A encriptação das informações e a expressão do poder da mineração no território são os aspectos que norteiam o diálogo, ou a falta dele, por parte das empresas Vale e Gerdau com a comunidade de Miguel Burnier:

Ela [a empresa] é muito provocada por nós que temos uma busca, um conhecimento em relação a essas questões do licenciamento, de medidas compensatórias de medidas mitigatórias então a gente que tá um pouco à frente, nós buscamos com que esse diálogo aconteça. Mas não tem eficiência, esse diálogo, a empresa com a comunidade, a empresa, os representantes diretos tratam a comunidade com desprezo com arrogância, como se fossem pessoas desinformadas, pessoas de fácil manipulação, pessoas de extrema vulnerabilidade social, e que a qualquer preço se entregam diante da fragilidade que vivem ali no distrito.

[...]

Se a gente cochilar eles passam por cima de nós por isso não pode cochilar um minuto sequer tem que estar atento a tudo quanto é a documentação e recentemente nós conquistamos.

[...]

Hoje em dia o desgaste é muito mais porque as articulações da iniciativa privada elas se demonstram covardemente cruéis, e buscam articulações de forma a calar comunidades, de forma a não inserir a comunidade nesses processos de licenciamento, se não é nós da sociedade civil, buscando informações, batendo na porta das pessoas, manifestando nosso interesse na defesa ali no distrito de Miguel Burnier, eu acredito que o distrito já não existiria mais como comunidade, nós já teríamos perdido principalmente a identidade.

[...]

Nós tivemos até algumas reuniões promovidas pela empresa Gerdau, a gente fala mais da Gerdau, porque é a que tá mais próxima da comunidade é a que chegou de forma mais agressiva a comunidade, igual eu falei a sua planta de beneficiamento está praticamente em cima do cemitério, então a gente bate mais na questão da Gerdau por isso, mas também não isentamos a Vale que ali explora na mina de fábrica e que detém aquelas forquilhas que são um horror pra todo estado de Minas Gerais. Então essa comunicação lá da Vale ela é praticamente inexistente a gente faz um contato entre nós da sociedade civil organizada diretamente com alguns representantes da empresa mas também sem eficiência, muita enrolação não é eficaz. Com a Gerdau, eles tentam se aproximar mas demonstram imaturidade, demonstram irresponsabilidade demonstram arrogância, desprezo e aí não traz um sentimento que é o mais adequado pra poder entender os anseios de uma comunidade que de certa forma está com uma corda no pescoço por causa da atividade mineradora que tá quase engolindo as suas vidas (M4, abril de 2021).

Das causas de conflitos mais recorrentes, destacam-se a poluição e suas danosas consequências para a saúde, a insegurança hídrica, bem como o conflito entre moradores, que, no caso de Miguel Burnier, se dão entre os que querem ser removidos e indenizados e os que lutam pela requalificação do distrito:

A comunidade, ela sofre os impactos da mineração bem diretos, é a poeira, o abastecimento de água e o relevo, clima tudo isso vem da atividade mineradora que traz vários impactos ali pra aqueles moradores que são poucos hoje. [...]

Alguns querem embora, outros querem permanecer. Este conflito é gerado porque o distrito realmente não tem uma infraestrutura, não tem comércio de certa forma de adequado, que atenda a comunidade. [...]

E aí algumas experiências até de reuniões com a empresa Gerdau que promovi no distrito, algumas foram bem conflituosas desses extremos de pessoas de grupo de pessoas pertence ao grupo que querem ser indenizadas e aí são contra qualquer melhoria que o distrito conquiste porque se houver melhoria é o pleito de serem indenizados pode ser prejudicados porque ali tem uma condição de vida e aí aquele argumento de que não tem condições de viver ali, que eles precisam ser indenizados vai cair por terra, devido Às melhorias de qualidade de vida. E no outro extremo a parcela que busca as melhorias, que é onde eu me enquadro na busca pela requalificação do distrito (M4, abril de 2021).

Já em Antônio Pereira, M5 relata que se mudou para a localidade acreditando que estava ganhando qualidade de vida, quando se deparou com a situação da instabilidade da barragem de Doutor (Figura 23), onde documentos desconstruídos quanto à real dimensão da mancha da ZAS motivaram os moradores à buscar mais informações.

Eu moro lá em Antônio Pereira tem 6 anos, eu morava aqui no centro histórico de Mariana, e eu mudei para lá procurando qualidade de vida. Eu moro na Vila Samarco, a gente conseguiu comprar uma casa, boa lá, a época, a gente optou por lá devido ao sossego, à tranquilidade né, eu acho que me identifiquei com lugar, eu falei uai mas esse tipo de sítio que eu to querendo.

Aí a gente foi para lá buscando esse sossego, essa tranquilidade. E foi até engraçado porque, eu trabalho em Mariana né, então eu peguei a BR bem vazia porque aconteceu o rompimento da barragem e acabou o movimento da estrada [sem operação da Samarco] então eu me sentia a tal sabe, literalmente, encontrei o paraíso.

[...]

Em 2018, nós tivemos uma reunião com a Vale, eu não sabia, quando eu comprei a casa eu não sabia, mas os moradores sabiam da existência daquela barragem, [Barragem de Doutor], e para os moradores aquela barragem era normal, que tem a barragem? Tem barragem pra todo lado. E com o rompimento de Fundão, algumas pessoas já ficaram mais antenadas, mas continuaram do mesmo jeito. Aí eles foram mostrar como esta barragem, essas reuniões que a mineração tem que fazer com a comunidade sabe, só para constar né.

Aí falou-se, falou-se, falou-se e quando no momento que apresentou para nós um desenho de uma mancha sabe, uma mancha bem acanhadinha, [ZAS] [...] quando eu perguntei sobre o desenho da mancha que diminuiu eles falaram que foram feitos novos estudos e os novos estudos chegaram a conclusão da impossibilidade das três barragens romperem ao mesmo tempo e com isso reduziu-se drasticamente o desenho, tanto é que o desenho aparecia mais nos fundos das casas, que tem fundo pra BR, pra Mg 256.

Aí quando a gente ouviu isso, eu levantei a questão, aí os moradores começaram a levantar também, porque eles tinham muito mais informações do que eu, porque eles tinham visto um primeiro desenho da Vale, que o desenho da mancha vai até na escada da igreja, assim que eles se referem. Quer dizer uma parte bem maior do que a Vale divulga.

Nessa confusão aí levantou-se várias questões que eles não conseguiram as explicações convincentes para comunidade, a comunidade entrou assim, meio num alvoroço né com as informações contraditórias, e dali a gente já saiu um grupo que nós iríamos no Ministério Público (M5, abril de 2021).

Figura 23 - Barragem de Doutor e sua proximidade de Antônio Pereira.



Fonte: Carvalho (2020).

Em fevereiro de 2019, começaram os primeiros boatos em torno da remoção das pessoas:

a gente descobriu que estava tendo reunião entre Vale, Defesa Civil no gabinete do prefeito, a respeito da barragem de doutor [...] a gente ficou sabendo que ia elevar o nível da barragem, que não tinha nível nenhum, a barragem tava normal e a gente ficou sabendo que ia elevar o nível da

barragem para um (M5, abril de 2021).

Com o decorrer dos meses, houve o cadastramento dos moradores que estariam inseridos na ZAS, enquanto a população continuava questionando o tamanho real da mancha de inundação. O maior conflito mencionado trata da remoção de algumas pessoas e não de todas, por exemplo:

A gente continua insistindo e ela [Vale] insiste que não é esse desenho poligonal ele não é o desenho certo da mancha, mas devido a nossa insistência aí removeu esses moradores da parte da Rua Vanádio, parte da Rua Topázio, a Rua Fluorita, parte da Rua Berilo, Parque, e parte da Projetada 10, tirou só uma parte, ou seja, a Vale fez o que ela quis, não o que foi determinado na sentença. Então a gente percebe é que cada dia mais eles nos deixam mais em situação de vulnerabilidade, eles tiram uma rua, deixam a outra rua, tira uma outra rua, e na verdade a gente sabe que eles sabem que a mancha é muito maior do que eles apresentam. Claro que a gente sabe então não justifica sabe, quem é mesmo, quem não mora na ZAS, vive assim, essa situação de barragem é interessando, que o pior de tudo, é essa vulnerabilidade que a situação criada pela empresa coloca o morador, mesmo porque ela não tem credibilidade, o que ela fala a gente não acredita, a gente acredita é nos medos que a gente tem; a gente ver imagem de outros rompimentos, a gente ver outros episódios acontecendo e assim. (M5, abril de 2021)

A insegurança quanto à estabilidade da barragem somada ao não reconhecimento de toda a população que quer ser removida como atingida é o que demonstra o reforço da vulnerabilidade das pessoas diante o exercício de poder da mineradora no território, que tem o poder público como aliado. A moradia de M5 não está dentro da ZAS, porém, o caminho para o trabalho percorrido diariamente está:

Eu por exemplo, moro na última rua eu não sou considerada moradora da ZAS, por que o desenho da mancha não me alcança mas todos os dias eu tenho que passar na ZAS para eu me deslocar para Mariana [trabalho]. Aí eu te pergunto eu vivo sobre o terror de passar na ZAS, ou eu não vivo? eu me sinto no direito de pedir para ser removida de lá. Porque todos os dias eu tenho que passar o terror da ZAS, e ele tá sendo amenizado somente por causa da pandemia do covid, porque as crianças não ficam transitando porque a maior parte as crianças de lá estudam em Mariana. Se fosse um tempo comum as crianças teriam que transitar também todos os dias para ir e voltar na ZAS e a barragem rompe e pega a gente na ZAS, é tchau. A gente vive sobre esse terror até quando vamos viver assim? Não sei. Não sei. Mas a barragem não tem hora para romper ela pode romper na hora que eu estiver passando, minhas filhas vão ficar sem mãe? Ou se passar na hora que meu marido estiver passando, eu vou ficar sem marido e as meninas sem pai? E se for com as crianças eu vou ficar sem filho. E isso pra Vale, não tem importância porque ela não dialoga com a comunidade, a verdade é essa (M5, abril de 2021).

4.2.5 A Lógica Da Prática da Necropolítica

Durante a redação deste trabalho, buscou-se desenvolver sobre a conceituação da necropolítica da mineração através da construção teórica em torno da economia política, derivada do jogo de poder proveniente da associação entre Estado e mercado, os quais se utilizam do racismo ambiental e da própria encriptação do poder para perpetuar as relações do neoextrativismo, tal qual como são, e expandi-las frente às práticas neoliberais.

A partir, então, da análise dos referenciais teóricos, relatórios, dados econômicos e legislativos, entendeu-se a necropolítica como expressão do poder sobre a vida na dimensão continuada, ou seja, no estado de exceção constante que viola os direitos constitucionais, individuais e coletivos à vida, à liberdade, à igualdade, à dignidade, à segurança e à propriedade, educação, saúde, trabalho, moradia. Ocorrendo atentados contra a sociedade e o meio ambiente, configura-se a ineficiência do estado democrático de direito.

A lógica da prática (BOURDIEU, 2009), que atravessa o campo da mineração, pode ser entendida como a própria necropolítica, uma vez que a prática é o que estrutura o campo e acaba por estruturar as cidades mineiras. A prática é delimitada através de estruturas (*opus operatum*) e as estratégias (*modus operandi*). As estruturas são: i) Associação Estado-mercado; ii) Racismo Ambiental; e iii) Encriptação do Poder. Quanto às estratégias, são: i) Expressão da Força e Poder; ii) Reforço da Vulnerabilidade; e iii) Imunidade e Impunidade. As estruturas foram construídas com base em toda conceituação disposta ao longo dos capítulos anteriores, e as estratégias construídas através da narrativa dos moradores, reportagens e leitura dos relatórios.

É importante ressaltar que a situação das pessoas em conflito com a mineração foi agravada com a pandemia. Os níveis de estresse diante da vulnerabilidade, da insegurança dos empreendimentos e das remoções (ou sua possibilidade) foram elevados pelo risco de contaminação por Covid-19 dos moradores e trabalhadores (que também são moradores) das cidades mineradas, uma vez que o setor não teve os trabalhos interrompidos, pois foi considerado serviço essencial através da Portaria Nº 135, de 28 de Março de 2020 (BRASIL, 2020). Estes fatos seguem ignorados pelo setor, seus agentes políticos e

econômicos, visto que os ganhos econômicos são exaltados, como na reportagem de Guilherme Peixoto para o Estado de Minas, em outubro de 2020, na qual o presidente do Conselho Diretor do IBRAM, Wilson Brumer, evidencia o “papel fundamental” do setor na retomada econômica:

A indústria mineral será – e efetivamente está sendo – uma das principais responsáveis pela retomada da economia nacional. São empregos mantidos e criados, geração de negócios para milhares de empresas das cadeias produtivas, divisas importantes para a estabilidade econômica tributos para fortalecer o poder público e muitas ações de solidariedade e apoio direto e contínuo às comunidades neste momento delicado de pandemia (PEIXOTO, 2020).

A reportagem tem o seguinte título: “*Mineração faturou R\$ 50,7 bi no 3º trimestre; MG deve receber US\$ 12 bi em investimentos até 2024 - Estado foi responsável por cerca de R\$ 19 bilhões em arrecadação; houve crescimento de 30%*”. Não há qualquer menção ao aumento da contaminação por Covid-19 provocado pela indústria da mineração, que é tratada como atividade essencial desde o início da pandemia. Tal situação é tão problemática que, em maio de 2021, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) aceitou a denúncia de entidades sindicais sobre as aglomerações de trabalhadores e as violações de direitos durante a pandemia nas operações de mineradoras brasileiras (ANGELO, 2021).

Com a não declaração de estabilidade das barragens, em setembro de 2020, moradores das localidades dentro das ZAS têm feito, rotineiramente, treinamento de emergência em meio à pandemia, como em Antônio Pereira (Figura 24)²³, distrito de Ouro Preto, no momento quando deveria ser seguro ficar em casa, para se resguardar do vírus, a mineração transforma a casa em local inseguro e obriga os moradores a se exporem mais.

²³ De acordo com a reportagem de Mateus Muratori, do Estado de Minas: Moradores de Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto, cidade da Região Central de Minas Gerais, participaram na manhã deste sábado (22/5) de treinamento e simulado de emergência de evacuação. A atividade foi acompanhada por Defesa Civil de Ouro Preto, Polícia Militar e pela mineradora Vale. Três barragens estão situadas no distrito: Doutor, Natividade e Timbopeba. A atividade preventiva teve início às 10h, com direito a toque de sirenes, sobrevôo de helicóptero, caminhada por rotas de fuga e interdição de cinco pontos de tráfego. (MURATORI, 2021)

Figura 24 – Moradores de Antônio Pereira, no treinamento de emergência, em maio de 2021.



Fonte: Muratori (2021)

Acredita-se que o esgotamento emocional devido ao cenário pandêmico pode ter sido decisivo para que as pessoas participassem com menor afinco das entrevistas trazidas nos itens anteriores. Além disso, observou-se que aqueles moradores que haviam passado pela situação do rompimento em Mariana e Brumadinho se mostraram dispostos à conversa em um primeiro momento. Porém, posteriormente, não demonstraram a mesma disponibilidade, fato que pode ter relação tanto com o desgaste na luta por reparações quanto com o assédio vivido diante da deflagração dos rompimentos, com excessivas coberturas por parte da sensacionalista da imprensa e grande presença de interessados de maneira geral.

No caso de Brumadinho, como não houve retorno de nenhum dos contatados²⁴, optou-se por não insistir em realizar a conversa, entendendo e

²⁴ Da mesma forma como procedido com os moradores entrevistados dos outros municípios, contatamos duas pessoas via Whatsapp, que em um primeiro momento se dispuseram a conversar, mas que com o passar dos dias, cortaram o contato, não respondendo mais. No intuito de não estabelecer nenhum tipo de assédio, não contatamos novamente as pessoas.

respeitando o posicionamento dos moradores. Devido aos prazos, não foi possível realizar outras coletas de narrativa. Assim, utilizaram-se relatos de reportagens.

Como dito no começo desta seção, diante da explicitação das estruturas e estratégias que configuram o campo da mineração tal como é, ou seja, motor propulsor de desastres e violações, a *prática*, de Bourdieu (2009), configura-se como a própria necropolítica. Com base nessa conceituação, as estratégias estruturam e reforçam as próprias estruturas que lhes dão origem, ou seja, a Associação Estado-mercado, o Racismo Ambiental e a Encrptação do Poder são estruturantes e estruturados pelas estratégias levantadas.

O Quadro 7 trás as estratégias, suas descrições e ações que foram construídas mediante as narrativas relatadas, agrupados por estratégias.

Quadro 7 – Estratégias, descrição e ação.

ESTRATÉGIAS		
<i>modus operandi</i>	DESCRIÇÃO:	AÇÕES
Expressão da Força e Poder	A disparidade de força e poder das empresas e do Estado para com os moradores é reforçada: através da presença massiva de técnicos nas reuniões sem o intuito de desvelar os processos, mas encriptá-los; Utilização de câmeras de vigilância, na justificativa de proteção do território, mas que intimidam reuniões e encontros da população; Necessidade de busca de informações pelos moradores, que acontece de maneira dificultada;	Intimidação Vigilância Coerção Responsabilização
Reforço da Vulnerabilidade	A vulnerabilidade, característica dos territórios minerados, que sofrem o exercício do neoextrativismo é intensificada: Diante de informações inconsistentes, dada a incapacidade das empresas de garantir a segurança das barragens, que podem utilizar da prerrogativa do rompimento ou não para remoções e expansões; Poluição e contaminação de bens naturais, essenciais para manutenção da saúde e modos de vida dos moradores, ainda a iminência de crises hídricas; Ameaças de demissão, frente ao fechamento de minas e até no levante dos trabalhadores contra o modo de operação atual;	Não Informação Rompimento da barragem (ou não) Demissão Poluição e Contaminação
Imunidade e Impunidade	A impunidade e o sentimento de imunidade das empresas se estabelecem quando a população atingida com os rompimentos de Mariana, há 5 anos, e Brumadinho há 2 anos não tiveram suas compensações acertadas; E determinações legais são	Licenciamentos e Gestão Mitigações irrisórias Reparações atrasadas

	revogadas e não cumpridas por parte das empresas.	Descumprimento Legal
--	---	----------------------

Fonte: elaboração própria da autora.

Dentro da análise proposta, que traz o exame da economia política da cidade como expressão da condição periférica brasileira, que opta pela mineração como grande pauta exportadora e todos os conflitos inerentes a esse processo, entende-se que o Campo da Mineração é construído diante das diversas relações e atores que constituem a lógica da prática, delimitada já neste item como a expressão da necropolítica.

O diagrama a seguir (Figura 25) busca ilustrar a associação dos agentes citados com ênfase pelos moradores, que são os governos municipais de Barão de Cocais, Mariana e Ouro Preto, as empresas mineradoras Vale, Samarco, Gerdau e GSM, as quais, a depender de suas associação, têm estratégias diferentes e, com isso, condições estruturantes distintas. O Ministério Público, ainda que muitas vezes citado com esperança, entra na última estratégia, pois é o órgão de controle, e a estratégia levantada diz sobre a sua dimensão de trabalho. Todas as estruturas, associação Estado-mercado, racismo ambiental e encriptação do poder são condicionantes de todas as estratégias elencadas, desenhadas propositalmente por cima dos moradores, para expressar a maneira violenta com que contribuem, continuamente, para o reforço tanto das estruturas quanto das estratégias.

O diagrama demonstra a associação dos agentes, citados com ênfase pelos moradores, que são os governos municipais de Barão de Cocais, Mariana e Ouro Preto, as empresas mineradoras Vale, Samarco, Gerdau e GSM, que, a depender de suas associação, têm estratégias diferentes e, com isso, condições estruturantes diferentes. O Ministério Público, ainda que muitas vezes citado com esperança, entra na última estratégia, pois é o órgão de controle, e a estratégia levantada diz sobre a sua dimensão de trabalho. Todas essas estruturas, associação Estado-mercado, racismo ambiental e encriptação do poder são condicionante de todas as estratégias elencadas, construídas em cima dos moradores de maneira violenta, e contribuem continuamente para o reforço tanto das estruturas quanto das estratégias.

Figura 25 – Diagrama sobre a lógica da prática no Campo da Mineração em Minas Gerais, através da narrativa dos moradores.



Fonte: elaboração própria da autora.

Ao dispor da Teoria Social de Bourdieu para se buscar entender as relações dos territórios minerados, é possível se observar a lógica da prática estabelecida de maneira sistêmica, ainda que em cidades (e localidades) diferentes, com focos de conflito diferentes, empresas diferentes, construindo a necropolítica. A estruturação do jogo de poder que se dá pela associação entre Estado e mercado, racismo ambiental e encriptação do poder é sistêmica, e trata da mesma arena de disputa, ou seja, o Campo da Mineração. Entende-se que todas as estratégias elencadas tratam da fragmentação do território, uma vez que desconectam pessoas umas das outras e do próprio território, provocando conflitos internos na comunidade, inexistentes se não fosse a mineração. Um território fragmentado frente à expressão do poder do mercado-Estado se mostra incapaz de resistir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de trazer considerações para finalizar o trabalho, sem perspectivas de esgotar o assunto, é necessário retomar reflexões sobre o presente texto através da pergunta que o norteou: “Como se constrói a necropolítica nos territórios minerados?”

Inicialmente, foram dispostos argumentos em torno do entendimento de que decisões econômicas e políticas são, necessariamente, partes do jogo de poder instituído, primeiramente, pelo espaço geográfico. Ou seja, segundo Milton Santos, “a economia política não pode prescindir do dado espacial” (SANTOS, 2012, p. 111), visto que estas são partes de uma relação estruturada e estruturante.

Quando se buscou abranger a economia política da cidade, entendeu-se que as decisões econômicas e políticas são definidoras da cidade que se constrói a partir da ocorrência de relações de poder. Estas dependem, intrinsecamente, do padrão de desenvolvimento global, em que o capitalismo mundial restringe e condiciona os investimentos e as estruturas locais para que países tidos como subdesenvolvidos, como o Brasil, sejam colocados em sujeição aos interesses do capital estrangeiro. Esta situação é ainda mais problemática diante das prerrogativas da financeirização do capital e das pautas neoliberais, que, por consequência, definem a construção do território, limitando decisões que envolvem economia e política.

Sem o questionamento sobre o padrão de dependência liberal periférico, mantém-se o distanciamento dos maiores afetados das decisões sobre os projetos de mineração, seja através da não informação, seja por meios de divulgação, canais de comunicação, instâncias de decisão e linguagem encriptados (HINCAÍPE; SANÍN-RESTREPO, 2012), o que intensifica a vulnerabilidade dos mesmos. Entende-se que “a emancipação do sujeito político passa pela libertação dessas condições dependência” (MÉNDEZ HINCAÍPE; SANÍN-RESTREPO, 2012, p. 101, tradução nossa²⁵).

²⁵ Texto original: la emancipación del sujeto político pasa por la liberación de dichas condiciones de dependencia.

A opção estatal de desenvolvimento nacional em torno da ampliação constante da Indústria Extrativa Mineral (IEM) é pautada e justificada pelo desenvolvimento nacional e o avanço da economia. Porém, isto significa ampliar as fronteiras dos conflitos com as pessoas, promovendo uma dinâmica de forças imensamente desiguais entre população afetada por um empreendimento minerário e aqueles que optam e lucram pela existência do mesmo.

O neoextrativismo é caracterizado pela expansão da exploração mineral ao longo dos anos, que impõe o controle e a fragmentação dos territórios sacrificados para incorporação do acúmulo de capital estrangeiro, fato que expõe as contradições do discurso econômico desenvolvimentista. Assim, o entendimento é que a prática neoextrativista passa pela expressão do poder das decisões econômicas e políticas no território, as quais são causadoras da morte dos territórios em todas as suas dimensões, pessoas, ecossistemas e modos de vida, o que significa a expressão da necropolítica.

Ao longo dos anos, frente à exploração mineral, os territórios em Minas Gerais sofreram expansões urbanas, avanços econômicos e recessões diante do fechamento e abandono de minas. Com toda a contextualização histórica, os lucros e os riscos são conhecidos, dimensionados e repetidos em conformidade com a economia política subdesenvolvida brasileira, a qual favorece a atuação do capital estrangeiro em detrimento do desenvolvimento pleno e efetivo da população brasileira. Moradores e meio ambiente são partes constituintes do território, visto que com ele estabelecem condição de mutualidade, pois são conformados e conformadores do mesmo. Assim, podem ser entendidos como incorporados, também, à especulação do capital mundial e suprimidos através da necropolítica.

Dispôs-se sobre a perspectiva da construção da necropolítica nos territórios diante dos processos externos ao próprio território, tratando-se da economia política da cidade e do extrativismo mineral, assim como da consequente expressão do poder soberano da associação Estado-mercado nas cidades. Abordou-se, também, sobre a perspectiva de que a lógica da prática (BOURDIEU, 2009) no campo da mineração é a própria necropolítica, uma vez que a prática é o que delimita o campo, através de estruturas (*opus operatum*) – (i) Associação Estado-mercado; (ii) Racismo Ambiental; e (iii) Encriptação do Poder – e estratégias (*modus operandi*) –

(i) Expressão da Força e Poder; (ii) Reforço da Vulnerabilidade; e (iii) Imunidade e Impunidade – elencadas diante das narrativas dos moradores.

Em ambas as perspectivas, é possível entender que necropolítica se constrói no território através da fragmentação. Esta pode ser notada em função de que: (i) estabelece o distanciamento do território minerado com o processo decisório de implantação de um empreendimento minerário; (ii) possibilita separar o território em solo/lugar/subsolo; (iii) desarticula moradores, promovendo disputas internas diversas; e (iv) desconecta as pessoas de tudo aquilo que as constitui como povo, como seus modos de vida e costumes. A territorialização da expressão do poder do extrativismo mineral – a necropolítica – é o que certifica o modo como os territórios são fragmentados e incorporados à acumulação capitalista mundial.

A pandemia mundial da Covid-19, como já mencionado, fez com que vários conflitos se complexificassem. As doenças respiratórias, rotineiramente associadas à presença exaustiva da mineração no território, são ainda mais graves diante da possibilidade de se contaminar com coronavírus. Diante da insegurança de barragens e ou expansão das minas, a remoção das pessoas de suas casas, os incansáveis acionamentos de sirene e treinamentos de segurança e reuniões e buscas para negociações expõem os moradores ao risco de contaminação, os quais, neste momento, deveriam ter a segurança de seus lares para proteção também do referido vírus.

O presente trabalho não pretende estabelecer ou elencar soluções para os territórios minerados frente ao exercício da soberania da economia política proveniente da associação entre Estado e mercado, até porque a atuação do profissional arquiteto e urbanista é limitada e não abrange as diversas problemáticas levantadas. Porém, a sistematização da produção da cidade frente à mineração possibilita, primeiramente, entender as contradições do modo explorador predatório e, posteriormente, explicita a necessidade de resistência:

Resistência capaz de mobilizar ações de enfrentamento nos territórios, articular redes de lutas com distintos coletivos, criar plataformas de formação da militância, espaços de discussão do modelo mineral e propostas de alternativas (GONÇALVES; MILANEZ; 2019, p.26).

As discussões em torno de uma economia política da cidade que possibilite o desenvolvimento de um território como um todo, de maneira a englobar todos os

modos de vida na construção das cidades, somadas à força e à articulação dos movimentos sociais, econômicos e de resistência, podem ser consideradas fissuras no modo de produção da cidade fragmentada pelo extrativismo mineral dentro da proposta de John Holloway.

A única maneira de pensar em mudar o mundo radicalmente é como uma multiplicidade de movimentos intersticiais fluindo a partir do particular [...]. A mudança social não é produzida por ativistas, por mais importante que o ativismo possa ser no processo (ou não). A mudança social é, ao invés disso, o resultado da quase invisível transformação das atividades diárias de milhões de pessoas (HOLLOWAY, 2013. p.15).

Compreende-se que parte da perspectiva de que desvelar e entender, de modo sistêmico, como se constrói a necropolítica nos territórios pode possibilitar novos entendimentos, novas fronteiras, ainda que estas signifiquem pequenas fissuras diante da gigantesca força das estruturas que condicionam a realidade tal como ela se apresenta.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ivy de S. Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos. *Opinião Jurídica*, v. 12, n. 24, p. 97-100, jul./dic., 2013.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n.5, p.49-60. jan./jun., 2002.

ALMG - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **CPI da Barragem De Brumadinho**. Relatório Final. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/cpis/interna.html?idcom=1151&l%eg=19. Acesso em: nov. 2019.

ALVES, André Neves. Histórico e Importância da Mineração no estado. *Revista do Legislativo*, n. 41, p. 27-32, 2008. Disponível em: https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/revistas/arquivos/pdfs/41/historico_importancia_41.pdf. Acesso em: 31 de mai. 2020.

ANGELO, Maurício. Denúncia de violações de direitos humanos por mineradoras na pandemia é aceita pela CIDH. *Observatório da Mineração*. 03 de mai. 2021. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/denuncia-de-violacoes-de-direitos-humanos-por-mineradoras-na-pandemia-e-aceita-pela-cidh/>. Acesso em 13 de ago. 2021.

ANM - Agência Nacional de Mineração. **Arrecadação CFEM Ano: 2020**. Brasília: ANM, 2020a. Disponível em: https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/arrecadacao_cfem_ano.aspx?ano=2020. Acesso em: 15 de ago. 2021.

ANM - Agência Nacional de Mineração. **Classificação de Barragens de Mineração. 2019**. Disponível em <<http://www.anm.gov.br/assuntos/barragens/pasta-classificacao-de-barragens-de-mineracao/plano-de-seguranca-de-barragens>>. Acesso em: 28 de maio. 2020.

ANM – Agência Nacional de Mineração. **Relatório Sintético da Campanha de Entrega de DCE SETEMBRO**. Brasília: ANM, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/barragens/declaracao-de-condicao-de-estabilidade-dce/resumo-campanha-entrega-dce-setembro-2020/view>. Acesso em: 13 de ago. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo / Laurence Bardin**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Danos Colaterais: desigualdades sociais numa era global**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Estruturas, habitus, práticas. In: BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, Cap. 3, p. 86-107.

BRASIL. Diário Oficial da União. Portaria n.º 135, de 28 de março DE 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-135-de-28-de-marco-de-2020-250261577>. Acesso em: 17 de set. 2021.

CANOFRE, Fernanda. Zema diz que MG não pode parar atividade relevante como a mineração. **Folha de São Paulo**, Belo Horizonte, 19 de fev. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/zema-diz-que-mg-nao-pode-parar-atividade-relevante-como-a-mineracao.shtml>. Acesso em: 23 de jan. 2020.

CARNEIRO, Júlia D. Medo de rompimento de barragem tira sono em outra cidade mineira. **BBC News Brasil**, São Paulo, 02 de fev. 2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/02/medo-de-rompimento-de-barragem-tira-sono-em-outra-cidade-mineira.html>. Acesso em: 22 de jun. 2020.

CARVALHO, Igor. Barragem da Vale sofre instabilidade e força remoção de moradores em Ouro Preto. **Brasil de Fato**. 14 de abr. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/14/barragem-da-vale-sofre-instabilidade-e-forca-remocao-de-moradores-em-ouro-preto>. Acesso em: 18 de ago. 2021.

CIPRIANI, Juliana. Zema diz que evacuações foram 'além do recomendável' e defende mineração **Estado de Minas**. 18 de fev. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/02/18/interna_politica,1031551/zema-diz-que-evacuacoes-foram-alem-do-recomendavel-e-defende-mineracao.shtml. Acesso em 17 de set. 2021.

CLIO, Nelson. Sem mineração, PIB de Minas pode encolher 12%, diz estudo. **Estado de Minas**. 10 de mai. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/05/10/internas_economia,1052625/sem-mineracao-pib-de-minas-pode-encolher-12-diz-estudo.shtml. Acesso em: 18 de ago. 2021.

EBC - Empresa Brasil de Comunicação. **Mais de 7% do PIB do estado de Minas Gerais é gerado pela mineração**. 02 de fev. 2019. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2019/02/mais-de-7-do-pib-do-estado-de-minas-gerais-e-gerado-pela-mineracao>. Acesso em: 07 de jun. 2020.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Conheça Minas**. Geografia. [2021]. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conheca-minas/geografia>. Acesso em: 15 de ago. 2021.

Famílias de Barão de Cocais temem que obra da Vale aumente risco de rompimento de barragem. **MG2**. 04 de mar. 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9321333/>. Acesso em: 18 de ago. 2021.

FETAPERGS – Fundação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul. **Tabelas Salário Mínimo**. Reajustes do Salário Mínimo dos Aposentados e Pensionistas. Porto Alegre: [2021]. Disponível em:

<http://www.fetapergs.org.br/index.php/2015-07-27-16-46-22/tabelas-salario-minimo>. Acesso em: 15 de ago. 2021.

FILGUEIRAS, Luiz. Economia política e o bloco de poder no Brasil. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 27, n. 2, p.147-173, 2017.

FJP – Fundação João Pinheiro. Contas Regionais: PIB dos Municípios. **Informativo FJP**. v. 2, n. 12, 16 de dez. 20210. Disponível em: http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/16.12_Inf_CCR_PIBMunic_2018.pdf. Acesso em: 15 de ago. 2021.

FREITAS, Raquel. Prazo vence, e Renova não entrega casas para vítimas da tragédia de Mariana; 'frustração, mas sem surpresa', diz atingido. **G1 Minas**. 26 de fev. 2021a. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/02/26/prazo-vence-e-renova-nao-entrega-casas-para-vitimas-da-tragedia-de-mariana-frustracao-mas-sem-surpresa-diz-atingido.ghtml>. Acesso em: 13 de ago. 2021.

FREITAS, Raquel. Tragédia de Mariana, 5 anos: sem julgamento ou recuperação ambiental, 5 vidas contam os impactos no período. **G1 Minas**. 05 de nov. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/11/05/tragedia-de-mariana-5-anos-sem-julgamento-ou-recuperacao-ambiental-5-vidas-contam-os-impactos-no-periodo.ghtml>. Acesso em: 13 de ago. 2021.

FREITAS, Raquel. Tragédia de Mariana: moradores esperam há mais de 5 anos por início de reconstrução de comunidade em Barra Longa. **G1 Minas**. 07 de mar. 2021b. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/03/07/tragedia-de-mariana-moradores-esperam-ha-mais-de-5-anos-por-inicio-de-reconstrucao-de-comunidade-em-barra-longa.ghtml>. Acesso em: 18 de ago. 2021.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Quem somos**. A Fundação. [2021]. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>. Acesso em: 17 de set. 2021.
GONÇALVES, Ricardo; MILANEZ, Bruno. Extrativismo mineral, conflitos e resistências no Sul Global. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, v.8, n.2, Dossiê: Extrativismo mineral, conflitos e resistências no Sul Global, p.06-33, 2019.

GONÇALVES, Ricardo J. A. F.; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz J. NEOEXTRATIVISMO LIBERAL-CONSERVADOR: a Política Mineral e a Questão Agrária no Governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 348-395, 2018.

GUSMÃO, Hugo. **Desigualdades Espaciais**. [2021]. Disponível em: <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/>. Acesso em 18 de ago. 2021.

HORTA, Carinna Viganor. Galpão inflável visa melhorar as condições operacionais da GSM, diz empresa. **DeFato online**. 09 de nov. 2020. Disponível em:

<https://defatoonline.com.br/galpao-inflavel-visa-melhorar-as-condicoes-operacionais-da-gsm-diz-empresa/>. Acesso em: 15 de ago. 2021.

HOLLOWAY, John. **Fissurar o Capitalismo**. Tradução: Daniel Cunha. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Rompimento da Barragem de Fundão: Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG**. 16 de mar. 2016. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/recuperacao-ambiental/rompimento-da-barragem-de-fundao-desastre-da-samarco/documentos-relacionados-ao-desastre-da-samarco-em-mariana-mg>. Acesso em: 17 de set. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Barão de Cocais**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barao-de-cocais/panorama>. Acesso em: 01 de jun. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Minas Gerais. [2021]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg.html>. Acesso em: 15 de ago. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **PIB dos Municípios: Agropecuária representa mais da metade da atividade econômica em 1.135 municípios**. Comunicação Social. 14 de dez. 2016. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=3343&t=pib-municipios-agropecuaria-representa-mais-metade-atividade-economica-1-135&view=noticia> Acesso em: 01 de jun. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Sinopse do Censo Demográfico de 2010. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=11&uf=00>. Acesso em: 18 de ago. 2021.

JEBER, Adriana; PROFETA, André Luiz. **RECURSOS MINERAIS DE MINAS GERAIS – MEIO AMBIENTE E MINERAÇÃO**. 2018. Disponível em: <http://recursomineralmg.codemge.com.br/meio-ambiente-e-mineracao/>. Acesso em: 14 de jun. 2020

LIMA, Déborah. Brumadinho: Famílias mantêm esperança de encontrar 11 'joias' que continuam soterradas. **Correio Brasiliense** [Estado de Minas]. 21 de jan. 2021. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2021/01/4902399-familias-mantem-esperanca-de-encontrar-11-joias-que-continuam-soterradas.html>. Acesso em: 13 de ago. 2021.

LOPES, Valquiria. Esperança e união marcam celebração do Natal de famílias atingidas por barragem em Mariana. **Estado de Minas**. 24 de dez. 2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/desastre-mariana/62,191,62,11/2015/12/24/interna_gerais,720095/esperanca-e-uniao-

marcam-celebracao-do-natal-de-familias-atingidas-por.shtml. Acesso em 17 de set. 2021.

MAIS que erguer casas, reassentar é reconstruir lares. **Revista Dois Pontos**. [2021]. Disponível em: <https://revistadoispontos.org/caminhos/>. Acesso em: 18 de ago. 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, p.122-151, dez. 2016.

MELLO, Alessandra. Negros são maioria entre os mineiros, aponta Censo 2010. **Estado de Minas**. 30 de abr. 2011. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/04/30/interna_gerais,224598/negros-sao-maioria-entre-os-mineiros-aponta-censo-2010.shtml. Acesso em: 17 de set. 2021.

MENDÉZ HINCAPIÉ, Gabriel; SANÍN RESTREPO, Ricardo. *La constitución encriptada: nuevas formas de emancipación del poder global*. **Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales**, Sevilla, n. 8, dez. 2012.

MENDONÇA, Heloísa. Um ano após tragédia da Vale, Brumadinho se divide entre o luto e a euforia econômica. **El País**. 24 de jan. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-25/um-ano-apos-tragedia-da-vale-brumadinho-se-divide-entre-o-luto-e-a-euforia-economica.html>. Acesso em: 13 de ago. 2021.

MILANEZ, Bruno. **Mineração E Impactos Socioambientais**: As dores de um país mega-minerador. MOVIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS: Lutas - Avanços - Conquistas - Retrocessos – Esperanças. 1ª edição, Goiás. 2019.

MINERAÇÃO suprime identidade e memória de distrito de Ouro Preto. **Universidade Federal de Minas Gerais** – Pesquisa e Inovação. 29 de out. 2019. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/mineracao-suprime-identidade-e-memoria-de-distrito-de-ouro-preto>. Acesso em: 18 de ago. 2021.

MORADO NASCIMENTO, Denise et al. Remoções como prática insxtzzitucionalizada: um olhar sobre os desastres-crimes minerários de Minas Gerais. In: MOREIRA, F. A.; ROLNIK, R.; SANTORO, P. F. (orgs.). **Observatório de Remoções 2019-2020**. São Paulo: FAU USP, 2020.

MORADORES... de Barão de Cocais e de Itatiaiuçu são retirados de casa por risco de rompimento de barragens. **G1 Minas**, Belo Horizonte, 08 de fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/02/08/cerca-de-500-pessoas-foram-retiradas-de-suas-casas-por-cao-da-barragem-da-vale-em-barao-de-cocais-em-mg.ghtml>. Acesso em: 22 de jun 2020.

MURATORI, Mateus. Barragens em Ouro Preto: moradores passam por treinamento de emergência. **Estado de Minas**. 25 de mai. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/05/22/interna_gerais,1269227/barrag

ens-em-ouro-preto-moradores-passam-por-treinamento-de-emergencia.shtml. Acesso em: 13 de ago. 2021.

NEVES, Luiz Paniago. **Segurança de Barragens - Legislação federal brasileira em segurança de barragens comentada**. Brasília: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/barragens/e-book-livre-legislacao-federal-brasileira-em-seguranca-de-barragens-autor-luiz-paniago-neves>. Acesso em: 13 de ago. 2021.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS AMBIENTAIS. **Mapa dos Conflitos Ambientais. Grupos de Estudos em Temáticas Ambientais**. Belo Horizonte, [2021]. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>. Acesso em: 15 de ago. 2021.

OLIVEIRA, Junia. Veja como ficaria Congonhas em caso de rompimento das barragens que cercam a cidade. **Estado de Minas**. 11 de fev. 20219. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/02/11/interna_gerais,1029502/veja-como-ficaria-congonhas-em-caso-de-rompimento-das-barragens.shtml. Acesso em: 15 de ago. 2021.

PACHECO, Tania. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**. 2007. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>. Acesso em: 12 de ago. 2021.

PAES, Caio F. Vale aproveitou pânico em mg para conseguir autorização para obra inviável que beneficia uma de suas minas. **The Intercept**, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/12/02/vale-panico-mg-obra-inviavel/>. Acesso em: 29 de mai. de 2020.

PEIXOTO, Guilherme. Mineração faturou R\$ 50,7 bi no 3º trimestre; MG deve receber US\$ 12 bi em investimentos até 2024 **Estado de Minas**. 20 de out. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/10/20/internas_economia,1196410/mineracao-faturou-r-50-7-bi-no-3-trimestre-mg-vai-receber-us-12-bi.shtml. Acesso em: 13 de ago. 2021.

PELBART, Peter. P. **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2003.

PRAXIS-EA/UFMG. **Linhas de análise**. 2020. Disponível em: <http://praxis.arq.ufmg.br/territorios-populares/linhas/>. Acesso em: 26 de junho de 2020.

RODRIGUES, Léo. Com mais uma vítima identificada, restam 9 desaparecidos em Brumadinho. **Agência Brasil**. 26 de ago. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/com-mais-uma-vitima-identificada-restam-9-desaparecidos-em-brumadinho>. Acesso em: 17 de set. 2021.

RBA – Rede Brasil Atual. **Brasil é o sétimo país com mais desigualdade no mundo, segundo a ONU**. 10 de dez. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/12/brasil-7-pais-desigualdade/>. Acesso em: 29 de maio de 2020.

ROMPIMENTO de barragem em Mariana (MG) deixa mortos e desaparecidos. **UOL Notícias**. 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/album/2015/11/05/barragem-rompe-em-mariana-mg.htm?foto=59>. Acesso em: 13 de ago. 2021.

RONAN, Gabriel. Prefeitura de Congonhas lança plano para garantir segurança de barragens. **Estado de Minas**. 14 de fev. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/02/14/interna_gerais,1122021/congonhas-prefeitura-lanca-plano-para-garantir-seguranca-de-barragens.shtml. Acesso em: 22 de jun. 2020.

ROSSI, Amanda. As conclusões da CPI de Brumadinho no Senado, que pede indiciamento de 14 pessoas por homicídio. **BBC News Brasil**, São Paulo, 2 de jul. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48848882>. Acesso em: 10 de set. 2019.

ROSSI, Amanda; NICOLAU, Hugo. Mapas inéditos: 10 escolas e mais de 1,5 mil edificações estão no caminho da lama das barragens da Vale em MG. **Repórter Brasil**. 25 de jul. 2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/07/mapas-ineditos:-10-escolas-e-mais-de-1,5-mil-predios-publicos-estao-no-caminho-da-lama-das-barragens-da-vale-em-mg/>. Acesso em: 15 de ago. 2021.
SANTOS, Milton. **Por uma Economia Política de Cidade**: O caso de São Paulo. 2 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Rodrigo. O projeto neoextrativista e a disputa por bens naturais no território: mineração, direitos e contestação social em torno da terra e da água. In: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; LAZZARIN, Flávio (Coords.). **Conflitos no Campo – Brasil 2012**. Goiânia: CPT Nacional, 2013, p.75-87.

SANTOS, Rodrigo; WANDERLEY, Luiz Jardim. Dependência de Barragem, Alternativas Tecnológicas e a Inação do Estado: repercussões sobre o monitoramento de barragens e o licenciamento do Fundão. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (org.). **A questão mineral no Brasil**. Vol. 2: Antes Fosse Mais Leve a Carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

SOBREVIVENTES de desastre de Mariana sofrem preconceito e moradores pedem volta de Samarco. **G1**. 30 de out. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/sobreviventes-de-desastre-de-mariana-sofrem-preconceito-e-moradores-pedem-volta-de-samarco.ghtml>. Acesso em: 13 de ago. 2021.

SOUZA, Marcelo J. L. de. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; e, CORRÊA,

Roberto L. **Geografia: Conceitos e Temas**. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SOUZA, Tatiana Ribeiro de; CARNEIRO, Karine Gonçalves. O direito das “pessoas atingidas” à assessoria técnica independente: o caso de Barra Longa (MG). **Revista Sapiência**, v. 8, n.2, p.187-209, 2019.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: *a teoria na prática*. **Rev. Adm. Pública** [online]. v. 40, n.1, pp.27-53, 2006.

VAINER, Carlos B. Planejamento Territorial e Projeto Nacional: Os Desafios da Fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos E Regionais**, v. 9, n. 1, mai., 2007.

WANDERLEY, Luiz J.; GONÇALVES, Ricardo J. A. Mineração e as escalas de conflito no espaço agrário brasileiro. **Conflitos do Campo Brasil**, p.135-143, 2019. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/wanderley-gon%C3%A7alves-2019-minera%C3%A7%C3%A3o-e-escalas-do-conflito-no-esp%C3%A7o-agr%C3%A1rio-brasileiro.pdf>. Acesso em: 15 de ago. 2021.

VALE conclui retirada de famílias vizinhas à barragem em Barão de Cocais. **Notícias de Mineração**. 22 de dez. 2020. Disponível em: <https://www.noticiasdemineracao.com/seguran%C3%A7a/news/1401824/vale-conclui-retirada-de-fam%C3%ADlias-vizinhas-%C3%A0-barragem-em-bar%C3%A3o-de-cocais>. Acesso em: 18 de ago. 2021.

VALE diz que deverá retomar operações na maior mina de MG em até 72 horas. **Exame**. 21 de mar. 2019. Disponível em: <https://exame.com/negocios/vale-diz-que-devera-retomar-operacoes-na-maior-mina-de-mg-em-ate-72-horas/>. Acesso em: 13 de ago. 2021.

VIANNA, Rogério. **Censo Ibge 2010: um sistema para visualização e análise no detalhe de setor censitário**. 2015. Disponível em: http://inicio.com.br/ROGERIOVIANNA_Censo%20Ibge%202010.pdf. Acesso em: 13 de ago. 2021.